



UNIVERSIDADE FEDERAL DE PERNAMBUCO

CENTRO DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS

DEPARTAMENTO DE GEOGRAFIA

PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM DESENVOLVIMENTO E MEIO AMBIENTE

AMANDA PEREIRA SANTOS

**ACUMULAÇÃO POR DESPOSSessão VISTA CARTOGRAFICAMENTE:**

**Comunidade do Pilar**

Recife

2019

AMANDA PEREIRA SANTOS

**ACUMULAÇÃO POR DESPOSSessão VISTA CARTOGRAFICAMENTE:**

**Comunidade do Pilar**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento e Meio Ambiente (PRODEMA) da Universidade Federal de Pernambuco (UFPE), como requisito parcial para obtenção do título de Mestre em Desenvolvimento e Meio Ambiente.

**Área de concentração:** Gestão e Políticas Ambientais

**Orientadora:** Prof<sup>a</sup> Dr<sup>a</sup> Ana Lúcia Bezerra Candeias

Recife

2019

Catálogo na fonte  
Bibliotecária Maria do Carmo de Paiva, CRB4-1291

S237a Santos, Amanda Pereira.  
Acumulação por despossessão vista cartograficamente : Comunidade do Pilar  
/ Amanda Pereira Santos. – 2019.  
121 f. : il. ; 30 cm.

Orientadora: Prof<sup>a</sup>. Dr<sup>a</sup>. Ana Lúcia Bezerra Candeias.  
Dissertação (mestrado) - Universidade Federal de Pernambuco, CFCH.  
Programa de Pós-graduação em Desenvolvimento e Meio Ambiente, Recife, 2018.  
Inclui referências e anexo.

1. Meio ambiente. 2. Planejamento urbano. 3. Renovação urbana – Recife (PE).  
4. Patrimônio cultural. 5. Comunidades – Desenvolvimento. I. Candeias, Ana  
Lúcia Bezerra (Orientadora). II. Título

363.7 CDD (22. ed.) UFPE (BCFCH2019-087)

AMANDA PEREIRA SANTOS

**ACUMULAÇÃO POR DESPOSSessão VISTA CARTOGRAFICAMENTE:**

**Comunidade do Pilar**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento e Meio Ambiente, da Universidade Federal de Pernambuco, como requisito parcial para a obtenção do título de mestre em Desenvolvimento e Meio Ambiente.

Aprovada em: 19/02/2019

**BANCA EXAMINADORA**

---

Profª Drª Ana Lúcia Bezerra Candeias (Orientador)

Universidade Federal de Pernambuco

---

Profª Drª Edvânia Torres Aguiar (Examinador Interno)

Universidade Federal de Pernambuco

---

Prof. Dr. Itamar José Dias Cordeiro (Examinador Interno)

Universidade Federal de Pernambuco

---

Prof. Dr. João Rodrigues Tavares Junior (Examinador Externo)

Universidade Federal de Pernambuco

## **AGRADECIMENTOS**

Não existe sentimento que mais defina esse momento que o de gratidão, porém expressar em palavras o que nenhuma palavra expressa, é uma das mais difíceis tarefas a se realizar.

Em primeiro lugar, gostaria de agradecer as forças, energias do universo, que possibilitaram encontrar pessoas fantásticas durante essa jornada, vivenciar momentos únicos e, sobretudo, o privilégio de poder cursar um mestrado, em uma Universidade Federal com todo o apoio e estrutura de que eu precisei.

Agradeço os meus pais, Angela Maria de Almeida Pereira e Robertson Ribeiro dos Santos, que me deram todo o suporte necessário para a realização de mais uma conquista e que estiveram ao meu lado em todos os momentos, incentivando e apoiando os meus sonhos.

Ao meu irmão, Thiago Ribeiro de Almeida, que me contagia com seu bom-humor e que esteve presente em todas as minhas conquistas.

Aos meus familiares que me apoiaram e estiveram ao meu lado incentivando e comentando sobre notícias e informações que viam sobre a Comunidade Nossa Senhora do Pilar.

Ao Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento e Meio Ambiente (PRODEMA) da Universidade Federal de Pernambuco.

Em especial a Ana Lúcia Bezerra Candeias, orientadora dessa pesquisa, que acreditou em mim, apoiou minhas decisões, incentivou a realização de cada etapa da pesquisa e me inspira a ser uma acadêmica humilde, que presa sempre pela ética e pela moral.

Meus sinceros agradecimentos aos professores da banca: Edvânia Torres Aguiar Gomes, João Rodrigues Tavares Junior e Itamar José Dias Cordeiro, pela participação, disponibilidade, pelas contribuições realizadas.

A todos os professores do PRODEMA, que sempre se mostraram disponíveis e contribuíram imensamente para construção do meu conhecimento.

Aos funcionários do PRODEMA, que se mostraram receptivos e disponíveis para me ajudar em todos os momentos.

Aos meus amigos e amigas, que estiveram presentes nos momentos importantes da minha vida, um dos maiores presentes que a vida me deu.

Aos moradores da Comunidade do Pilar e aos envolvidos na luta por melhor qualidade de vida na mesma, que me receberam, me ajudaram e construíram conhecimento comigo.

Também agradeço aos momentos difíceis, ao sofrimento que encontrei durante essa jornada, as pessoas que me fizeram amadurecer independente de como esse amadurecimento foi adquirido. É fundamental que tenhamos humildade suficiente para reconhecer que as dificuldades existiram, mas que elas também foram importantes para a concretização dessa pesquisa, pois fortaleceram minha personalidade, e me deram incentivos para superá-las e continuar esse caminho dando cada vez mais valor aos momentos bons, as pessoas que me incentivaram e a minha pesquisa.

Assim encerro, correndo o risco da omissão, da injustiça, de estar omitindo algum agradecimento, mas ao mesmo tempo agradecendo mais uma vez a todos aqueles que fizeram parte da concretização dessa pesquisa, de mais uma conquista alcançada e de mais uma etapa concluída.

## SINTAXE A VONTADE

Todo sujeito é livre pra conjugar o verbo que quiser  
Todo verbo é livre pra ser direto ou indireto  
Nenhum predicado será prejudicado  
Nem tampouco a frase, nem a crase, nem a vírgula e ponto final!  
Afinal, a má gramática da vida nos põe entre pausas, entre vírgulas  
E estar entre vírgulas pode ser apostrofo  
E eu apostrofo o oposto que vou cativar a todos  
Sendo apenas um sujeito simples  
Um sujeito e sua oração  
Sua pressa, sua prece  
Que enxerguemos o fato  
De termos acessórios pra nossa oração  
Separados ou adjuntos, nominais ou não  
Façamos parte do contexto  
Sejamos todas as capas de edição especial  
Mas, porém, contudo, entretanto, todavia, não obstante

Sejamos também a contracapa  
Porque ser a capa e ser contracapa  
É a beleza da contradição  
É negar a si mesmo  
E negar a si mesmo  
É muitas vezes encontrar-se com Deus  
Com o teu Deus  
Sem horas e sem dores  
Que nesse momento que cada um se encontra aqui, agora  
Um possa se encontrar no outro e o outro no um  
Até porque...

Tem horas que a gente se pergunta...  
Por que é que não se junta  
Tudo numa coisa só?

(ANITELLI, 2003)

## RESUMO

O Bairro do Recife, chamado afetuosamente de Recife Antigo, é uma ilha localizada na capital pernambucana, uma centralidade e um centro, que constitui o centro originário e, portanto, histórico, reconhecido como patrimônio pelo Instituto do Patrimônio Histórico Artístico Nacional (IPHAN). A ilha cresceu sem planejamento em favor do Porto do Recife. Em sua história passou por grandes reformas, uma das mais conhecidas é a de 1910 que Bota-Abaixo quase todo o bairro, fato que contribuiu para sua diversidade arquitetônica e para seu tombamento. A partir da década de 1960, inicia-se no centro histórico um processo de esquecimento e abandono por parte do poder público, fato este, que atrai indiretamente parte da população pauperizada da cidade, que por sua vez consolida a Comunidade Nossa Senhora do Pilar, que permanece na porção norte do centro histórico até os dias atuais. Já na porção sul abriga bares luxuosos, centros culturais, agências bancárias, o maior polo tecnológico da cidade. A ilha passa por um processo de revitalização, justificado por esse abandono que o bairro enfrentou, e pela promessa de proporcionar a ideia de segurança e lazer. Por ser uma área central, o Bairro do Recife possui uma infraestrutura diferenciada, com saneamento básico, ciclo faixas, ruas asfaltadas, proximidade de *shoppings* e do centro secundário da cidade. Com isso investimentos públicos e privados foram atraídos, apropriando-se do espaço e, por vezes, expulsando pessoas que o ocupavam anteriormente, caracterizando um processo de acumulação por despossessão. No que tange à comunidade de baixa renda presente no bairro (Comunidade Nossa Senhora do Pilar), o projeto de revitalização a contempla formalmente com a promessa de habitacionais, empregos, projetos de educação ambiental, construção de área de lazer, mercado, posto de saúde e creche. No entanto, o atraso na entrega desses investimentos e a intenção de realizar alguns empreendimentos, como por exemplo a reforma do Moinho do Recife e a construção de conjuntos do tipo Minha Casa, Minha Vida, na área da comunidade, colocam em dúvida a intenção de inclusão do Pilar no projeto de revitalização. A comunidade está localizada em uma Zona Especial de Preservação do Patrimônio Histórico-Cultural (ZEPH), contendo patrimônios como a Igreja Nossa Senhora do Pilar, a Estação Ferroviária do Brum e o Forte do Brum e escavações arqueológicas. É fato que a área da Comunidade é alvo de disputa territorial, entre capitalistas e não capitalistas, devido a sua localização, a sua infraestrutura e a história que a cerca. Diante desse cenário, o objetivo geral dessa pesquisa é analisar quais as consequências de um projeto de revitalização em um bairro histórico para as comunidades de baixa renda. Para respondê-lo foram elaborados os seguintes objetivos



específicos: identificar se houve redução territorial da Comunidade do Pilar e apontar as transformações físicas ocorridas na comunidade durante o período de revitalização. Com base no que se propõe a pesquisar, um estudo espaço-temporal, com imagens de satélite e com o banco de dados do PE-3D, disponibilizados pela Agência Estadual de Planejamento e Pesquisa de Pernambuco (CONDEPE FIDEM), foi realizado. O processo de revitalização atua dentro de uma lógica capitalista, mercadológica, de modo, que é fundamental que a comunidade seja inserida ao processo de revitalização. Isso pode ser atingido com a organização social e política, pois só assim é possível trazer benefícios para as famílias da comunidade.

Palavras-chave: Bairro do Recife. Comunidade do Pilar. Acumulação por despossessão

## ABSTRACT

The neighborhood of Recife, called Recife Antigo, affectionately, is an island located in Recife, one central and one center, which is the originating center and thus history, recognized as equity by the National Artistic and Historical Heritage Institute (IPHAN). The island grows without planning in favor of the Port of Recife. In its history, major renovations, one of the best known is the one of 1910 that pushes down almost the whole neighborhood, a fact that contributed to its architectural diversity and its tipping. From the 1960s onwards, a process of forgetting and abandonment by the public power began in the historic center, a fact that indirectly attracts part of the city's poor people, population, which in turn consolidates the Nossa Senhora do Pilar Community, which remains in the northern portion of the historic center to the present day. Already in the south, it has houses luxurious bars, cultural centers, banking agencies, the biggest technological pole of the city. The island is undergoing a process of revitalization, justified by this abandonment that the neighborhood faced, and by the promise of providing the idea of security and leisure. Being a central area, the District of Recife has a differentiated infrastructure with sanitation, bicycle paths, paved streets, proximity to malls and secondary city center. That attracted public and private investments, which appropriated this space by expelling people that previously occupied, characterized this process by an accumulation by dispossession. Regarding the low income community present in the neighborhood (Nossa Senhora do Pilar Community), the revitalization project is formally contemplated with the promise of housing, jobs, environmental education projects, construction of a leisure area, market, health post and day care. In addition, delay in delivery of these investments and the intention to carry out some projects, such as the reform of Recife Mill and building sets type My House, My Life in the community area, it puts in doubt the intention of inclusion of Pilar in the revitalization project. The community is located in a Special Zone for Preservation of Historical and Cultural Heritage (ZEPH) containing assets as Our Lady of Pilar Church, the Brun's railway ant The Brum Fort and archaeological excavations. It is a fact that the area of the Community is the subject of a territorial dispute, between capitalists and non-capitalists, due to its location, its infrastructure and the history that surrounds it. In view of this scenario, the general objective of this research is to analyze the consequences of a revitalization project in a historical neighborhood for the low-income communities. In order to answer this, the following specific objectives were elaborated: To identify if there was a reduction of the hectares occupied by the Community of the Pilar and to point out the physical changes that occurred in the community during the revitalization period. Based on what is opposed to this research, one space-time study was done, with satellite and database PE-3D, available for the State Agency of Planning and Research of Pernambuco (CONDEPE FIDEM). The process of revitalization acts within a capitalist, market logic, so that it is fundamental that the community

be inserted into the process of revitalization. This can be achieved with social and political organization, since only then is it possible to bring benefits to the families of the community.

Keywords: Neighborhood of Recife. Pilar Community. Accumulation for dispossession

## LISTA DE FIGURAS

|             |                                                                  |    |
|-------------|------------------------------------------------------------------|----|
| Figura 1 –  | Localização da Comunidade do Pilar.....                          | 37 |
| Figura 2 –  | Igreja Nossa Senhora do Pilar .....                              | 39 |
| Figura 3 –  | Esquema da Revitalização Urbana .....                            | 59 |
| Figura 4 –  | Armazéns 12, 13 14 .....                                         | 64 |
| Figura 5 –  | Armazéns 7, 8 e 9 .....                                          | 64 |
| Figura 6 –  | Projeto do Programa de Requalificação Urbanística do Pilar ..... | 67 |
| Figura 7 –  | Mapa Tátil do Bairro do Recife .....                             | 71 |
| Figura 8 –  | Destaque da obra do antigo Moinho do Recife .....                | 73 |
| Figura 9 –c | Notícia sobre os habitacionais do Pilar .....                    | 76 |
| Figura 10 – | Protestos realizados pela Comunidade do Pilar .....              | 88 |
| Figura 11 – | Comunidade do Pilar é reconhecida como Zeis .....                | 89 |
| Figura 12 – | Conquistas do Makeathon Comunidades .....                        | 91 |
| Figura 13 – | Armazém Catorze antes do Porto Novo .....                        | 98 |
| Figura 14 – | Armazém Catorze depois do Porto Novo.....                        | 98 |

## LISTA DE GRÁFICOS

|             |                                                |     |
|-------------|------------------------------------------------|-----|
| Gráfico 1 – | Comparativo do IDHM 1991-2000 .....            | 47  |
| Gráfico 2 – | Perda territorial da Comunidade do Pilar ..... | 103 |

## LISTA DE MAPAS

|           |                                                                                   |    |
|-----------|-----------------------------------------------------------------------------------|----|
| Mapa 1 –  | Área ocupada pela Comunidade Nossa Senhora do Pilar .....                         | 41 |
| Mapa 2 –  | Localização da Comunidade do Pilar em relação ao centro do Recife .....           | 42 |
| Mapa 3 –  | Distância das Comunidades de Interesse Social para os centros secundários .....   | 43 |
| Mapa 4 –  | Proximidade dos <i>shoppings malls</i> para comunidades de Interesse Social ..... | 44 |
| Mapa 5 –  | Abastecimento de água da Comunidade do Pilar .....                                | 48 |
| Mapa 6 –  | Traçado original do sistema de esgotamento sanitário do Bairro do Recife .....    | 50 |
| Mapa 7 –  | Istmo do Recife 1639 .....                                                        | 51 |
| Mapa 8 –  | Recife 1906 .....                                                                 | 51 |
| Mapa 9 –  | Bairro do Recife .....                                                            | 51 |
| Mapa 10 – | Situação do esgotamento sanitário da Comunidade do Pilar .....                    | 52 |
| Mapa 11 – | Coleta de lixo nas Comunidades de Interesse Social .....                          | 53 |
| Mapa 12 – | Sistema viário do Bairro do Recife .....                                          | 55 |
| Mapa 13 – | Expansão do VLT para o Bairro do Recife .....                                     | 56 |
| Mapa 14 – | Áreas de abrangência do Complexo Turístico Cultural .....                         | 63 |
| Mapa 15 – | Área contemplada pelo Porto Novo .....                                            | 64 |
| Mapa 16 – | Espaços desocupados ou disponíveis para investimentos imobiliários .....          | 69 |
| Mapa 17 – | Localização do Moinho do Recife .....                                             | 72 |

|           |                                              |     |
|-----------|----------------------------------------------|-----|
| Mapa 18 – | Comunidade do Pilar 2002 .....               | 99  |
| Mapa 19 – | Comunidade do Pilar 2009 .....               | 100 |
| Mapa 20 – | Comunidade do Pilar 2016 .....               | 102 |
| Mapa 21 – | Comunidade do Pilar 2017 .....               | 103 |
| Mapa 22 – | Sobreposições territoriais (2009-2017) ..... | 104 |

## LISTA DE TABELAS

|            |                                                                          |    |
|------------|--------------------------------------------------------------------------|----|
| Tabela 1 – | Características arquitetônicas dos imóveis .....                         | 31 |
| Tabela 2 – | Índice de Desenvolvimento Humano Municipal dos anos 1991 e<br>2000 ..... | 46 |



## **LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS**

|               |                                                                                         |
|---------------|-----------------------------------------------------------------------------------------|
| AP            | Áreas de Planejamento                                                                   |
| BID           | Banco Interamericano de Desenvolvimento                                                 |
| BNDES         | Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social                                    |
| BRT           | Bus Rapid Transport                                                                     |
| CHESF         | Companhia Hidrelétrica do São Francisco                                                 |
| CONDEPE-FIDEM | Agência Estadual de Planejamento e Pesquisa de Pernambuco                               |
| FNHIS         | Fundo Nacional de Habitação e Interesse Social                                          |
| IDHM          | Índice de Desenvolvimento Humano Municipal                                              |
| IPHAN         | Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional                                  |
| MCMV          | Minha Casa, Minha Vida                                                                  |
| OGU           | Orçamento Geral da União                                                                |
| PAC           | Programa de Aceleração do Crescimento                                                   |
| PCR           | Prefeitura da Cidade do Recife                                                          |
| PPP           | Parceria Público e Privada                                                              |
| PPSH-RMR      | Plano de Preservação Municipal dos Centros Históricos da Região Metropolitana do Recife |
| QREN          | Quadro de Referência Estratégica Nacional                                               |
| RPA           | Região Político Administrativa                                                          |
| SPU           | Secretaria de Patrimônio da União                                                       |
| TBC           | Turismo de Base Comunitária                                                             |
| VLT           | Veículo Leve sobre Trilhos                                                              |
| ZEIS          | Zona Especial de Interesse Social                                                       |

|      |                                                               |
|------|---------------------------------------------------------------|
| ZEPH | Zona Especial de Preservação do Patrimônio Histórico-Cultural |
| ZPRs | Zonas de Proteção Rigorosa                                    |

## SUMÁRIO

|              |                                               |           |
|--------------|-----------------------------------------------|-----------|
| <b>1</b>     | <b>INTRODUÇÃO .....</b>                       | <b>20</b> |
| <b>2</b>     | <b>A BELA ILHA .....</b>                      | <b>24</b> |
| 2.1          | BAIRRO DO RECIFE, UM PATRIMÔNIO .....         | 27        |
| 2.2          | CENTROS HISTÓRICOS .....                      | 32        |
| 2.3          | O ABANDONO .....                              | 34        |
| <b>3</b>     | <b>COMUNIDADE NOSSA SENHORA DO PILAR.....</b> | <b>37</b> |
| 3.1          | INFRAESTRUTURA DA COMUNIDADE .....            | 42        |
| <b>3.1.1</b> | <b>Localização próxima ao centro .....</b>    | <b>42</b> |
| <b>3.1.2</b> | <b>Desenvolvimento Humano Municipal .....</b> | <b>44</b> |
| <b>3.1.3</b> | <b>Abastecimento de água .....</b>            | <b>48</b> |
| <b>3.1.4</b> | <b>Saneamento Básico .....</b>                | <b>48</b> |
| <b>3.1.5</b> | <b>Coleta de Lixo .....</b>                   | <b>53</b> |
| <b>3.1.6</b> | <b>Mobilidade Urbana .....</b>                | <b>54</b> |
| <b>4</b>     | <b>REVITALIZAÇÃO URBANA .....</b>             | <b>57</b> |
| 4.1          | RENOVAÇÃO .....                               | 57        |
| 4.2          | REABILITAÇÃO .....                            | 57        |
| 4.3          | REQUALIFICAÇÃO .....                          | 58        |
| 4.4          | PROMOÇÃO URBANA E TERRITORIAL .....           | 58        |
| 4.5          | REVITALIZAÇÃO .....                           | 59        |
| <b>5</b>     | <b>PROJETOS DE INTERVENÇÃO .....</b>          | <b>62</b> |
| 5.1          | PORTO NOVO .....                              | 63        |

|           |                                                                                       |            |
|-----------|---------------------------------------------------------------------------------------|------------|
| 5.2       | PROGRAMA DE REQUALIFICAÇÃO URBANÍSTICA E INCLUSÃO SOCIAL DA COMUNIDADE DO PILAR ..... | 66         |
| <b>6</b>  | <b>SERÁ QUE TEM INCLUSÃO? .....</b>                                                   | <b>68</b>  |
| 6.1       | MOINHO DO RECIFE .....                                                                | 72         |
| 6.2       | MINHA CASA, MINHA VIDA .....                                                          | 75         |
| <b>7</b>  | <b>A LÓGICA DO PROJETO .....</b>                                                      | <b>77</b>  |
| 7.1       | ACUMULAÇÃO POR DESPOSSESSÃO .....                                                     | 78         |
| 7.2       | CITY MARKETING .....                                                                  | 82         |
| 7.3       | IMPACTOS DA LÓGICA DO PROJETO PARA O BAIRRO DO RECIFE ..                              | 83         |
| 7.4       | A LUTA CONTRA A ACUMULAÇÃO POR DESPOSSESSÃO .....                                     | 85         |
| 7.5       | A LUTA DA COMUNIDADE NOSSA SENHORA DO PILAR .....                                     | 86         |
| <b>8</b>  | <b>DA SEGREGAÇÃO À “INTEGRAÇÃO” DO PILAR NO BAIRRO DO RECIFE .....</b>                | <b>89</b>  |
| <b>9</b>  | <b>MATERIAIS E MÉTODOS .....</b>                                                      | <b>94</b>  |
| 9.1       | LEVANTAMENTO ESPAÇO-TEMPORAL .....                                                    | 95         |
| <b>10</b> | <b>RESULTADOS .....</b>                                                               | <b>97</b>  |
| <b>11</b> | <b>CONCLUSÃO .....</b>                                                                | <b>106</b> |
|           | <b>REFERÊNCIAS .....</b>                                                              | <b>111</b> |
|           | <b>ANEXOS A - FIGURAS 1 A 14 .....</b>                                                | <b>115</b> |

## 1 INTRODUÇÃO

O Bairro do Recife, primeiramente um istmo, hoje uma ilha, reconhecida como patrimônio histórico pelo Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN), pela sua singularidade arquitetônica, pela beleza natural, e pelo seu grande valor histórico, compõe o centro originário da Cidade do Recife. Devido a isso, é conhecido e apelidado popularmente como Recife Antigo.

É um dos bairros do centro primário do Recife. Localizado na RPA 1, conta em suas ruas sua longa trajetória, o domínio português, o domínio holandês, as reformas pelas quais passou, suas vivências e persistências em continuar sendo uma centralidade para o Grande Recife.

O bairro que cresceu em favor do Porto do Recife, não diferente das áreas portuárias ao redor do mundo, possuía ruas estreitas, sem saneamento básico, mal iluminadas, doenças, um ambiente insalubre.

No entanto, atualmente abriga o maior polo tecnológico da cidade, centros culturais, museus, teatros, centros comerciais, bancos, bares de alto padrão, além de oferecer shows gratuitos, atividades de lazer e de esportes. Contrastando com isso, a ilha abriga uma das comunidades de baixa renda mais pobres da cidade: a Comunidade Nossa Senhora do Pilar, também chamada de Comunidade do Pilar, de forma que existe uma grande desigualdade social no espaço.

O Recife Antigo, nos últimos anos, vem passando por um processo de revitalização, chamado de Porto Novo, que tem como objetivo recuperar a “vida” da ilha e transformá-la em um centro turístico. O projeto encontra respaldo para sua elaboração, no “abandono” que o bairro sofreu, este, iniciado ainda na década de 1960, pela falta de investimentos públicos no local.

Com isso, nesse período (a partir de 1960), a ilha tornou-se alvo de pessoas de baixa renda, muitas vindas do sertão pernambucano que neste período passava por uma das maiores secas da região Nordeste. É nesse cenário, de abandono público e de crescimento populacional do Recife, que se consolida a Comunidade do Pilar em 1970.

Assim, o espaço contemplado pelo projeto de Revitalização Porto Novo e a área correspondente a Comunidade Nossa Senhora do Pilar correspondem ao objeto de estudo dessa pesquisa.

No seu documento, o projeto de revitalização contempla a Comunidade Nossa Senhora do Pilar, além da revitalização dos armazéns do porto, das fachadas dos edifícios históricos, construção de *boulevards*, museus, projetos sociais. No entanto, será que a inclusão da comunidade acontece verdadeiramente?

A comunidade é contemplada na revitalização com o Programa de Requalificação Urbanística e Inclusão Social da Comunidade do Pilar, que prevê a construção de habitacionais, com um total de 588 apartamentos, mercado, creches, áreas de lazer e posto de saúde, além de empregar os moradores do local e um projeto de educação ambiental, trazendo melhores condições de vida para uma das comunidades mais pobres da capital pernambucana.

No entanto, apenas 204 apartamentos foram entregues, a obra segue com atraso de mais de dez (10) anos, e nenhuma das outras promessas foram cumpridas até o momento, fato, este, que coloca em dúvida as reais intenções de inclusão social citada no projeto.

A comunidade enfrenta constantemente a luta territorial, pois está no centro da cidade, é uma área que está localizada no polígono tombado do bairro, apresenta bens tombados: a Igreja Nossa Senhora do Pilar, o Forte do Brum e a Estação Ferroviária do Brum, e abrange também estudos arqueológicos. As escavações realizadas no local já identificaram construções e objetos do Brasil Colonial, ossadas humanas que podem representar um possível cemitério, além de contar com um valor histórico-cultural. É uma área que possui uma vasta infraestrutura, próxima à ruas calçadas, uma boa cobertura de saneamento básico, ciclovias, boa iluminação, próxima ao centro secundário da cidade.

Isso acarreta na atração do mercado imobiliário e em investimentos públicos e privados no centro histórico. Alguns empreendimentos já foram entregues, como por exemplo o centro de artesanatos e o Museu Cais do Sertão, outros já foram aprovados como a construção de apartamentos Minha Casa, Minha Vida, na área que pertence a comunidade e o Moinho do Recife que visa dar uso ao antigo prédio do Moinho, que atualmente está sem uso definido.

Atraídos pela infraestrutura do bairro, o projeto, que reúne várias intervenções públicas e privadas, que atuam sob uma racionalidade mercadológica, com investimentos direcionados para apenas uma parcela da sociedade, a classe média e elites, com o intuito de trazer o imaginário de lazer, segurança e estética, fazendo com que o centro não seja mais um lugar para todos.

A apropriação dos espaços pelas iniciativas públicas e privadas, atraídas pela infraestrutura já existente na ilha está diretamente relacionada à diminuição do espaço ocupado pela comunidade, e conseqüentemente na diminuição dos moradores, que são expulsos direta ou indiretamente do local. Essa política enquadra-se em um processo de acumulação por despossessão.

Com isso, o Bairro do Recife fica estandardizado, possibilitando a utilização do mesmo como propaganda da cidade (*city marketing*), que se apoia nas atividades turísticas realizadas na ilha. O turismo da ilha se apoia também na utilização do patrimônio histórico e cultural como mercadoria, atuando, portanto, dentro da perspectiva da indústria cultural e da acumulação por despossessão.

Marginalizados pelo projeto e, sem receber as promessas realizadas pelo poder público, a organização social da comunidade passa a ser essencial, pois apenas dessa forma conseguirá requerer seus direitos frente aos órgãos competentes pela melhora da condição de vida, e conseqüentemente pela participação ativa na cidade, exercendo o papel de cidadão.

Acredita-se, portanto, que as comunidades de baixa renda são impactadas pelos projetos de revitalização e que no caso da Comunidade Nossa Senhora do Pilar o projeto vem travando lutas territoriais, pressão imobiliária que altera o seu território e diminui o espaço ocupado pela mesma.

Com base no exposto, o objetivo geral traçado por essa pesquisa é: analisar quais as conseqüências de um projeto de revitalização em um bairro histórico para as comunidades de baixa renda.

Tendo isso em questão, para respondê-lo foram elaborados os seguintes objetivos específicos: Identificar se houve redução dos hectares ocupados na Comunidade do Pilar e apontar as transformações físicas ocorridas na comunidade durante o período de revitalização.

Para isso foi realizado um estudo qualitativo, com levantamento cartográfico espaço temporal, com imagens de satélite e o banco de dados do PE-3D, disponibilizado pela Agência Estadual de Planejamento e Pesquisas de Pernambuco (CONDEPE-FIDEM).

A inserção efetiva da comunidade no projeto de revitalização é fundamental para que a mesma continue existindo, e para evitar a diminuição de tamanho devido às pressões que o mercado imobiliário provoca.

Tendo o contexto do Bairro do Recife em mente, seria possível pensar no Turismo de Base Comunitária (TBC), como uma possível ferramenta capaz de inserir a comunidade de baixa renda, nos projetos turísticos do bairro, fazendo uso da mão de obra local e gerando renda para a comunidade.

No entanto, o TBC é uma filosofia que para ser concretizada precisa de uma organização social e política, requisito que a Comunidade Nossa Senhora do Pilar ainda não possui. Esse turismo não assegura a luta contra a acumulação por despossessão, mas apenas o protagonismo da comunidade deixando-a livre para escolher qual turismo será praticado pela mesma.

É possível, portanto, afirmar que enquanto o projeto Porto Novo, agir sob uma lógica mercadológica, da acumulação por despossessão e do *city marketing* a Comunidade Nossa Senhora do Pilar continuará perdendo território e seus moradores continuarão sendo expulsos direta ou indiretamente da sua comunidade e do centro histórico da cidade.



## 2 A BELA ILHA

Era uma estreita faixa de terra, um istmo, presente na conhecida Cidade do Recife, ele se alarga devido aos vários aterros que vivencia ao longo da sua trajetória e com o passar do tempo se transforma em uma ilha. Atualmente recebe o nome de Bairro do Recife, bairro portuário, que conta nas suas ruas e nas suas construções a sua vivência, sua história, o período da dominação portuguesa e holandesa, suas reformas, constituindo assim, o centro originário do Recife.

Recife, a Veneza Brasileira, cidade cortada por rios, conhecida nacionalmente pela beleza das suas pontes históricas, algumas datadas do período holandês. As pontes foram construídas ligando o porto à cidade Maurícia (Ilha de Antônio Vaz, atual bairro de Santo Antônio) e outra ligando a ilha da cidade Maurícia ao continente em direção ao que se conhece hoje como o bairro da Boa Vista. Cidade dona de uma natureza tão bela e única, que inspira poetas até os dias de hoje.

### O Recife

(Daniel Cartaxo Penalva)

Do maracatu e do frevo nasceu  
Cidade poética, camafeu  
Recife das pontes e sobrados  
Dos caminhos torneados pelos rios

O Capibaribe e o Beberibe  
Formam teus mangues  
Teu atômico pulsar  
À beira dos coqueirais e do mar  
[...]  
Cidade doce das pontes  
Dos crepúsculos no horizonte  
Recife do Capibaribe  
E o mar como não dizê-lo nesse lugar!

Onde está cidade navegante?  
Entre um ponto e outro da América  
Flutuante entre o povo e o sonho

De vida na força do rio e do mar

Foz do rio que vem encontrá-lo

E que encontra minha vida nesse lugar

É Recife; o início e o fim da minha história

Tão solta; tão louca em seu carnaval

O que vens fazer de mim afinal?

Cidade incorporada entre o mangue e o sal

Entre o meu e o seu; amor afinal...

Já não sou mais eu depois de te avistar

O Recife dos sobrados estreitos e mocambos

À beira do rio; quais são teus planos?

Fico mais doce ao te encontrar

Num cais do Capibaribe entre Boa Vista e Santo Antônio...

[...]

Tão geral e tão moço; ao mesmo tempo tão curtido e secular

É o lugar que venho a amar depois de minha terra natal

Tão Nordeste é você

Tão masculino e tão mais feminino; simplesmente Recife, esse lugar...

Por tratar-se de um bairro histórico, é indispensável contar um pouco da sua história e reconhecer a relação entre a paisagem e o tempo,

A importância da variável tempo é de suma importância; afinal, não é possível ir muito longe com a análise da paisagem cultural esquecendo, por exemplo, dentro de um contexto como seja a construção da cidade, ou estrutura de planejamento, as categorias psicológicas e históricas que interfeririam nas ideias das gerações passadas que se expressaram na paisagem elaborada. A ausência desses aspectos implicará em perdas essenciais para o estudo da paisagem. (GOMES, p. 29, 2007).

O Bairro do Recife cresce em meio à tamanha singularidade natural, seu surgimento está diretamente relacionado com o Porto de Recife, que nesse momento (1542-1831) era destinado, principalmente, a suprir as demandas da produção açucareira da época, e ao comércio de escravos. Dessa forma, até o século XIX o bairro estava essencialmente voltado às atividades econômicas: comércio em geral, bancos, agências de seguro, etc. (CARRÉRA, 2013). Como a

maioria dos bairros portuários, o Recife Antigo era um ambiente insalubre, sem saneamento básico, sem infraestrutura, e frequentado por diferentes pessoas e classes sociais (LEITE, 2006). O bairro também não continha um sistema de iluminação apropriado como afirma Gilberto Freire:

Por séculos o Recife foi, como as demais cidades do Brasil colonial, um burgo escuro, cujas casas se iluminavam a azeite ou a vela. Pelas ruas quem quisesse andar com segurança à noite, que se fizesse acompanhar de escravo com lanterna ou lampião particular. Só os nichos tinham luz. Por algum tempo, apenas iluminaram as ruas ou estradas as luzes de azeite dos nichos, dos passos ou das cruzeiras como a Cruz das Almas (FREIRE, P. 34, 1970).

Com o intuito de suprir as demandas da economia da cana de açúcar, transformar o tradicional bairro holandês em uma referência de estética, sofisticação, modernidade, trazendo melhores condições de vida, e a higienização das ruas, o mesmo passa por grandes mudanças em 1910, fruto da ascensão dos republicanos e grandes usineiros ao poder público. Conhecida como Reforma do Bota-Abaixo o bairro foi praticamente todo reconstruído (URPI, 2010).

quase todo o bairro foi demolido, com o que ainda restava de exemplares da arquitetura colonial. O discurso da higienização no Recife encontra seu principal alvo nos sobrados do velho bairro portuário, cuja necessária profilaxia tinha como justificativa o caráter predominantemente insalubre de seu interior, acentuado pelo hábito de manter-se inimigo da rua. (LEITE, P. 21, 2006).

Com a destruição praticamente total do bairro, foram abertas duas grandes ruas (Rua Rio Branco, Rua Marques de Olinda), assim, melhorando a acessibilidade, a circulação do Recife Antigo e o acesso ao porto da cidade. No entanto, algumas construções sobreviveram à reforma de 1910 e ainda permanecem até hoje, um exemplo é a Torre Malakoff (figura 1 dos anexos) e a rua do Bom Jesus (figura 2 dos anexos).

A ilha foi reconstruída com inspiração na arquitetura francesa seguindo o modelo da reforma de Haussmann em Paris (França) no século XIX, esta, reconhecida por suas ruas longas, largas, retilíneas e sem muitas ligações, rotas de fuga, assim, tornando mais fácil o controle dos protestos e motins (LEITE, 2007). É importante salientar, mesmo sendo um bairro destinado primordialmente ao comércio, algumas residências faziam parte da paisagem da ilha, algumas dessas sobreviveram ao Bota-Abaixo e continuam até os dias atuais (URPI, 2010).

Atualmente, a ilha passa por um processo de revitalização, justificado pelo abandono que assolou o bairro por volta da década de 1960, no entanto o bairro sempre esteve presente

no imaginário dos recifenses, com sua beleza natural, seu valor cultural e histórico, materializando um lugar de memória das invasões holandesa e portuguesa na Cidade do Recife, além de ser reconhecido como patrimônio e centro histórico.

## 2.1 BAIRRO DO RECIFE, UM PATRIMÔNIO

Nesse tópico explicar-se-á a noção de patrimônio, principalmente o processo do reconhecimento do Recife Antigo como tal. Um processo que foi prioritariamente político e econômico e impactou diretamente na forma em como o poder público e a população recifense enxerga e se relaciona com o centro histórico.

Os lugares singularizam-se pelas representações, práticas simbólicas construídas pelas pessoas. Nesse ponto surgem as políticas de patrimônio cultural, buscando reconstruir e reafirmar os nexos constitutivos da tradição do lugar.

A noção de lugar é menos abrangente que a noção de espaço. Essa pesquisa vai deter-se ao espaço urbano que, do ponto de vista geográfico, é fragmentado e articulado, reflexo do, condicionante social, um conjunto de símbolos e um campo de lutas” (CORRÊA, p. 9, 1989) ou seja, o espaço urbano é a própria sociedade em suas diferentes dimensões e materializadas nas diferentes formas espaciais.

Já a noção de lugar está associada com pontos físicos e simbólicos. Segundo Milton Santos (2005) é a condição e o suporte das relações globais, que pode ser concebido como mercadoria. De acordo com o autor, o lugar emerge resultando das combinações dos modos de produção, refletindo as divisões do trabalho, que são resultado de um processo dialético.

É essa dialética que permite a convivência entre o presente e o passado no mesmo espaço, assim formando as rugosidades, essas responsáveis pela constituição dos patrimônios, os “fantasmas do passado”, que narram muitas vezes o “espírito” do lugar. Essa visão do patrimônio acaba criando fetichismos das tradições, e transformando-os em relíquias (LEITE, 2007).

Nessa pesquisa utilizar-se-á a mesma noção de fetichismo utilizada por Ana Garcia, (2014). O fetichismo é a relação alienada que se dá entre uma pessoa, sociedade e as mercadorias.

O processo de releitura das tradições pela modernidade traz duas perspectivas: a primeira está atrelada à ampliação das atividades culturais nesses pontos estriados. A segunda

refere-se à redução da ação de agentes financeiros para a transformações desses espaços em lugares (LEITE, 2007).

Diante disso, podemos compreender que uma das relações, entre o lugar e o patrimônio é a transformação de uma estria do espaço (um simbolismo local) para uma ideia de nação, ou seja, passa a ter um simbolismo e uma ideia nacional.

A consequência desses processos que transformam o local em global, segundo Giddens,

É a transformação do costume local em *reliquia*, como forma de *relocalizar* a tradição em contextos marcados pela *destradicionalização*, que pode ser entendida exatamente como a remodelação dos costumes locais pelas influencias externas, através da qual os costumes continuam a existir na forma alterada de seus significados como *reliquia* ou hábito. (Giddens, p. 124, 1997).

Todo esse processo ressignifica o lugar criando novas tradições, estabelecendo novas tradições comunitárias, pois as reivindicações de pertencimento a nível da nação são diferentes das do nível local, e assim, podem enfraquecer essa relação com a comunidade mais próxima (LEITE, 2007). No Brasil, a ideia de patrimônio surge como uma iniciativa do Estado, como uma tentativa de criação de uma cultura oficial, afirmando a ideia de nação e unificação (LEITE, 2007). É o próprio patrimônio que constrói e inventa tradições.

Essas primeiras ações na criação de um patrimônio cultural surgem entre 1938 e 1981 e estão diretamente associadas a uma cultura branca, ao catolicismo, ao poder estatal e a elitização (LEITE, 2007). Esse aspecto mostra como as cidades, nas formações capitalistas, passam de centros produtivos a serem organizados como suporte material para produção de mercadorias (MILET, 1988). Dessa forma, os patrimônios históricos, por vezes, são incorporados em uma lógica mercadológica na qual o mercado apropria-se desses espaços, incentivando investimentos estratégicos e dirigidos apenas a uma parcela da população, tornando-os espaços que não podem ser frequentados por todos.

O processo de atribuição de valor aos bens culturais perpassa pela noção de uso, que muitas vezes está em conflito com o valor econômico, uma vez que todas as dimensões valorativas estão implicadas nas escolhas, nas formas e no modo de olhar e de se relacionar com um determinado bem cultural. Assim o valor afetivo e o valor pragmático, auxiliam nessa compreensão do valor de uso.

O valor afetivo está associado às relações subjetivas que a sociedade estabelece com o lugar, alimentando a identidade e memória e o valor pragmático, pode ser entendido como

valores de uso percebidos como qualidades. Negar esse fato reduz o aspecto valorativo de um bem cultural, na medida de considerar apenas o espaço como mercadoria (FOLADORI; MELAZZI; KILPP, 2016).

Assim, é possível falar em uma indústria cultural que se apoia na estandardização dos patrimônios, transformando-os em mercadorias. No caso dos patrimônios, essa é uma noção muito presente, e que se relaciona com o fato do turismo que leva ao passado<sup>1</sup> estar recebendo grandes incentivos e atenção empresarial (OLIVEIRA, 2009).

No caso do Bairro do Recife, como bem tombado, também está dentro dessa perspectiva de mercado; foi o último sítio tombado pelo IPHAN no século XX, seus bens culturais pertencem ao patrimônio nacional cultural e foram selecionados através da sua capacidade de expressar de forma modelar a história do lugar, a sua cultura e tradição, além da identidade cultural. Assim, o bairro pode ser considerado como um lugar que por si só constrói e inventa tradições.

Atualmente, a noção de patrimônio é mais ampla, de maneira que as construções recentes que possuem um valor simbólico e manifestações culturais, também podem ser consideradas como tal. Assim, consideramos patrimônio “todos os bens, materiais e imateriais, naturais ou construídos, que uma pessoa ou um povo possui ou consegue acumular” (GHIRARDELLO, SPISSOP. p. 13, 2008).

O estado de Pernambuco foi um dos primeiros a criar sua própria legislação estadual para seus bens. Em 18 de setembro de 1919, com a Lei nº 7.970, Pernambuco instituía o tombamento de bens pelo estado consolidando sua liderança no que diz respeito às práticas de preservação do Nordeste.

Já no âmbito municipal a experiência é semelhante. Ocorre em Salvador o *Encontro dos Governadores*, Pernambuco participa, incorporando a primeira legislação municipal de preservação dos sítios históricos do estado, o Plano de Preservação Municipal dos Centros Históricos da Região Metropolitana do Recife (PPSH-RMR), este estruturado a partir do lastro conceitual do Programa de Preservação e Recuperação do Patrimônio Ambiental Urbano e do I Plano Integrado de Desenvolvimento da Região Metropolitana do Recife.

---

<sup>1</sup> Turismo que permite uma viagem no tempo, mostrando construções antigas, a história da arte, como se desenvolvia a vida em outro século.

O PPSH-RMR, em 1978, instaura a lei municipal nº 13.957, estabelecendo as Zonas de Proteção Rigorosa (ZPRs) e a partir desta o decreto 11.692 de 22 de setembro de 1980, que “institui o núcleo original da Cidade do Recife como uma das zonas de preservação rigorosa, definida como um “conjunto antigo” (LEITE, 2007, p. 59).

Nesse contexto, estabelece-se a parceria que dá origem a um dos maiores investimentos financeiros: o Programa Monumenta, que contempla localidades como Olinda, Ouro Preto, São Paulo e Recife. Assinado em Paris e estabelecido entre a parceria do Ministério da Cultura e o Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID), prevê a disponibilização de aproximadamente US\$ 200 milhões, sendo US\$ 62,5 milhões do BID e US\$ 62,5 do próprio governo nacional.

De acordo com essa perspectiva, o aproveitamento econômico do patrimônio ocorreria logo que um conjunto integrado de ações fosse implementado. Assim, os monumentos nacionais recuperados abrigariam atividades e funções que dariam sustentação às novas atividades, ligadas ao turismo, ou fortaleceriam as já existentes. Os espaços públicos, praças, parques, ruas ou orlas se integrariam e se articulariam com os monumentos nacionais, promovendo um uso mais intenso e qualificado desses espaços. O aproveitamento do potencial de exploração das atividades turísticas nas áreas recuperadas como fonte de sustentação do patrimônio já havia feito parte do Programa Integrado de Reconstrução das Cidades Históricas (PCH13) no período de 1973 a 1986 (DIOGO, p. 17 2009).

Essa mudança de enfoque, do Patrimônio Histórico, para uma mercadoria, pode explicar o motivo do IPHAN ver com ressalvas a privatização desses patrimônios, e portanto, participação de empresas privadas nas políticas de preservação mantendo a lógica de gerenciamento estatal.

A princípio, os patrimônios relacionados às construções, normalmente, eram concebidos diante dos seus aspectos históricos e estilísticos, que permaneciam sem transformações desde a sua construção. Porém, no caso do Bairro do Recife, ele obedecia a esses requisitos por já ter passado por duas grandes reformas e várias transformações que alteraram a estrutura arquitetônica do bairro.

A primeira ocorreu ainda quando Maurício de Nassau se apropriou do Povoado dos Arrecifes e ocupou a faixa litorânea. Já a segunda grande reforma ocorreu no século XX, essa pôs a baixo praticamente todo o bairro.

A diversidade arquitetônica do Bairro do Recife pode ser conferida na tabela 1, que especifica os subnúcleos arquitetônicos da ilha.

Tabela 1 – Características arquitetônicas dos imóveis

| Características dos imóveis em destaque | Subnúcleo 1<br>(área da reforma de 1910) | Subnúcleo 2<br>(núcleo primitivo formador da Cidade do Recife) | Subnúcleo 3<br>(área que sofreu influência da reforma de 1910) | Total |
|-----------------------------------------|------------------------------------------|----------------------------------------------------------------|----------------------------------------------------------------|-------|
| Século XIX                              | -                                        | 11                                                             | 6                                                              | 17    |
| Eclético “Novo Recife”                  | 12                                       | 4                                                              | 3                                                              | 19    |
| 1920 – 1930                             | 1                                        | 1                                                              | 4                                                              | 6     |
| 1930 – 1950                             | 1                                        | -                                                              | -                                                              | 1     |
| Pós-1950                                | 2                                        | -                                                              | -                                                              | 2     |
| Não localizado*                         | 2                                        | -                                                              | 3                                                              | 5     |
| Total                                   | 18                                       | 16                                                             | 16                                                             | 50    |

Fonte: LEITE (2007) apud PCR/URB/ERBR, Revitalização do Bairro do Recife. Proposta de tombamento do núcleo original da cidade do Recife- Dentro de Portas, Recife, 1998; IPHAN, Processo nº 1.168-T-85. Conjunto arquitetônico e paisagístico do Antigo Bairro do Recife e Cais do Apolo, no município de Recife, estado de Pernambuco. Arquivo Noronha Santos

Com a nova política de tombamentos que considera construções atuais, desde que tenham valor simbólico e cultural, o Bairro do Recife foi tombado devido ao seu vasto valor eclético do ponto de vista arquitetônico. O centro histórico é enquadrado como um patrimônio nacional, e dessa forma, pôde ser incluído no maior projeto de financiamento da história das políticas de preservação (LEITE, 2007).

O tombamento legitimou a história da evolução urbana do bairro e seu atual processo de *gentrification*, ao atribuir um caráter “simultâneo” a sua estrutura urbana e arquitetônica: nela convivem, a um só tempo e espaço, tradições distintas. O bairro é, para o IPHAN, vestígio do Brasil Holandês, exemplar único da Paris de Haussmann e representante da arquitetura moderna e contemporânea. (LEITE, 2007, p. 80).

No processo do tombamento, o parecer é uma das peças fundamentais, pois ele contém as justificativas do tombamento que será votado em uma reunião fechada. No caso do Recife, o responsável pela “Proposta de Tombamento do Bairro do Recife” foi Joaquim Falcão, ex-presidente do IPHAN. No parecer ele destacava a relevância paisagística, arquitetônica e urbanística.



Na questão paisagística foi destacada a beleza do porto que justifica o quesito de “permanência” e “especificidade” já que dá origem até ao nome da cidade, e também destaca o fato da cidade ser construída sobre mangues e rios; assim o Bairro do Recife foi tombado pelo Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, através da Portaria nº 263 de 23 de julho de 1998, publicado no *Diário da União* em 24 de julho de 1998.

Em suma, foi desconsiderada a relação entre a identidade cultural do patrimônio e os cidadãos. O Bairro do Recife foi tombado pela sua diversidade arquitetônica, em um ato explicitamente político para atender uma exigência do Programa Monumenta. Atualmente, configura-se como um bairro fragmentado pelas políticas de revitalização, que tratam o espaço como mercadoria, sendo possível dessa maneira afirmar que existe uma mercantilização da cultura perpassando pelo centro originário da capital pernambucana.

## 2.2 CENTROS HISTÓRICOS

Antes de ser um centro histórico, o Bairro do Recife é um centro e uma centralidade, conceitos que são muitas vezes confundidos, ou/e usados como sinônimos, no entanto, do ponto de vista geográfico, cada um desses termos possui singularidades e consequentemente diferentes significados.

A centralidade por vezes é abordada com a ideia de lugar, como por exemplo: na centralidade da escola do bairro, nas novas centralidades, etc. No entanto, o termo centralidade não está relacionado a um lugar ou a uma área da cidade, mas sim “à condição de central que uma área pode exercer e representar” (SPOSITO, p. 73, 2016).

Portanto, a centralidade não representa um lugar propriamente dito, não é propriamente concreta, não pode ser vista, sendo difícil de ser representada cartograficamente, em atlas, e nos planejamentos urbanos. No entanto, ela pode ser sentida, acompanha nosso imaginário e nossas lembranças urbanas.

No que tange ao conceito de “centro” é preciso ressaltar a transição das cidades monocêntricas, conceito que marcou o neopositivismo da geografia, para as cidades mais complexas, que levaram a uma nova análise urbana reavaliando as condições de centralidade considerando as cidades policêntricas.

As múltiplas “áreas centrais” da cidade, compreendidas como aquelas em que se concentram atividades comerciais e de serviços, podem, ao contrário, sem empiricamente apreendidas, de modo muito mais direto; por isso, trabalhamos nelas, passamos por suas vias, sentamos em suas praças, participamos de atividade de múltiplas naturezas que nelas se realizam. AS ÁREAS CENTRAIS SÃO, ASSIM,

ESPAÇOS QUE ANCORAM A CONTITUIÇÃO DE CENTRALIDADE, MAS NÃO SÃO A MESMA COISA QUE ELAS (SPOSITO, p. 73, 2016).

O centro, diferentemente da centralidade, é entendido como um espaço de maior acessibilidade, área de maior preço do solo, além de uma grande diversidade das atividades empregatícias (FERNANDES, 2011).

Já no que diz respeito aos centros históricos, segundo Vargas e Castilho (2009) o conceito está diretamente associado à história, à formação e trajetória do núcleo urbano. Dessa forma, quanto mais visíveis as transformações na cidade mais acentuada será a ideia de patrimônio histórico que os centros históricos parecem reafirmar

Entretanto, não se pode analisar tais centros como se fossem cidades fantasmas, pelo contrário, esses centros enfrentam ressignificações constantes, pressões de forças centrípetas e centrífugas, conflitos territoriais (SIMÕES, 1994), além de uma valoração de elementos artísticos, arquitetônicos, geográficos, culturais, históricos (VARGAS e CASTILHO, 2009).

Portanto, o conceito de centro histórico não está associado apenas às questões arquitetônicas, mas ao ponto no qual convergem segundo Vargas:

Os trajetos ou as ações peculiares que facilitam o encontro, o descanso abastecimento. Definindo-o historicamente, como o lugar das trocas comerciais [...] Agregando-se [...] as atividades urbanas, como a religiosa, a de lazer, a política, a cultural, as financeiras e as comando. (VARGAS; CASTILHO, 2009, p. 2).

Já, segundo Peixoto (2003), a expressão “centros históricos”, não apenas remete aos objetos históricos, aos lugares, segundo o autor,

a expressão “centro histórico” faz parte, representa tudo o que nos arriscamos a perder no contexto de uma urbanização galopante, incluindo aquilo que, por vezes, nunca se teve: o espaço público, a qualidade de vida, as referências identitárias, a cidade à escala humana. (PEIXOTO, 2003, p. 213).

Dessa forma, notamos que o conceito de centros históricos para Peixoto (2003) está associado ao simbolismo, representatividade e não diretamente à história dos lugares em si.

O surgimento das cidades industriais, o forte crescimento populacional gerou uma nova forma de apropriação dos espaços urbanos priorizando o capital, fato que se torna mais visível

nos centros. Essas transformações estão relacionadas à força do mercado imobiliário que nas áreas centrais está diretamente sob influência das forças centrípetas e centrífugas.

As forças centrífugas são identificadas como as que acompanham a direção de crescimento das cidades, ou seja, o crescimento em direção à periferia. Enquanto que as forças centrípetas vão na direção contrária, com as transformações nos centros das cidades (SIMÕES, 1994).

A pesquisa irá deter-se nas transformações centrípetas, que podem ser identificadas, também, como uma tendência renovadora, que ocorre na sua maioria nos centros das cidades, que para estarem continuamente incorporados à dinâmica urbana precisam estar em continua transformação (SIMÕES, 1994).

Surge então, o ciclo dos centros históricos, que consiste no momento do apogeu, da decadência e da renovação. O momento do apogeu é aquele no qual o mesmo surge, cheio de vigor, de movimento. O momento da decadência é diretamente influenciado pelo crescimento da rede urbana, no qual surgem outras áreas que se tornam novos centros, sejam turísticos, comerciais, de lazer, políticos, deixando o centro histórico sem integração com a cidade. Por fim, o centro histórico chega no seu momento da renovação, no qual ressurgirá como parte integrante e participante da cidade (SIMÕES, 1994). Este último momento está ligado às revitalizações nos centros histórico.

Sendo assim, considerar-se-á como centros históricos, nessa pesquisa, áreas, objetos, identidades culturais, prédios, bairros, etc. que possuem um simbolismo histórico cultural, representando, portanto, a história, trajetória para a população de um determinado lugar.

### 2.3 O ABANDONO

No decorrer de século XX, o Bairro do Recife inicia seu momento de decadência, começa a perder investimentos do poder público, fato, que acarreta a saída de alguns pontos comerciais, que buscam melhor infraestrutura em outras localidades. Esse processo teve influência no surgimento de novos pontos econômicos no Nordeste do Brasil, mas também de reformas nos bairros vizinhos que se tornaram igualmente equipados, como por exemplo: São José e Santo Antônio, e posteriormente com a expansão imobiliária, residencial e comercial para Boa Viagem, em meados dos anos 1960.

Por volta dos anos 1960, o Bairro do Recife já se encontrava abandonado pelo poder público, sem receber tantos investimentos, assim, passa a ser frequentado cada vez mais por uma parcela pauperizada da população (GOETHE, 2017).

Diante desse cenário, alguns dos moradores do Recife Antigo deixaram suas casas em busca de uma melhor infraestrutura residencial e segurança nos bairros vizinhos. Com isso, muitos casarões, armazéns ficaram sem uso, de forma que novos moradores menos abastecidos economicamente migraram para a região, ocupando esses imóveis. Esse é o caso da Comunidade Nossa Senhora do Pilar, também chamada de Comunidade do Pilar, que surge aproximadamente no ano 1960 e afirma-se como comunidade em 1970 (URPI, 2010).

Mesmo com a falta de investimentos públicos o Recife Antigo nunca deixou de abrigar lojas, bancos, pontos comerciais. Assim, o centro originário da cidade começou a ter um caráter comercial durante o dia, com as ruas preenchidas pelos trabalhadores e seus clientes, mas durante a noite, seu perfil alterava-se, um bairro boêmio, que era palco de bares e frequentado por prostitutas e travestis que dividiam as esquinas com os moradores de rua (LEITE, 2007).

Durante o dia, as atividades econômicas do porto e a movimentação de pessoas nos bancos e instituições públicas asseguravam uma rotina diária aparentemente igual à do restante da cidade. À noite, com as ruas escuras, o bairro era um convite a uma aventura de risco. Prostitutas e travestis dividiam as esquinas com mendigos e meninos que faziam da rua as suas casas. (LEITE, 2007, p. 149).

Nesse mesmo momento (por volta de 1960) a Cidade do Recife como um todo recebe muitos moradores desfavorecidos economicamente. Esse inchaço urbano acontece em parte pela grande seca que assolou a região Nordeste nesse período. Uma das maiores estiagens vivenciadas pela região, fez com que muitos dos moradores do sertão migrassem para os grandes centros urbanos em busca de melhores condições de vida. É o que relata a notícia a seguir, de Antunes, retirada de uma matéria da revista Super Interessante

Essa foi uma das secas mais prolongadas da história do Nordeste: durou 7 anos. O auge do problema foi em 1981. Na época, o ditador-presidente João Figueiredo chegou a fazer uma declaração dizendo que só restava rezar para chover. A estiagem deixou um rastro de miséria e fome: lavouras perdidas, animais mortos, saques à feiras e armazéns por uma população faminta e desesperada. No período, 3.5 milhões de pessoas morreram, a maioria crianças sofrendo de desnutrição. (ANTUNES, 2016).

Os imigrantes por não terem para onde ir, nem emprego, acentuam um processo de favelização na capital pernambucana. Nesse período muitas comunidades de baixa renda

originam-se, outras crescem, as palafitas aumentam. É nesse cenário de abandono do Bairro do Recife pelo poder público e de chegada de novos povos, que se concretiza em 1970, a Comunidade Nossa Senhora do Pilar.

### 3 COMUNIDADE NOSSA SENHORA DO PILAR

A Comunidade Nossa Senhora do Pilar, popularmente conhecida como Comunidade do Pilar, ou apenas Pilar, está localizada na porção norte da ilha do Recife (figura 1), e pertence a Unidade Espacial Recife Centro, composta pela Zeis Coelhos e AP Comunidade Pilar. Inserida nesse contexto de revitalização do bairro histórico, conhecido como Recife Antigo, vem enfrentando pressão do mercado imobiliário.

Figura 1: Localização da Comunidade do Pilar



GOOGLE. Google Earth. Version 7.3 2018. Bairro do Recife

A área que atualmente reconhecemos como pertencente à Comunidade do Pilar, por volta de 1870 recebia o nome de Povoado Fora de Portas, conhecido dessa forma por estar localizado fora das portas que protegiam a Cidade do Recife. A primeira porta era chamada de

Porta da Terra (*Landport*), que estava em direção a Olinda, depois foi substituída pelo Arco Bom Jesus. Esta porta era responsável pelo controle da entrada dos visitantes à cidade.

As outras duas portas eram a Porta do Mar, que por sua vez estava voltada para o porto da cidade, e a terceira porta chamada de Porta da Balsa ou Porta da Ponte, situada na saída da ilha em direção ao continente (LIMA, ARAÚJO, 2016).

Nessa época, a Igreja Nossa Senhora do Pilar já existia. A igreja Nossa Senhora do Pilar ergueu-se sob as ruínas do Forte São Jorge, este uma das construções mais antigas da comunidade, conhecido também como Forte Velho, sua construção data de 1597, uma obra da Companhia de Jesus.

Por volta de 1630 com a invasão holandesa as paredes do forte foram destruídas. Com isso, o Conde Mauricio de Nassau concedeu o forte a Willen Piso, que passou a utilizá-lo como hospital. Com o passar do tempo o hospital ficou subutilizado e no seu lugar construiu-se a Igreja da Nossa Senhora do Pilar, assim como relata Pessis et al. 2013,

o Forte encontrava-se abandonado e não mais utilizado como hospital. Em 1679, foram doadas 25 braças de terra, por sesmaria, incluindo as ruínas do edifício do antigo hospital, pelo Governador de Pernambuco, Aires de Souza de Castro ao Provedor da Fazenda Real de Pernambuco João do Rego Barros, para que ele construísse em seu lugar a Igreja do Pilar. (PESSIS et al. P. 15, 2013).

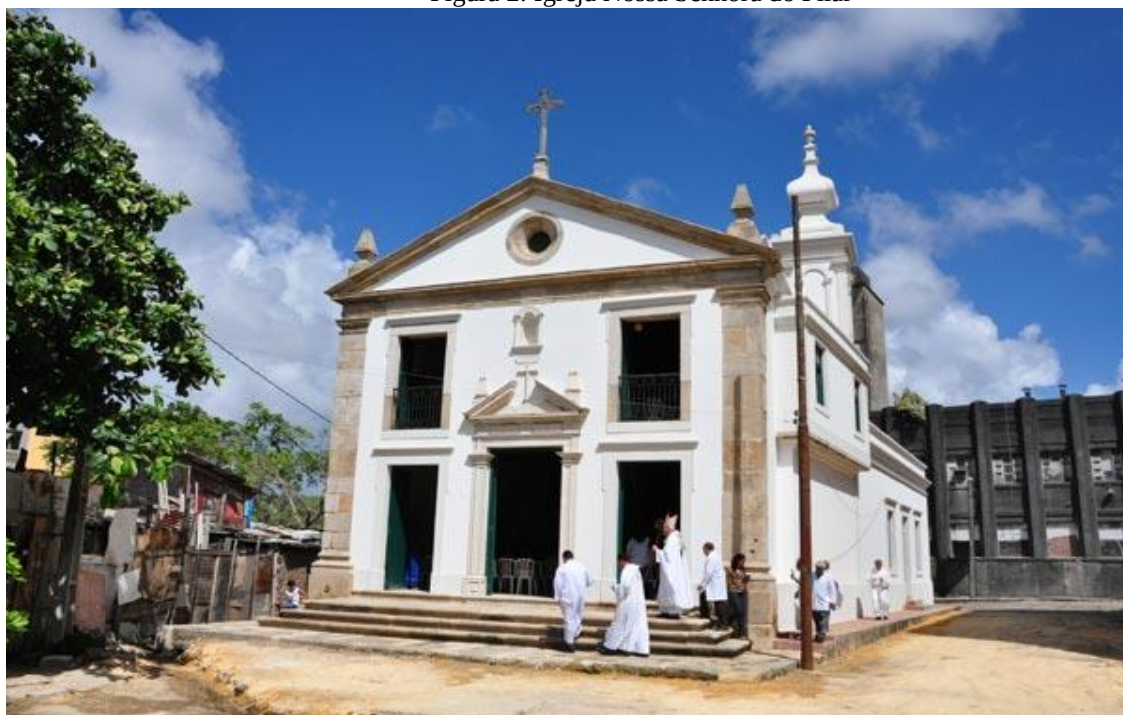
Nessa mesma porção da ilha, próxima à igreja, por tratar-se de uma área central, próxima ao Porto do Recife, possuindo um alto fluxo de pessoas, com o passar do tempo, surge vários empreendimentos. Em 1875 surge uma padaria, atrás da Igreja da Nossa Senhora do Pilar; essa padaria é atualmente conhecida como Fabrica Pilar, um ponto também importante para a comunidade. Por volta dos anos 1895 a padaria se torna uma pequena fábrica de biscoitos. Atualmente a fábrica está localizada no município de Jaboatão dos Guararapes. (FÁBRICA PILAR, 2018?).

Esse é apenas um dos vários exemplos de investimentos que foram atraídos para a ilha, pois se trata de uma área central, com uma boa rede de infraestrutura, contando com saneamento básico, rede de drenagem, iluminação, uma boa mobilidade, ruas que dão acesso ao porto e com um fluxo grande de pessoas que eram atraídas pelos serviços comerciais que o Bairro do Recife oferecia.

A partir da década de 1960, como comentado anteriormente, a ilha inicia um processo de abandono pelo poder público. A junção desse abandono com a sua infraestrutura já

estabelecida, atraiu a população sertaneja, que buscava melhor condição de vida na capital, e os moradores desfavorecidos economicamente durante os anos de 1960 e 1970, que por sua vez agruparam-se no entorno da Igreja Nossa Senhora do Pilar (figura 2), assim consolidando o que conhecemos atualmente como a Comunidade Nossa Senhora do Pilar, originalmente chamada de Favela do Rato.

Figura 2: Igreja Nossa Senhora do Pilar



RECIFE PREFEITURA DA CIDADE. **Bairro do Recife.** <sup>2</sup>

O nome Favela do Rato estava diretamente associado à situação das pessoas que habitavam o local. Assolados pela fome rastejavam pelo chão, sujeitando-se a comer os farelos de biscoitos da Fábrica Pilar, como animais; além disso, a comunidade possuía uma enorme quantidade de ratos, fato que também contribuiu para ser chamada dessa forma (NERY; CASTILHO, 2008).

Atualmente, a comunidade recebe o mesmo nome da Igreja Nossa Senhora do Pilar, pois sempre foi muito influenciada pela mesma. É na igreja que os moradores se reúnem para rezar, para conversar, participar de projetos sociais; no entanto, devido à falta de recurso e de investimento a igreja passou um tempo de portas fechadas, foi assaltada algumas vezes, ficando no imaginário como um espaço de vivências.

---

<sup>2</sup> Disponível em: <<http://www2.recife.pe.gov.br/servico/bairro-do-recife>>. Acesso em: 02 ago. 2017.



A igreja é formalmente reconhecida pela sua importância histórica, sendo uma construção tombada pelo IPHAN. Diante disso, deveria ser um monumento com importância não só para a comunidade a qual pertence, mas também para toda a Cidade do Recife.

Além, de possuir a igreja como patrimônio, a comunidade, por estar localizada em um centro histórico, é palco de achados arqueológicos que podem ajudar a contar a história da Cidade do Recife. Em 2010, iniciaram-se as escavações arqueológicas das quadras 40, I e II, na Quadra 25 e na Quadra 55, respectivamente do lado da Rua Bernardo Vieira de Melo e Rua de São Jorge.

As escavações revelaram utensílios do cotidiano e vestígios da estrutura arquitetônica que ocupavam o espaço no século XVII, além de restos humanos, seguindo um certo padrão, fato que permite dizer que existia um possível cemitério, assim como afirma Pessis et al 2013,

Durantes os trabalhos de escavação arqueológica foram encontrados enterramentos humanos, com padrões recorrentes, que os configuram como um cemitério, provavelmente dos séculos XVII e XVIII. Este achado tornou-se o cerne da pesquisa, dada as suas dimensões e possíveis implicações para a história da Cidade do Recife. Nas escavações da quadra 55, foram identificados 38 sepultamentos humanos, até o momento. Os esqueletos encontravam-se articulados; com a mesma disposição crânio-pelve, voltada para leste, sem enxoval funerário; na mesma profundidade, com pequenas variações, abaixo das estruturas construtivas; alguns estavam sepultados na mesma cova. Todos esses indícios levam a formulação da hipótese de que se trata de um cemitério do período colonial (PESSIS et al, p. 3, 2013).

Os vestígios de construções que foram encontrados provavelmente foram de cinco edificações construídas de tijolo cerâmico maciço e com argamassa de cal e barro. Ainda não é possível dimensionar toda a extensão do arsenal arqueológico que está no subterrâneo da Comunidade do Pilar, pois parte das casas impedem que as escavações avancem.

A importância histórica da área na qual a comunidade está localizada faz com que a mesma seja diferenciada das demais do Brasil, e reconhecida como uma Zona Especial de Preservação do Patrimônio Histórico-Cultural (ZEPH 9), proporcionando-lhe um forte diferencial do ponto de vista do mercado imobiliário.

As ZEPHs são conhecidas pela lei como:

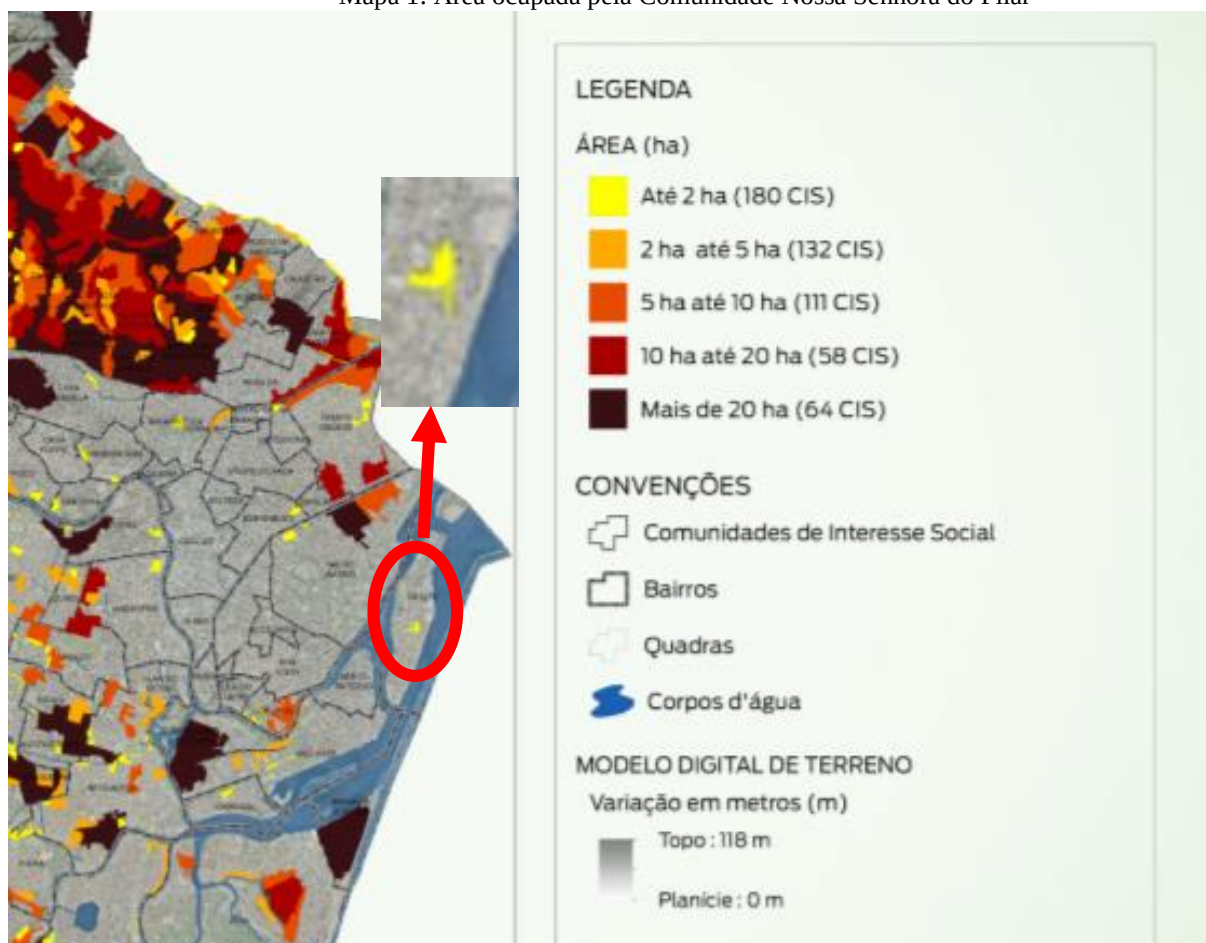
Art. 14 - Consideram-se Zonas Especiais de Preservação do Patrimônio Histórico-Cultural - ZEPH -, as áreas formadas por sítios, ruínas e conjuntos antigos de relevante expressão arquitetônica, histórica, cultural e paisagística, cuja manutenção seja necessária à preservação do patrimônio histórico-cultural do Município. (PERNAMBUCO, 2012).

Mesmo com a notória singularidade que a Comunidade Nossa Senhora do Pilar possui, uma ZEPH, que contem escavações arqueológicas, patrimônios reconhecidos pelo IPHAN, a mesma ainda continua a margem do processo de revitalização do Bairro do Recife.

Em conversas informais com os moradores, eles afirmaram que a comunidade possui cerca de 500 famílias e 2000 habitantes. No entanto, segundo o levantamento da Prefeitura Municipal do Recife, publicado no atlas municipal da cidade (2005), o território do Pilar consta como uma área que possui até 1.315 habitantes, enquadrando-se como uma das menores comunidades da cidade.

Já no que diz respeito à área ocupada, o território da comunidade é de até 2 hectares como pode ser constatado no mapa a seguir, disponibilizado pelo Atlas Municipal do Recife (2005), pelo polígono em vermelho.

Mapa 1: Área ocupada pela Comunidade Nossa Senhora do Pilar



Fonte: Atlas das Infraestruturas Públicas em Comunidades de Interesse Social do Recife, 2014.

Percebe-se, portanto, uma diferença nas informações fornecidas pela Prefeitura do Recife e nas informações obtidas através dos moradores da comunidade. De forma que não se sabe ao certo qual a real quantidade de moradores da comunidade estudada.

### 3.1 INFRAESTRUTURA DA COMUNIDADE

#### 3.1.1 Localização próxima ao centro

Nesse tópico será discutida toda a infraestrutura que perpassa pela Comunidade Nossa Senhora do Pilar. Esse é um dos pontos importantes a ser levado em consideração para aprofundar a compreensão de como a revitalização do Bairro do Recife interfere na comunidade, e sua lógica de acumulação por despossessão.

Essa lógica perpassa pela singularidade da área que é ocupada pela comunidade, uma área central da cidade que possui uma infraestrutura diferenciada, que conta com abastecimento de água, drenagem do solo, saneamento básico, pavimentação, coleta de lixo, além de uma grande circulação de pessoas.

A localização estratégica e central que o Pilar ocupa é representada pelo mapa a seguir.

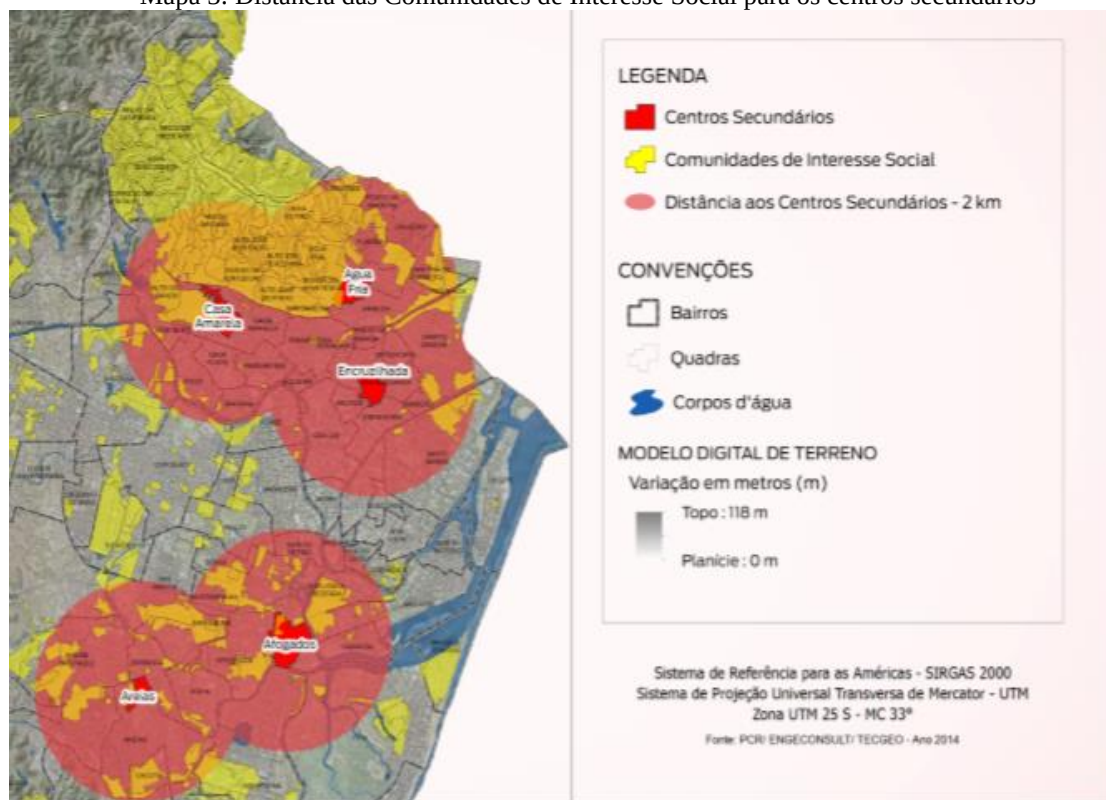
Mapa 2: Localização da Comunidade do Pilar em relação ao centro do Recife



Fonte: Atlas das Infraestruturas Públicas em Comunidades de Interesse Social do Recife, 2014.

A comunidade, localizada no centro histórico, da Cidade do Recife, está próxima, relativamente, também, do centro secundário, no qual estão presentes grandes pontos comerciais, faculdades, uma grande movimentação de pessoas. Essa distância pode ser notada no mapa a seguir.

Mapa 3: Distância das Comunidades de Interesse Social para os centros secundários

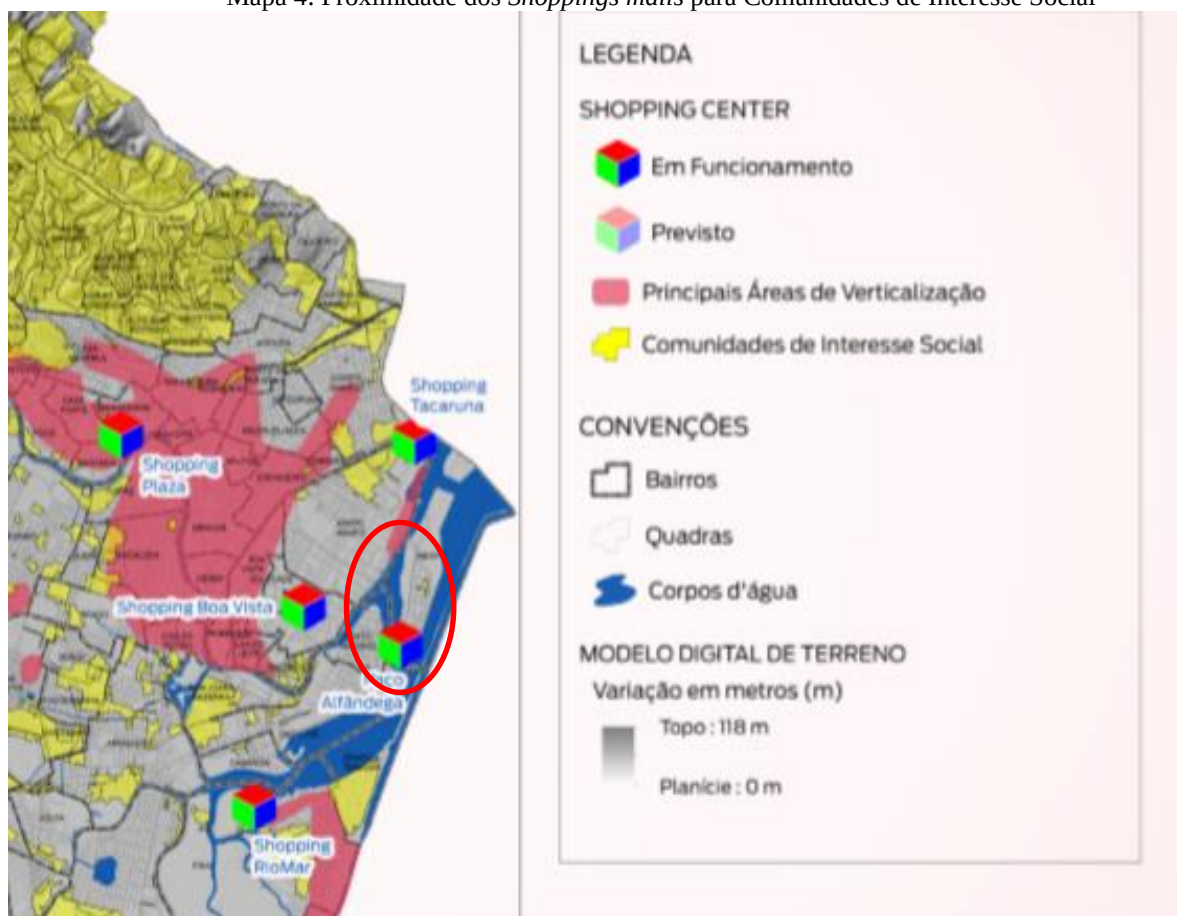


Fonte: Atlas das Infraestruturas Públicas em Comunidades de Interesse Social do Recife, 2014.

Outro ponto que demonstra a boa localização da comunidade é a sua proximidade aos *shoppings malls*, principalmente ao Paço Alfândega, que também está localizado no Bairro do Recife. O Paço Alfândega, foi construído em 1732; o prédio abrigou durante quase cem (100) anos o Convento dos padres da Ordem de São Felipe Neri (Convento dos Oratorianos). Em 1826 o mesmo passa a ser sede da alfândega. Com a mudança do porto para a beira-mar, foi doado à Santa Misericórdia, passou por vários usos até que enfrentar um período de abandono e depois de revitalização (PAÇO ALFANDEGA, 2018).

Atualmente é um *shopping*, um grande atrativo que valoriza o espaço, pois traz consigo uma grande gama de serviços: bancos, lojas, restaurantes. O Mapa abaixo mostra essa proximidade.

Mapa 4: Proximidade dos *Shoppings malls* para Comunidades de Interesse Social



Fonte: Atlas das Infraestruturas Públicas em Comunidades de Interesse Social do Recife, 2014.

### 3.1.2 Desenvolvimento Humano Municipal

Dentro da análise sobre a infraestrutura da Comunidade Nossa Senhora do Pilar é indispensável à reflexão sobre o Índice de Desenvolvimento Humano, pois este é o indicador que mais reflete a realidade dos moradores, e assim suas condições de vida.

Mesmo estando bem localizada, em uma centralidade, em um centro histórico, e próxima do centro secundário da Cidade do Recife e a *shoppings malls*, sendo, um espaço valorizado da cidade, a Comunidade Nossa Senhora do Pilar conta com uma infraestrutura básica, porém não ideal.

A comunidade apresenta, atualmente, segundo o Atlas Municipal do Recife, um dos piores Índices de Desenvolvimento Humano Municipal (IDHM). O IDHM é um índice que abrange dados referentes à renda, longevidade e educação.

Segundo o último levantamento realizado pela Prefeitura Municipal da Cidade do Recife, publicado em 2005, no Atlas Municipal do Recife, a Comunidade Nossa Senhora do Pilar, possui um IDHM considerado médio de 0,700, como podemos ver no trecho a seguir:

Em 2000, o Índice de Desenvolvimento Humano Municipal da unidade espacial é de 0,700. Segundo a classificação do PNUD, a unidade espacial está entre as consideradas de médio desenvolvimento humana (IDH entre 0,5 e 0,8).

Em relação às outras Unidades de Desenvolvimento Humano do Recife, a unidade espacial apresenta uma situação ruim: ocupa a 48ª posição, sendo que 47 Unidades de Desenvolvimento Humano (75,8%) estão em situação melhor e 14 Unidades de Desenvolvimento Humano (22,6%) estão em situação pior ou igual. (RECIFE, 2005).

Levando em consideração apenas a parte do índice de desenvolvimento humano municipal, referente à renda, a comunidade estudada foi a única unidade espacial da Cidade do Recife, que notificou uma redução, entre os anos 1991 e 2000 (últimos levantamentos publicados pela Prefeitura Municipal).

No ano 1991, o índice médio de renda da comunidade analisada (Comunidade do Pilar) marcava 0,640, já em 2000 o mesmo índice registrou uma baixa ficando com 0,627. Nesse ponto pode-se notar que os moradores da comunidade não possuem renda adequada, além de demonstrar como a mesma é esquecida pelo poder público, mesmo estando bem situada, no centro da cidade.

Os dados comentados anteriormente, referentes ao Índices de Desenvolvimento Humano Municipal, estão representados a seguir na tabela abaixo, adaptada do Atlas Municipal da Cidade do Recife e pelo gráfico, que possibilita uma comparação mais completa das comunidades.

A tabela abaixo demonstra, numericamente, os indicadores do IDHM, dos anos 1991 e 2000. As quinze (15) piores unidades de desenvolvimento da capital pernambucana listadas pela Prefeitura Municipal foram apresentadas no Atlas Municipal do Recife, entre elas a Unidade Recife Centro, que ocupa a décima quinta (15ª) posição e é composta pela a Comunidade do Pilar e pela Zeis dos Coelhos.

Com o intuito de complementar a tabela, surgiu a necessidade da elaboração do gráfico, pois assim é possível perceber as condições de moradia e dos próprios moradores da Comunidade Nossa Senhora do Pilar, em relação a outras da Cidade do Recife.

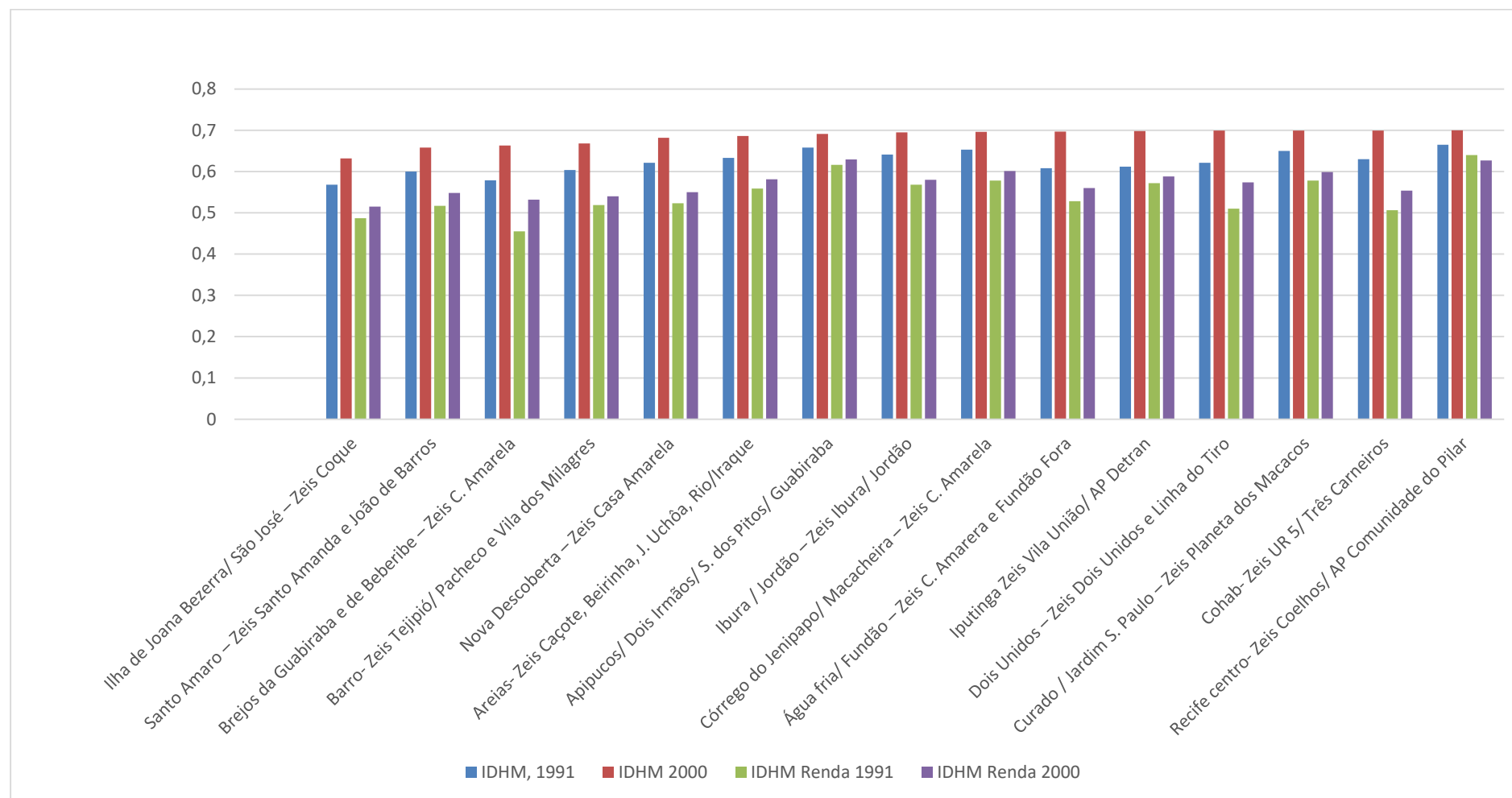


Tabela 2: Índice de Desenvolvimento Humano Municipal dos anos 1991 e 2000

| UDH                                                 | IDHM,<br>1991 | IDHM<br>2000 | IDHM Renda<br>1991 | IDHM<br>Renda<br>2000 |
|-----------------------------------------------------|---------------|--------------|--------------------|-----------------------|
| Ilha de Joana Bezerra/ São José – Zeis Coque        | 0,568         | 0,632        | 0,487              | 0,515                 |
| Santo Amaro – Zeis Santo Amanda e João de Barros    | 0,600         | 0,658        | 0,517              | 0,548                 |
| Brejos da Guabiraba e de Beberibe – Zeis C. Amarela | 0,579         | 0,663        | 0,455              | 0,532                 |
| Barro- Zeis Tejipló/ Pacheco e Vila dos Milagres    | 0,604         | 0,668        | 0,519              | 0,540                 |
| Nova Descoberta – Zeis Casa Amarela                 | 0,621         | 0,682        | 0,523              | 0,550                 |
| Areias- Zeis Caçote, Beirinha, J. Uchôa, Rio/Iraque | 0,633         | 0,686        | 0,559              | 0,581                 |
| Apipucos/ Dois Irmãos/ S. dos Pitos/ Guabiraba      | 0,658         | 0,691        | 0,616              | 0,629                 |
| Ibura / Jordão – Zeis Ibura/ Jordão                 | 0,641         | 0,695        | 0,568              | 0,580                 |
| Córrego do Jenipapo/ Macacheira – Zeis C. Amarela   | 0,653         | 0,696        | 0,578              | 0,601                 |
| Água fria/ Fundão – Zeis C. Amarera e Fundão Fora   | 0,608         | 0,697        | 0,528              | 0,560                 |
| Iputinga Zeis Vila União/ AP Detran                 | 0,612         | 0,698        | 0,572              | 0,588                 |
| Dois Unidos – Zeis Dois Unidos e Linha do Tiro      | 0,621         | 0,699        | 0,510              | 0,574                 |
| Curado / Jardim S. Paulo – Zeis Planeta dos Macacos | 0,650         | 0,699        | 0,578              | 0,599                 |
| Cohab- Zeis UR 5/ Três Carneiros                    | 0,630         | 0,699        | 0,506              | 0,554                 |
| Recife centro- Zeis Coelhos/ AP Comunidade do Pilar | 0,665         | 0,700        | 0,640              | 0,627                 |

Fonte: Tabela adaptada, pela autora, do Atlas Municipal do Recife, 2005

Gráfico 1: Comparativo do IDHM 1991 2000



Fonte: Adaptação da tabela referente ao IDHM realizado pela autora

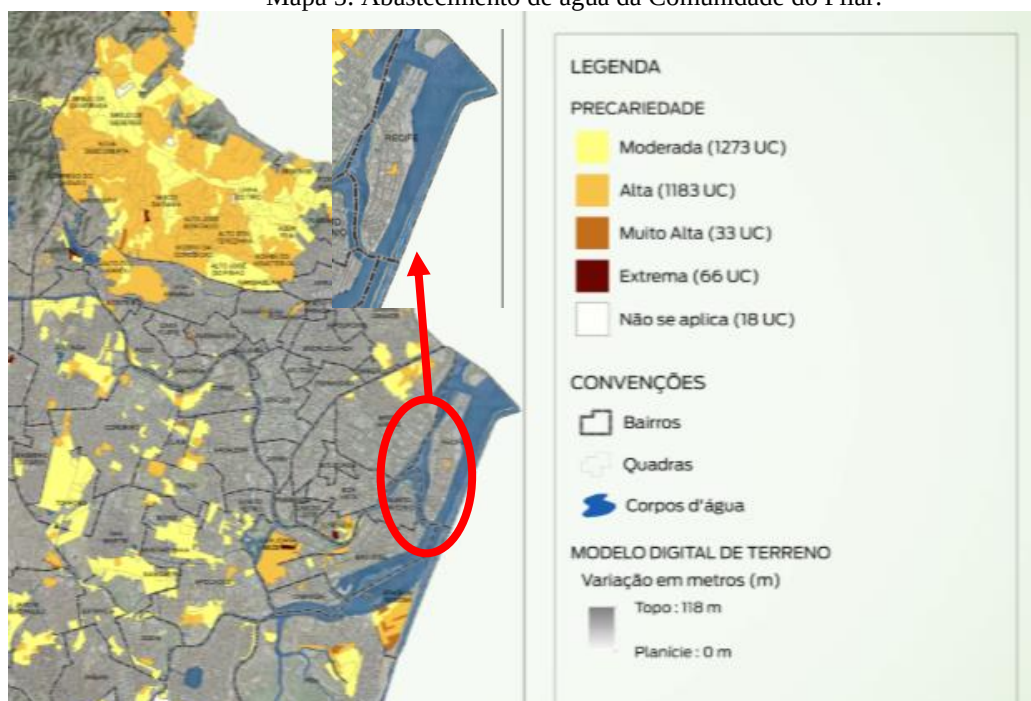


### 3.1.3 Abastecimento de água

Referente ao abastecimento de água, a comunidade recebe água regularmente, porém, esse abastecimento não é considerado o adequado, de forma que a Prefeitura Municipal do Recife a enquadra como uma área de alta precariedade nesse quesito. Esse dado permite afirmar que a área central da cidade já possui uma rede de encanamento e, portanto, de abastecimento de água, sendo uma área diferenciada das demais da cidade, principalmente, quando comparada à periferia que não possui uma infraestrutura básica adequada.

Essa informação pode ser analisada no mapa:

Mapa 5: Abastecimento de água da Comunidade do Pilar.



Fonte: Atlas das Infraestruturas Públicas em Comunidades de Interesse Social do Recife, 2014.

### 3.1.4 Saneamento básico

Outro importante ponto dessa análise que está relacionada à infraestrutura do Bairro do Recife e, portanto, da Comunidade Nossa Senhora do Pilar é o seu acesso ao saneamento básico, pouco mais de 50% da população recifense tem acesso ao mesmo. O acesso ao saneamento impede a propagação de doenças, e permite uma melhor qualidade de vida à população.

Para compreender a infraestrutura relacionada ao esgoto, (saneamento básico), e a drenagem do solo do Bairro do Recife, é preciso realizar um apanhado histórico, pois esses

sistemas de infraestrutura do Bairro do Recife foram idealizados entre 1910 e 1915, durante o Bota-Abaixo, por Saturnino Brito e permanecem em destaque até hoje.

Saturnino de Brito é um dos engenheiros brasileiros mais reconhecidos nacionalmente, quando se trata de obras relacionadas a saneamento. Nasceu em 1864, na cidade de Campos dos Goytacazes, no estado do Rio de Janeiro, formou-se em engenharia civil e especializou-se em engenharia sanitária. Responsável por grandes obras de saneamento, foi o idealizador do projeto sanitário do centro histórico da Cidade do Recife (OLIVEIRA, 2015).

No que diz respeito ao projeto de saneamento básico do Bairro do Recife, no aparato institucional, foi apoiado pelo Departamento de Saúde e Assistência, inicialmente chamado de Conselho de Salubridade, criado em 1840, durante o governo de Rego Barros (o Conde da Boa Vista), por Aquino Fonseca.

O principal propósito do Departamento de Saúde e Assistência consiste em controlar epidemias, assim oferecendo à cidade uma rede de infraestrutura e serviços capazes de ofertar uma melhor qualidade de vida.

A rede de esgotos foi projetada com precisão por Saturnino de Brito, sob uma escala de 1:1.000, contemplava um sistema do tipo separador absoluto, ou seja, continha uma rede para drenar a água das chuvas e uma rede completamente separada de esgotos, que possuía coletor geral, rede secundária, estações coletoras, cloacas e poços de inspeção.

O plano propõe para a expansão urbana uma cidade higiênica, onde uma vez estabelecido o esquema das ruas, de maneira a facilitar a drenagem e o recolhimento das águas, seriam definidas as linhas definitivas da expansão urbana. Ao fazê-lo, expõe que as necessidades da vida moderna não se adaptavam aos traçados irregulares e espontâneos da maioria das cidades do presente, tendo em conta que essas se apoiam no planejamento e na capacidade que esse tem de preceder o futuro. (REYNALDO, p. 113, 2017).

Com base na fala de Reynaldo (2017), pode-se dizer que foi um projeto de engenharia ambicioso que prometia alterar o cenário da antiga ilha da cidade para sempre, trazendo uma melhor condição de vida para os moradores, com mais higiene, menos doenças, além de uma drenagem funcional, e duradoura que funciona até os dias atuais não permitindo que o bairro sofra com alagamentos.

Dessa forma, o Recife Antigo tem uma infraestrutura que permite que o mesmo vá na contramão da geografia do centro histórico da Cidade do Recife, que é uma ilha que passou por vários aterros, com um solo propício a enchentes.

O traçado original desse ambicioso projeto, realizado por Saturnino pode ser constatado no mapa 6.



Fonte: REYNALDO, 2017

Inicialmente o plano traçado para o saneamento básico do bairro histórico proposto por Saturnino de Brito cobria uma área de 1.200 hectares, área equivalente aos bairros do Recife, São José, Santo Antônio, Boa Vista, Espinheiro, Santo Amaro, Afogados, Derby e Encruzilhada.

Dessa maneira, a rede cobriria aproximadamente 5,74% do solo do Recife e constitui o único projeto de envergadura implantado até os dias atuais (REYNALDO, 2017).

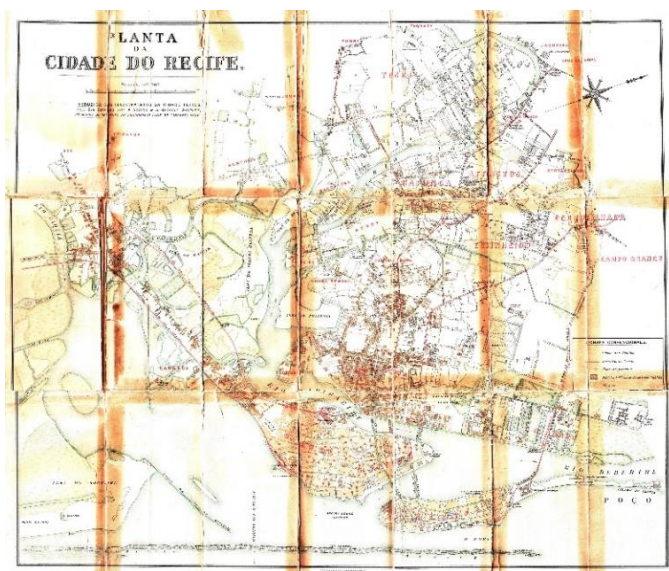
Não se pode precisar qual foi a pressão exercida pelos intelectuais recifenses sobre as ideias de Saturnino Brito, porém, em 27 de janeiro de 1918, em sessão solene, o Instituto Arqueológico, Histórico e Geográfico de Pernambuco – fundado em 1862 para proteger os valores culturais de Pernambuco, reunia, na época, os defensores da cidade colonial- o recebia como sócio. Saturnino de Brito vai muito além no seu discurso de posse. Aproveitou a ocasião para defender o planejamento solução para o ordenamento incorreto de ruas e praças e a insalubridade da estrutura orgânica das cidades crescidas espontaneamente, sem deixar, entretanto, de enfatizar a necessidade de proteção de alguns elementos construídos na mesma trama que urgia corrigir (REYNALDO, p. 117, 2017).

A intervenção projetada por Saturnino de Brito é reconhecida até os dias atuais como um dos melhores projetos sanitaristas planejados e concretizados para a capital pernambucana. Um dos pontos importantes que merece destaque é o fato da isenção dos alagamentos provocados por chuvas nesta porção da cidade. O Bairro do Recife seria um local propício para os alagamentos devido ao seu histórico. A ilha que anteriormente era um estreito istmo sofreu grandes transformações e aterros, o que levou a transformação do mesmo em ilha e o alargamento da faixa de terra. Essas transformações podem ser notadas nos mapas a seguir.



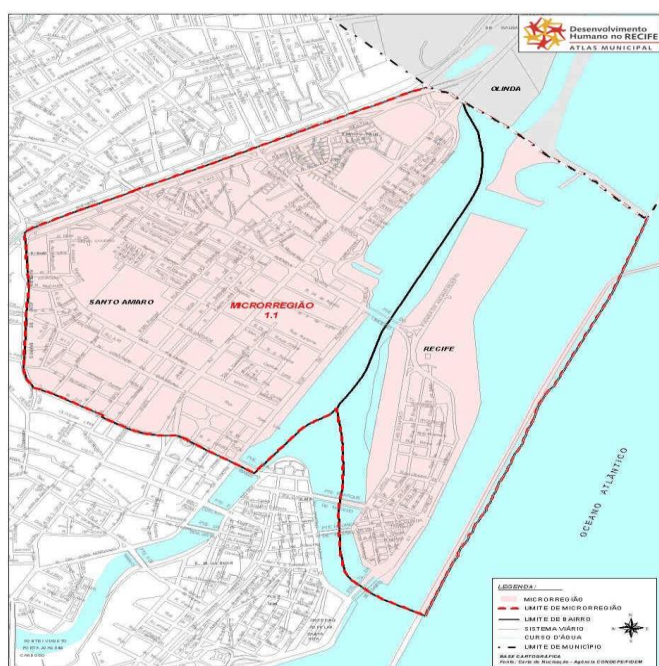
Mapa 7: Istmo do Recife 1639

Fonte: Atlas de J. Vingboons do Instituto Arqueológico, Histórico, e Geográfico Pernambucano



Mapa 8: Recife 1906

Fonte: Produzido por SIR DOUGLAS FOX e SOCIOS e H. MICHELL WHITLEY



Mapa 9: Bairro do Recife

Fonte: Atlas de Desenvolvimento Humano na Região Metropolitana do Recife, 2005



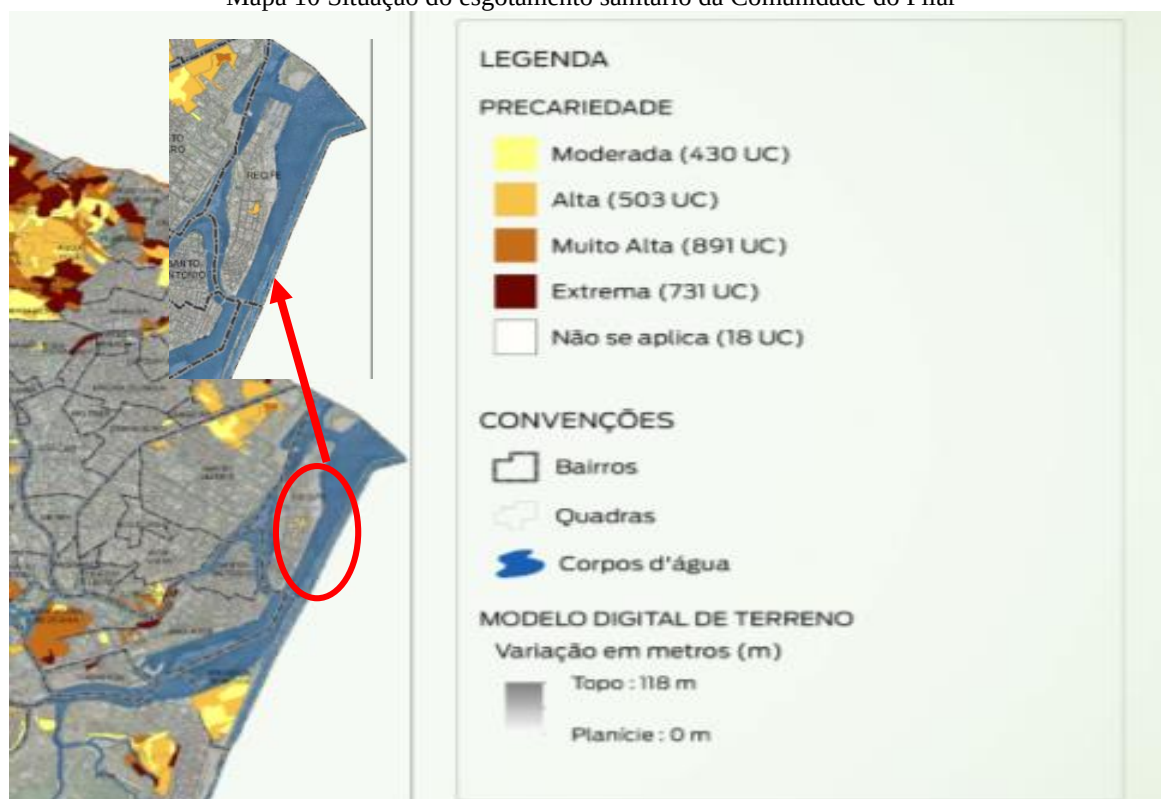
Além dessas imagens a evolução dos aterros pode ser visualizada na figura 3 dos anexos, que apresenta uma sobreposição de imagens, demonstrando como a ilha era em 1648, 1907, 1990 e em 2008.

É fato que a rede em alguns pontos foi ampliada. Uma dessas propostas de ampliação pode ser conferida nas figuras 4 e 5 dos anexos, no entanto, ainda se nota uma grande deficiência sanitária na cidade. Localidades que contam apenas com fossas individuais e comunidades de baixa renda (favelas) a maioria permanece com o esgoto ao céu aberto.

A Comunidade do Pilar também se destaca, sendo classificada pela Prefeitura como uma área que possui uma alta precariedade. No entanto, quando comparada com as demais localidades o Pilar apresenta um índice relativamente diferenciado com 503 UC, quando existem localidades que a precariedade chega apenas até 18 UC.

Esses dados citados anteriormente, relacionados ao saneamento básico podem ser constatados no mapa a seguir que exemplifica cartograficamente a situação das Comunidades de Interesse Social da Cidade do Recife.

Mapa 10 Situação do esgotamento sanitário da Comunidade do Pilar



Fonte: Atlas das Infraestruturas Públicas em Comunidades de Interesse Social do Recife, 2014.



### 3.1.6 Mobilidade urbana

A mobilidade, um dos pontos mais importantes quando falamos de infraestrutura. Mesmo estando localizado em uma ilha o Bairro do Recife sempre contou com uma intensa rede de transporte.

No seu início, o transporte era coletivo e de tração animal, conhecido como Bonde de Tração animal, em funcionamento desde 1840, e seu trajeto pode ser conferido na figura 6 dos anexos. Ele conectava o Bairro do Recife, ao de Santo Antônio e São José e os territórios suburbanos e rural. Assim se formava a primeira rede de transportes da Cidade do Recife.

Além disso, existia também o trem urbano que era interligado com a tração animal e conectava o Recife ao Agreste, a Mata Sul, e a Mata Norte. Para complementar a rede, existia o trem da linha Cercanias ligava Recife-Cabo, Recife-Limoeiro, Recife-Moreno (REYNALDO, 2017).

Por fim, em 1914, instala-se o primeiro bonde elétrico. Em Paris, primeira cidade a adotar esse meio de transporte, já contava com o mesmo desde 1881, o de Barcelona começou a circular por volta de 1898. Em 1900 Paris, possuía metrô, assim constatando o atraso na infraestrutura viária recifense.

A tração animal foi substituída pelo bonde elétrico, que pode ser consultado na figura 7 dos anexos, proporcionando um aumento significativo no sistema de transporte e na mobilidade urbana. É a partir deste momento que a rede ferroviária se expande para diferentes territórios substituindo o trem urbano.

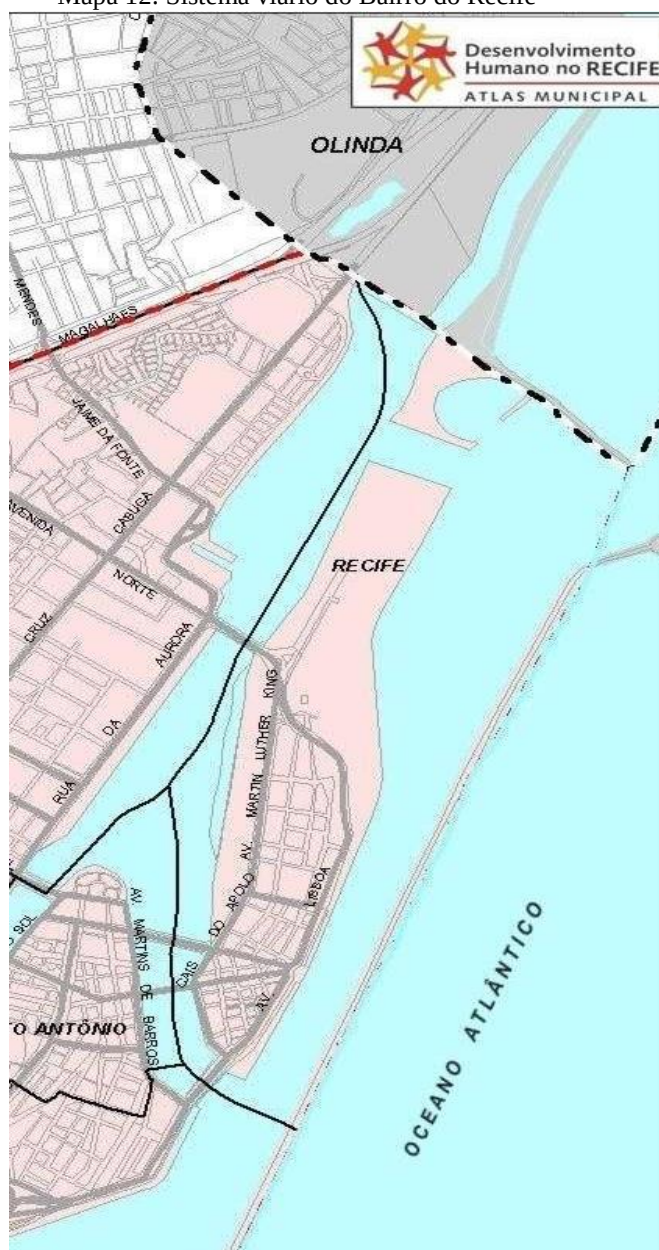
Quanto ao espaço central, a primeira radial – avenida Marquês de Olinda, ponte Maurício de Nassau, ruas 1º de Março, Sigismundo Gonçalves e Nova–seria a mais importante via da circulação urbana da época. Distribuída dois percursos ao sul, a partir da praça da Independência, e outros três a partir da praça Maciel Pinheiro, na Boa Vista. Esses últimos sofriam bifurcações na Encruzilhada e no Entroncamento, até formar as oito radiais da estrutura viária do Recife, no início da década de 1930. As vias radiais, cujo centro estava no Bairro do Recife, apostavam pela conexão interurbana do porto e das atividades do Bairro portuário com os distintos territórios da cidade (REYNALDO, p. 122, 2017).

Atualmente o centro histórico da Cidade do Recife, no sentido da mobilidade urbana, conta com duas grandes vias de acesso ao continente, nas quais trafegam carros particulares, táxis. No entanto em relação aos transportes públicos coletivos nessa área da cidade são poucos, restringindo o acesso ao bairro da parcela da população que depende exclusivamente desses transportes.

O bairro cercado por rios ainda conta com o projeto de navegabilidade do rio Capibaribe, que por sua vez, quando for concretizado, a Comunidade Nossa Senhora do Pilar além de estar próxima de avenidas importantes que ligam o centro histórico ao continente, ficará próxima, também, das estações que serão construídas no rio.

Sendo possível fazer uso dos rios da cidade como via de transporte, aumentaria a mobilidade da ilha. Esse projeto promete uma nova visão e uma relação mais saudável com o rio, pois este terá um papel importante para os recifenses, de forma que projetos para melhorar a qualidade da água do rio poderão ganhar maior proporção.

Mapa 12: Sistema viário do Bairro do Recife



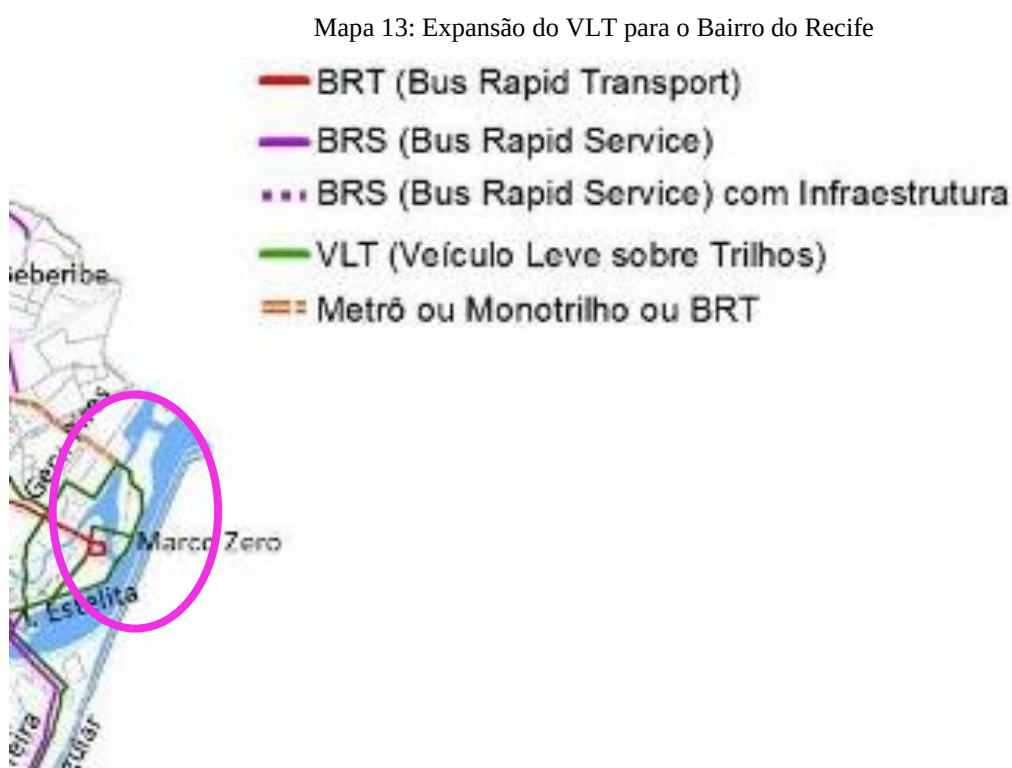
Fonte: Atlas de Desenvolvimento Humano na Região Metropolitana do Recife, 2005.



Com a intenção de melhorar o acesso ao Bairro do Recife, há projetos futuros que melhorarão a mobilidade dos transportes públicos, principalmente no que se refere à expansão do sistema do Veículo Leve Sobre Trilhos (VLT) e do Bus Rapid Transport (BRT) para a área histórica da cidade.

Esse sistema ampliará a rede de transportes públicos que integram o bairro ao restante da cidade, que ficará mais acessível aos turistas que pretenderem conhecer o Marco Zero do Recife.

O projeto de expansão dos VLTs pode ser visto no mapa a seguir.



Fonte: MOBILIZE MOBILIDADE URBANA SUSTENTÁVEL<sup>3</sup>

Com os dados apresentados, é possível afirmar que a comunidade analisada conta com uma infraestrutura básica diferenciada do restante da cidade, sendo alvo do mercado imobiliário que busca expandir-se para áreas valorizadas, centrais e que já contam com uma infraestrutura básica, de forma que não seria necessário investimento econômico para sua realização, aumentando, portanto, a margem de lucro.

<sup>3</sup> Disponível em: <<http://www.mobilize.org.br/noticias/4501/em-recife-monotrilho>>

## 4 A REVITALIZAÇÃO URBANA

Diante do abandono que o Bairro do Recife enfrentou a partir da década de 1960, o poder público aliado às empresas privadas traçam um projeto de revitalização com o intuito de transformar o centro originário da Cidade do Recife em uma atração turística, assim trazendo novamente a “vida” do lugar.

O termo revitalização é facilmente confundido com outros termos como renovação, reabilitação, requalificação, promoção urbana e territorial, porém cada um desses termos possui um significado próprio, como veremos a seguir.

### 4.1 RENOVAÇÃO

Segundo o relatório Políticas Públicas de Revitalização: reflexão para a formulação de estratégias e operacional das atuações a concretizar no Quadro de Referência Estratégica Nacional (QREN), o termo renovação está associado à ideia de demolição. Ou seja, uma renovação pressupõe a demolição de edifícios, ruas etc. e uma nova construção substituindo a antiga, geralmente com uma nova morfologia e uma nova função.

A renovação gera impactos sociais que estão relacionados segundo o Guerra et al. (2005)

a reocupação das zonas centrais pelas atividades económicas de ponta (escritórios de grandes empresas, sector financeiro) e pela função residencial de elevado valor financeiro; ou seja

a expulsão de parte da função residencial dos centros das cidades com a periferização das classes médias e das atividades económicas de fraca capacidade económica, ambas sem força para competir no mercado imobiliário com empresas de elevado estatuto económico e grande prestígio que buscavam no centro uma localização estratégica (GUERRA et al., p. 17, 2005).

A renovação ainda pressupõe de uma mudança estrutural que abrange a dimensão morfológica, (a forma da cidade, paisagem), a dimensão funcional e por fim, a dimensão social, (a substituição geralmente de residentes por outros com nova condição de rendimentos e estilo de vida).

### 4.2 REABILITAÇÃO

O conceito de reabilitação está condicionado a um tratamento profundo na rede edificada, seja na questão social ou estrutural. Diferente da renovação, a reabilitação não destrói, apenas acontece uma adaptação ou readaptação para as novas conjunturas funcionais sociais e urbanísticas.

O processo de reabilitação está diretamente ligado às residências, podendo trazer uma nova realidade de qualidade de serviços e instalações. No caso de uma reabilitação urbana cada prédio tem a sua especificidade, podendo ocorrer, também, a demolição de alguns. O mesmo se verifica a reabilitação ocorrer em um único edifício, como por exemplo, mudanças estruturais, como afirma MOURA et al (2006)

A renovação faz um tratamento hard do tecido edificado e, por consequência, do tecido social e económico. A reabilitação não representa a destruição do tecido, mas a sua “habilitação”, a readaptação a novas situações em termos de funcionalidade urbana. Trata-se de readequar o tecido urbano degradado, dando ênfase ao seu carácter residencial, no qual geralmente se fazem duas intervenções complementares. (MOURA et al, p.18. 2006).

### 4.3 REQUALIFICAÇÃO

A requalificação está associada à melhoria de vida da população. Para isso geralmente se promove uma melhoria na infraestrutura, a valorização do espaço por meio de medidas de dinamização social e econômica. Está condicionada, também, a promoção da reintegração da área à cidade, promovendo melhor acessibilidade ou centralidade.

A requalificação também promove uma mudança na economia, desenvolvendo atividade com alto potencial econômico; na cultura, promovendo atividades culturais que tenham potencial econômico; paisagístico e social, reintegrando a área. Dessa forma, o valor econômico da área aumenta.

tem um carácter mobilizador, acelerador e estratégico, e está principalmente voltada para o estabelecimento de novos padrões de organização e utilização dos territórios, e para um melhor desempenho económico. (GUERRA et al., 2005).

### 4.4 PROMOÇÃO URBANA E TERRITORIAL

A promoção Urbana e Territorial consiste em promover a atração de esforços relacionados à economia, às instituições e às questões sociais, antes do processo de revitalização iniciar.

Consiste na comunicação dos processos de revitalização, concretizando os objetivos e dando visibilidade ao processo. Em suma, é um marketing do projeto de revitalização. Assim como afirma MOURA et al (2006)

As políticas de promoção urbana estão na retaguarda da gestão e da comunicação do processo de revitalização e cobrem actuações como o fund-rising, o marketing, e o novo branding urbano e territorial. Face à implementação de muitos programas desenvolvidos nas últimas décadas centrados na promoção dos centros históricos e áreas com uma

“herança” turístico-cultural, as experiências mais interessantes giraram em torno de uma carta de apresentação que sintetiza os objectivos da revitalização. (MOURA et al, p.21, 2006).

#### 4.5 REVITALIZAÇÃO

Todos os conceitos acima citados podem integrar-se em uma intervenção mais vasta -a Revitalização Urbana- que prevê um planeamento estratégico capaz de intervir a médio e longo prazo promovendo vínculos relacionados às questões sociais e territoriais, e atividades econômicas.

Entretanto, a revitalização não é uma soma de projetos relacionados à performance económica, à sustentabilidade física e ambiental e à relação social e cultural. Pode-se ver no esquema a seguir, retirado do Relatório de Políticas Públicas de Revitalização Urbana, p. 23 (2005), que o processo de revitalização é mais complexo do que a soma dos itens citados anteriormente.

Figura 3: Esquema da Revitalização Urbana



Fonte: GUERRA, Isabel et al. Políticas Públicas De Revitalização Urbana: Reflexão Para A Formulação Estratégica E Operacional Das Actuações A Concretizar No Qren. [s. L.]:Lisboa Iscte / Cet, 2005. p.190<sup>4</sup>

<sup>4</sup> Disponível em: [http://www.qren.pt/np4/file/1427/12\\_Pol\\_ticas\\_P\\_blicas\\_de\\_Revitaliza\\_\\_o\\_U.pdf](http://www.qren.pt/np4/file/1427/12_Pol_ticas_P_blicas_de_Revitaliza__o_U.pdf) - acesso em 28/08/2017

Dessa forma, a revitalização urbana é um projeto que aceita modificações. O intuito é atender às necessidades da área, prevendo de forma integrada intervenções no que diz respeito à qualidade de vida, condições socioeconômicas.

Os processos de revitalização precisam integrar duas dimensões: a lógica sistêmica e a lógica do lugar. A primeira diz respeito à integração entre a área revitalizada, a cidade, região, o sistema nacional, ou seja, perceber os impactos tanto na área revitalizada como nas regiões próximas.

A lógica do lugar corresponde às proximidades das áreas revitalizadas, reforçando a mobilização e participação dos diferentes atores. Dessa maneira, para que se concretize um olhar integrador sobre a área revitalizada é preciso que as políticas e a governança urbana caminhem juntas (GUERRA et al., 2005).

Além de todos itens (citados anteriormente) que precisam ser considerados no processo de revitalização, é preciso antecipar desafios frequentemente vivenciados em tais processos, como por exemplo: aumentar a eficiência do trânsito promovendo a coesão e integração inter e intra-cidades, promover a dinamização dos cidadãos, prevendo melhor qualidade de vida e bem estar social, abranger as dimensões sociais, econômicas, culturais e ambientais, por fim, é importante levar em consideração que é preciso contribuir para o processo de modernização da área revitalizada e as áreas ao seu entorno.

Portanto, nessa pesquisa iremos considerar o conceito de revitalização utilizado por Guerra et al. (2005)

Propõe-se que o conceito de Revitalização Urbana seja entendido sobretudo como uma estratégia e um processo, distinguindo-se da generalidade dos programas urbanísticos, de um modo geral sem transversalidade e integração nas suas linhas de atuação. Neste sentido, a revitalização urbana desenvolve estratégias e promove um processo com carácter inclusivo e integrador, capaz de provocar iniciativas, projetos e atuações – de carácter transversal e setorial -, sendo um instrumento de gestão coletiva do território com capacidade para utilizar como recursos próprios programas urbanos muito diferenciados, de cariz mais social, económico ou cultural (GUERRA et al., p. 25, 2005).

Além de caracterizar-se pelo planejamento transversal, visa: promover a diversidade nas esferas do desenvolvimento social e econômico, promover projetos antecipando possíveis dificuldades sejam elas, econômicas, sociais, ambientais, monitorar projetos que prevejam as dificuldades e as potencialidades do lugar desde a sua criação até a sua execução.

Assim, percebe-se que o processo de revitalização é complexo, por considerar os vários aspectos da área, como o trânsito, as questões culturais e econômicas, os aspectos sociais e ambientais, além da preocupação com a integração inter e intra-cidades e com as dificuldades encontradas durante toda a execução do projeto.

## 5 PROJETOS DE INTERVENÇÃO

Frequentemente justifica-se a necessidade de uma revitalização no centro histórico do Recife, com o discurso de que o bairro está abandonado não só pelas pessoas, mas também esquecido pelo poder público.

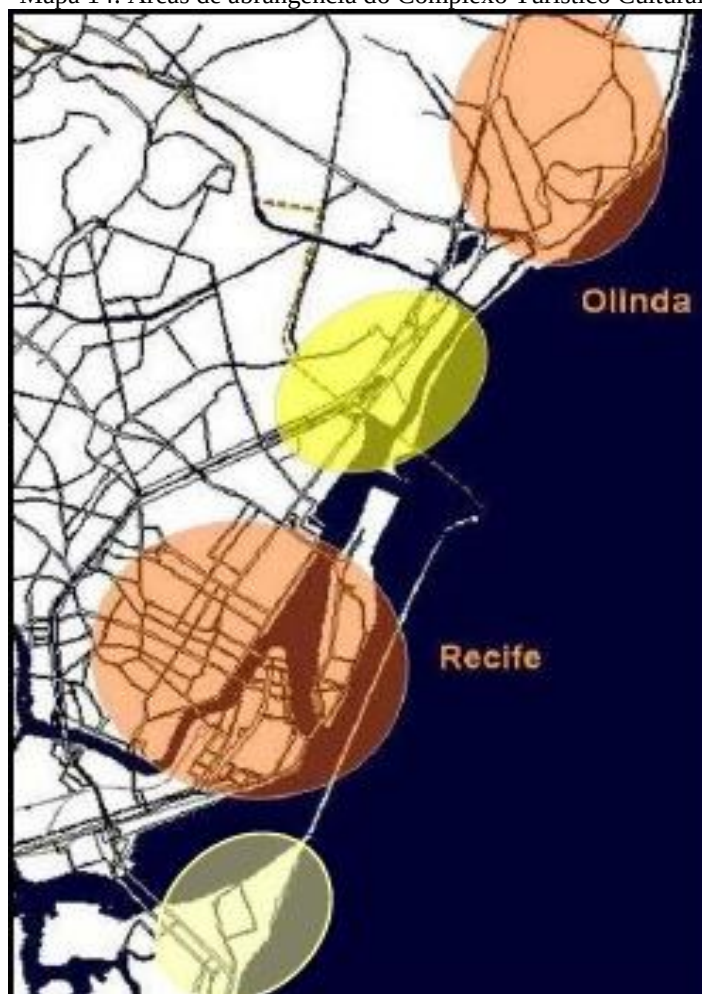
No entanto, encontram-se algumas fragilidades nesse argumento, pois como dito anteriormente, a ilha sempre comportou atividades comerciais, moradores de ruas, e transeuntes que preenchiam as ruas.

O centro histórico já recebeu várias intervenções, seja em forma de leis ou com mudanças físicas. Algumas medidas visando à preservação do patrimônio foram adotadas, na década de 1970. Foi elaborado o Plano de Preservação dos Sítios Históricos da Região Metropolitana do Recife, que posteriormente influenciou a Lei de Zonas Especiais de preservação, datada de 1979 (GOMES, 1995). Em 1985 e 1989, outras intervenções ocorreram durante o governo de Jarbas Vasconcelos, que instituiu o Plano de Reabilitação do Bairro do Recife que pretendia uma reabilitação do bairro para os seus próprios moradores, ou seja, não tinha propósitos voltados nem ao comércio, nem ao turismo (ZANCHETTI, 1995).

Em 2003, é apresentado um importante plano quando se trata da Cidade do Recife: o Plano do Complexo Turístico e Cultural Recife-Olinda, no qual o Bairro do Recife também é abrangido. Proposto e realizado pela Prefeitura do Recife e pela Prefeitura Municipal de Olinda, sob a supervisão da Secretaria de Planejamento, Urbanismo e Meio Ambiente e Secretaria da Cultura do Recife, bem como a Secretaria de Planejamento e Meio Ambiente e Secretaria de Patrimônio, Ciência e Cultura de Olinda, contou ainda com apoio do Governo do Estado de Pernambuco, por meio da Agência Estadual de Planejamento e Pesquisa de Pernambuco- CONDEPE FIDEM. Tinha como objetivo geral: “Oferecer propostas e instrumentos para promover a integração do planejamento e gestão territorial com a gestão das atividades turístico-culturais, na região que compreende os núcleos históricos de Recife e Olinda e seus eixos de conexão” (MARINHO, p. 1, 2003).

O projeto do Plano do Complexo Turístico e Cultural Recife-Olinda divide a área de abrangência, que contempla parte da Cidade do Recife e o centro histórico de Olinda em quatro sub-áreas (Mapa 14). Assim, torna-se um projeto que influencia várias outras revitalizações e intervenções em vários pontos da cidade, como por exemplo, a construção da AV. Brasília Formosa, e o tão polêmico projeto para revitalizar o Cais José Estelita, denotado de Novo Recife.

Mapa 14: Áreas de abrangência do Complexo Turístico Cultural



Fonte: MARINHO, Geraldo et al. Complexo Turístico Cultural Recife-Olinda. Recife: Fundação Para O Desenvolvimento da Universidade Federal de Pernambuco, 2003 <sup>5</sup>

O Plano influenciou diretamente o projeto de revitalização do Bairro do Recife, denotado de Novo Porto.

### 5.1 PORTO NOVO

Após cem anos da primeira reforma realizada no Porto do Recife (a reforma do Bota-Abaixo, 1910), em 2010 surge o projeto de revitalização Novo Porto, tendo como seu presidente Pedro Mendes. Essa revitalização propõe transformar a ilha em um importante polo turístico de serviços e de lazer, assim modificando a sua função, que deixará de ser primordialmente econômica.

---

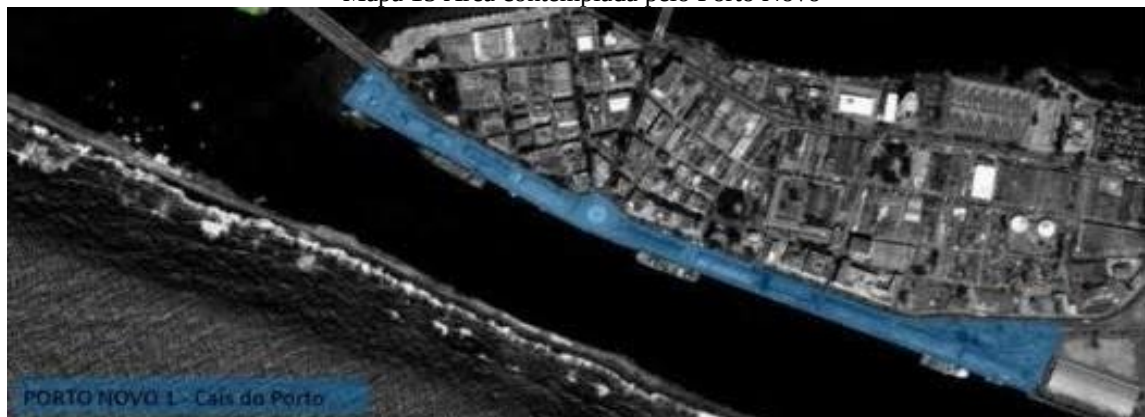
<sup>5</sup> disponível em

[https://www.academia.edu/7093845/Plano\\_urban%C3%ADstico\\_do\\_Complexo\\_Tur%C3%ADstico\\_Cultural\\_Recife\\_Olinda](https://www.academia.edu/7093845/Plano_urban%C3%ADstico_do_Complexo_Tur%C3%ADstico_Cultural_Recife_Olinda), acesso em 15/02/2018



O projeto contempla a área não operacional do porto, cuja extensão é de pouco mais de 1,5 km, (Mapa15) e abriga nove armazéns pertencentes ao porto, dos quais seis podem ser vistos nas figuras 4 e 5.

Mapa 15 Área contemplada pelo Porto Novo



Fonte: PROJETO DE URBANIZAÇÃO DO CAIS DO PORTO.<sup>6</sup>

Figura 4: Armazéns 12, 13 e 14



Fonte: PORTO DO RECIFE, 2018<sup>7</sup>

Figura 5 Armazéns 7,8,9



Fonte: PORTO DO RECIFE, 2018

<sup>6</sup> Apresentação pública realizada pelo Governo do Estado de Pernambuco em Janeiro de 2011. Recife/PE, 2011.

<sup>7</sup> Disponível em: [http://www.portodorecife.pe.gov.br/cais\\_patrios\\_armazens\\_silos.php](http://www.portodorecife.pe.gov.br/cais_patrios_armazens_silos.php), acesso em 06/11/102

Os armazéns estão passando por transformações. O projeto prevê a construção de centros de convenções, centro de artesanatos, museu, cinema, teatro, salas empresariais, lojas comerciais, hotel, marina, restaurantes e espaços para eventos. É um investimento que promete alterar a paisagem do centro histórico, integrando-o ao momento de crescimento da Cidade do Recife.

O Porto Novo é uma aliança entre o público e o privado. Exemplo dessa aliança é a verba para a reforma dos armazéns 10 e 11 que, em parte, será proveniente do Governo de Pernambuco e do Governo Federal. O restante dos antigos galpões será custeado pela iniciativa privada.

Com o objetivo de valorizar a cultura, os trabalhadores e o artesanato local, o armazém 11 foi transformado em uma grande loja de artesanatos (figura 8 dos anexos), que além de valorizar o local, a economia da cidade também seria beneficiada. O projeto foi encabeçado pela ex-primeira-dama do estado Renata Campos, viúva do ex-governador Eduardo Campos, e foi o primeiro equipamento entregue pelo projeto a receber um investimento em torno de R\$ 5 milhões de reais.

Quanto ao armazém 10, outro equipamento que recebeu verba pública, corresponde atualmente ao Museu Cais do Sertão (figura 9 dos anexos). A obra possui uma área total de 7.500m<sup>2</sup> e foi assinada pelos arquitetos Francisco Fanucci e Marcelo Ferraz, proporcionando ao visitante uma imersão a cultura popular nordestina.

O fio condutor do museu foi a obra de Luiz Gonzaga; mesclando a tecnologia com a tradição popular é criado uma atmosfera que proporciona uma viagem ao sertão nordestino, alimentada pela arquitetura que remete ao solo e aos componentes rochosos da caatinga.

O museu é dividido em dois módulos, o primeiro é destinado à exposição de longa duração e o segundo, possui um vão livre de 56m, para as exposições de curta duração, além da reserva técnica, auditório (CAIS DO SERTÃO, 2018).

Enquanto a estrutura original do antigo armazém do Porto do Recife só é vista no teto do primeiro módulo, fora sua estrutura metálica (figura 10 dos anexos), todo o resto do armazém foi completamente reformado.

Os restantes dos armazéns (9, 12, 13, 14, 15, 16, e 17) serão reformados para abrigar escritórios, restaurantes, bares, lojas de entretenimento e pontos comerciais. O projeto ainda prevê a construção de uma marina internacional, hotel e um centro de convenções. De forma que segundo a licitação cada armazém terá uma função específica.

Os armazéns 12, 13 e 14 vão ter restaurantes, bares, lojas de entretenimento e comerciais, espaços para exposições e eventos fechados. O armazém 15 terá hotel ou apartamentos de longa estada, com no mínimo 200 unidades, em padrão igual ou superior a três estrelas. O estabelecimento deverá ter restaurantes, lojas, bares, salas de reunião, piscina, academia de ginástica e número de vagas de garagem compatível. Os armazéns 16 e 17 terão centro de convenções integrado ao hotel, com capacidade mínima para quatro mil pessoas, com espaços modulares, para possibilitar o maior número de eventos possíveis (PORTO NOVO, 2018).

Dessa maneira pretende-se transformar o centro histórico da Cidade do Recife em uma área destinada ao lazer e ao turismo e, portanto, “devolver” a sua dinamicidade urbana e importância para o Recife.

## 5.2 PROGRAMA DE REQUALIFICAÇÃO URBANÍSTICA E INCLUSÃO SOCIAL DA COMUNIDADE DO PILAR

A Comunidade Nossa Senhora do Pilar, localizada no Bairro do Recife, possui o seu próprio projeto de revitalização, denotado de Programa de Requalificação Urbanística e Inclusão Social da Comunidade do Pilar.

O programa prevê a melhoria urbana de toda a comunidade, abrangendo toda a infraestrutura necessária para isso. Assim, não só existe uma preocupação com a parte física do projeto, mas também há uma preocupação com a adaptação dos moradores à nova realidade do bairro e, portanto, da comunidade. Para isso a Prefeitura da Cidade do Recife (PCR), compromete-se com o resgate histórico e cultural da comunidade.

Dessa forma, ações de desenvolvimento comunitário com projetos voltados para a geração de emprego e renda, educação ambiental, gestão condominial e educação patrimonial recebem destaque no programa de requalificação.

Uma das ações realizadas pelo projeto foi a recuperação interna e externa da Igreja Nossa Senhora do Pilar que passou um período com suas portas fechadas. A reforma foi realizada pelo IPHAN, pois a igreja é um bem tombado por este órgão. A revitalização do prédio contou com a limpeza e consolidação dos ornatos internos e a construção de um novo telhado.

A iniciativa pública também prevê a entrega de 588 apartamentos residenciais, que serão entregues às famílias da comunidade. O programa que pretende transformar e integrar toda a comunidade à área turística do bairro, também promete valorizar as escavações arqueológicas que estão sendo realizadas na área pela Fundação Seridó, resgatando, assim, a história do bairro que abrigou tanto monumentos religiosos como também de cunho social.

Inicialmente o programa foi orçado em 39,4 milhões de reais, e recursos disponibilizados pelo Banco Nacional de Desenvolvimento Social (BNDES), e Caixa Econômica Federal, que por sua vez contou com recursos do Fundo Nacional de Habitação e Interesse Social (FNHIS) e do Programa de Aceleração do Crescimento (PAC).

A construção mercado, creche, área de lazer, posto de saúde e o calçamento das ruas estão previstos no projeto, que pode ser visto na figura abaixo. Para a realização desses investimentos, a Prefeitura afirma que os próprios moradores da Comunidade do Pilar serão empregados nas obras, assim gerando mais empregos e renda.

Figura 6: Projeto do Programa de Requalificação Urbanística do Pilar



Fonte: PROPAGANDA POLÍTICA E REALIDADE NA COMUNIDADE DO PILAR. Recife: Seja A Mudança, 2005. P&B.<sup>8</sup>

Um projeto, que possui um discurso de inclusão e melhor qualidade de vida, que na sua teoria renova o sentimento de esperança dos moradores que sonham em ter um trabalho, renda e dignidade na sua moradia, mas que possui uma face perversa, agindo sob a lógica da acumulação por despossessão.

<sup>8</sup> Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=XQHh2tkc6Mc>

## 6 SERÁ QUE TEM INCLUSÃO?

É importante sempre questionar-se sobre a real inclusão da Comunidade Nossa Senhora do Pilar no projeto de revitalização do centro histórico do Recife e na inclusão do Bairro do Recife.

Assim, será que o fato da comunidade ser citada no Plano Urbanístico do Complexo Turístico Cultural Recife-Olinda, no Porto Novo e por ter recebido o Programa de Requalificação Urbanística e Inclusão Social do Pilar assegura que a mesma esteja sendo considerada na dinâmica urbana do Bairro do Recife?

Com o propósito de responder o questionamento realizado acima, o primeiro ponto que foi levado em consideração, nesta pesquisa, está no documento do Plano Urbanístico do Complexo Turístico Cultural Recife-Olinda, pois este influenciou diretamente o projeto Porto Novo e o Projeto de Requalificação Urbanística e Inclusão Social da Comunidade Nossa Senhora do Pilar.

O Plano Urbanístico do Complexo Turístico Cultural Recife-Olinda traz um levantamento de todas as comunidades de baixa renda que estão presentes na sua área de abrangência e um estudo sobre as mesmas. Dentre essas comunidades, a comunidade estudada: Comunidade Nossa Senhora do Pilar.

No entanto, apesar de reconhecer essas comunidades, o Plano destaca algumas dessas áreas que são ocupadas por moradores de baixa renda como espaços vazios, desocupados e disponíveis para especulação imobiliária.

A área que hoje representa a porção do espaço que é ocupado pela Comunidade Nossa Senhora do Pilar (assinalada no mapa por um polígono azul no mapa 16), é uma dessas localidades que o próprio Plano destaca como área vazia ou subutilizada da Cidade do Recife.

Nesse sentido cabem as seguintes perguntas: Por que essa área é considerada como vazia e passível para investimentos imobiliários? E os moradores que lá estão? As pessoas não estão sendo consideradas? Qual a classe social, a instituição que o projeto visa favorecer? Por que a dinâmica urbana da comunidade não é considerada?

São essas perguntas que esse capítulo responde, pois é fato que a comunidade está em uma porção singular da capital pernambucana, alvo de especulação imobiliária e luta territorial, com uma infraestrutura diferenciada, com construções reconhecidas como patrimônio, uma área tombada, e que conta com sua própria dinâmica urbana.



Mapa 16: Espaços desocupados ou disponíveis para investimentos imobiliários



Fonte: MARINHO, Geraldo et al. *Complexo Turístico Cultural Recife-Olinda. Recife: Fundação Para O Desenvolvimento da Universidade Federal de Pernambuco, 2003*<sup>9</sup>

O mapa anterior que aparece no Plano do Complexo Turístico Cultural Recife- Olinda é acompanhado do seguinte texto:

exibe em vermelho as áreas identificadas como terrenos vazios ou subutilizados na região central do Recife. Os estudos preliminares do Plano Diretor de Recife apontam para dezenas de áreas livres que revelam um grau de ociosidade elevado. Este fator deverá ser enfrentado tanto em termos das novas regulamentações de uso do solo, como na prática da gestão urbana (MARINHO, 2003 p. 18).

Pode-se dizer que existe uma contradição no Plano, pois ao mesmo tempo que consideram as comunidades de baixa renda e as sinalizam no mapa, também as considera como áreas passíveis de investimentos imobiliários, desconsiderando a dinâmica que existe nas mesmas.

Outro ponto a ser analisado é a entrega dos habitacionais que são previstos no Projeto de Requalificação Urbanística e Inclusão Social da Comunidade Nossa Senhora do Pilar. Apesar dos

---

<sup>9</sup> disponível em

[https://www.academia.edu/7093845/Plano\\_urban%C3%ADstico\\_do\\_Complexo\\_Tur%C3%ADstico\\_Cultural\\_Recife-Olinda](https://www.academia.edu/7093845/Plano_urban%C3%ADstico_do_Complexo_Tur%C3%ADstico_Cultural_Recife-Olinda), acesso em 15/02/2018

moradores já terem recebido alguns dos apartamentos prometidos pela Prefeitura do Recife, o projeto deveria ter sido todo concluído em entregue em 2012 (CARVALHO, 2016).

A obra está paralisada a mais de 10 anos, de forma que ainda existem moradores que estão à espera do seu apartamento. A Secretaria de Patrimônio da União em Pernambuco doou à Prefeitura do Recife três terrenos do Porto do Recife, para que as obras continuassem, no entanto permanecem paralisadas, até o momento que essa pesquisa foi finalizada.

Na primeira etapa foi prevista a entrega de 160 apartamentos que seriam construídos pelo programa Minha Casa, Minha Vida (MCMV) da Caixa Econômica Federal nas quadras 45 e 60 da comunidade (DIÁRIO DE PERNAMBUCO, 2018).

Alguns dos apartamentos prometidos foram entregues há dois anos atrás, no entanto, alguns desses já possuem problemas estruturais, como infiltrações e rachaduras, que podem ser vistas na figura 11 dos anexos, prejudicando a integridade física da construção. Dessa forma, mesmo os moradores que conquistaram seu apartamento próprio, ainda não conquistaram a dignidade na moradia.

É importante, ainda, ressaltar que os prédios habitacionais não consideram a peculiaridade de cada família, de forma que uma família formada por seis pessoas recebe o mesmo apartamento e espaço que famílias compostas por três pessoas. Além disso, moradores que antes possuíam algum ponto comercial em suas casas perderam-no, devido ao tamanho do apartamento.

Para a construção dos habitacionais algumas famílias foram desalojadas, e ainda não puderam retornar à sua comunidade.

O interesse do prefeito Geraldo Júlio em ver o Porto do Recife bem de saúde contrasta com o desinteresse em ver resolvida a questão da Favela do Pilar. A “vontade política” que tornou possível o Projeto do Grande Moinho M. Dias Branco seria bem aproveitada se direcionada para a conclusão das obras de requalificação urbanística no local – a PCR também foi questionada em relação ao atraso nas obras mas também não respondeu sobre esse assunto. Um total de 468 famílias foram desalojadas em 2010 para isso, mas desde então as obras não foram concluídas – é verdade que a comunidade não contribuiu para viabilizar o negócio do porto. Em 2011 a intervenção nessa parte do coração da cidade foi objeto de um vídeo usado na campanha do prefeito Geraldo Júlio (PINTO; FRANÇA, 2015).

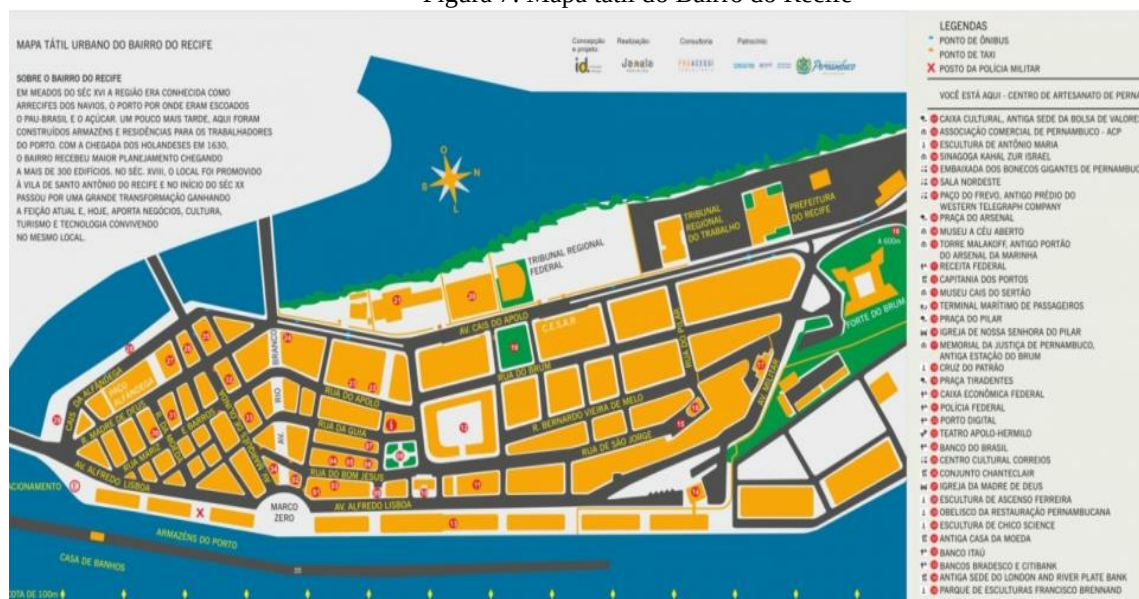
Com o atraso e paralisação das obras, outro ponto que merece ser levado em consideração durante essa análise são os empregos que seriam gerados pela construção dos habitacionais para os moradores da comunidade e também a geração de renda que adviria disto. A Prefeitura afirma

que 156 pessoas foram envolvidas nas obras da comunidade; destas 29 são os próprios moradores da Comunidade do Pilar.

No entanto, uma longa caminhada ainda precisa ser percorrida para que se conquiste a real inclusão da comunidade no projeto, pois as obras estão paradas, o emprego e renda prometidos não foram concretizados. Desta forma a comunidade ainda permanece à margem do projeto desenvolvimentista e inovador do centro histórico.

A marginalidade da comunidade, em relação às transformações que o bairro está vivenciando, também é percebida no mapa tátil do Bairro do Recife, colocado na Torre Malakoff, que em nenhum momento cita o Pilar, mesmo estando em uma área de preservação histórica e fazendo parte da paisagem da ilha desde 1970. No mapa é mencionada apenas a Igreja Nossa Senhora do Pilar e a Praça do Pilar.

Figura 7: Mapa tátil do Bairro do Recife



Fonte: ARAÚJO, Cecília. Bairro do Recife ganha sinalização acessível: Projeto de Sinalização Acessível, mapa tátil do bairro e sinalização na Torre. Leia Já. Recife. Maio 2018.<sup>10</sup>

Assim, é perceptível que apesar de tantas propostas e promessas de inclusão da comunidade nas transformações que o bairro vem vivenciando, a mesma permanece marginalizada e sofrendo consequências reais, como o desalojamento de moradores que foram morar em outras comunidades próximas e ainda não conseguiram regressar para a Comunidade do Pilar, mas que

<sup>10</sup> Disponível em: <http://m.leiaja.com/noticias/2018/05/22/bairro-do-recife-ganha-sinalizacao-acessivel/> Acesso em 09/06/2018



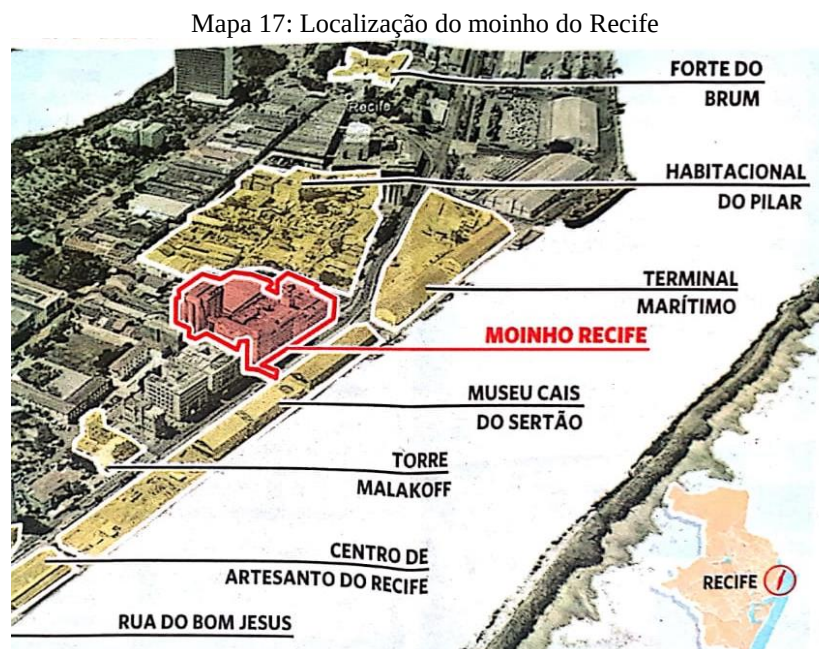
ainda sonham com seu apartamento (a casa própria) e sua volta ao bairro histórico (PINTO; FRANÇA, 2015).

Existem, ainda, outras propostas que atingem a comunidade diretamente, como a do Moinho do Recife e um projeto que visa construir apartamentos do tipo Minha Casa, Minha Vida ao invés de apartamentos habitacionais. Essas intervenções são exemplos de investimentos que contrastam com os reais interesses da Comunidade Nossa Senhora do Pilar que sofre sem fazer uso do seu direito à cidade.

### 6.1 MOINHO DO RECIFE

O projeto Porto Novo em conjunto com a dinâmica urbana que o bairro já possui e sua infraestrutura básica atrai grandes investimentos para a ilha do Recife como um todo. Um desses investimentos é a reforma do antigo Moinho do Recife, um prédio localizado na vizinhança dos patrimônios que permeiam a Comunidade Nossa Senhora do Pilar, (Igreja Nossa Senhora do Pilar, Forte do Brum e Estação Ferroviária do Brum).

O Moinho está vivenciando uma fase de abandono por parte do poder público e por isso, atualmente, não possui uma função formal definida.



Fonte: Jornal do Commercio, Recife 26 de Julho de 2018-caderno de Economia

Com o objetivo de reverter essa situação e resgatar a importância que o prédio tinha para a cidade, uma reforma foi planejada numa iniciativa que pretende investir R\$ 80 milhões e transformar a área de 52 mil m<sup>2</sup> em um complexo com três blocos empresariais com 124 salas, um

hotel com 84 quartos, 112 apartamentos residenciais de 43 m<sup>2</sup>, 61 m<sup>2</sup> e 89 m<sup>2</sup>. Além disso, também se planeja a construção de restaurantes, bares, teatros, salas para conferência, comércio, serviços e um estacionamento com 675 vagas. Um empreendimento de grande porte que estipula gerar entre 800 e 1000 trabalhos durante sua construção e cerca de 2,4 mil quando estiver com seu funcionamento pleno.

Devido à importância do bairro e da grandiosidade do empreendimento os maiores jornais da Cidade do Recife divulgaram a notícia da reforma do Moinho dando grande destaque, que pode ser conferida na figura a seguir.

Figura 8: Destaques da obra do Antigo Moinho do Recife



Fonte: Colagem realizada pela autora<sup>11</sup>

No entanto, a proposta da reforma do Moinho é polêmica e já sofreu várias modificações desde a sua primeira versão para adquirir sua aprovação. A primeira proposta foi apresentada em 2012 e aprovada pelo IPHAN apesar de estar localizado na vizinhança de bens tombados a nível federal, de estar em uma porção tombada do Bairro do Recife e de prejudicar a visão dos bens tombados da área, (como por exemplo, a Igreja Nossa Senhora do Pilar que praticamente sumirá do campo de visibilidade da ilha) assim contrariando as leis de proteção aos bens do patrimônio histórico:

<sup>11</sup> 1). <https://jconline.ne10.uol.com.br/canal/economia/pernambuco/noticia/2018/07/26/antigo-moinhorecife-sera-transformado-em-hotel-e-residencial-348365.php>

2) [http://www.diariodepernambuco.com.br/app/noticia/economia/2018/07/26/internas\\_economia,758380/projeto-vai-transformar-moinho-do-recife-em-complexo-multiuso.shtml](http://www.diariodepernambuco.com.br/app/noticia/economia/2018/07/26/internas_economia,758380/projeto-vai-transformar-moinho-do-recife-em-complexo-multiuso.shtml)

3) <https://www.folhape.com.br/economia/economia/economia/2018/07/25/NWS,75963,10,550,ECONOMIA,2373-OBRA-COMPLEXO-MULTIUSO-ANTIGO-MOINHO-RECIFE-VAI-GERAR-MIL-EMPREGOS-ANUNCIA-GRUPO.asp>

o Decreto-Lei No. 25, de 25 de Novembro de 1937 procura garantir que sua visibilidade/ambiência não seja afetada – o que deve ocorrer visto que o projeto da M. Dias Branco prevê torres de 40 metros; o Decreto-Lei No. 3437 de 17 de Julho de 1941, o Decreto-Lei No. 3964 de 20 de dezembro de 1941 e o Decreto No. 26959 de 27 de julho de 1949, todos esses relativos à Legislação militar que estabelece parâmetros para construções no perímetro de 220 metros do Forte do Brum (PINTO, FRANÇA, 2015).

Apesar da aprovação final do IPHAN, ele foi o único órgão que lutou para diminuir os impactos que seriam causados pela reforma do Moinho, reduzindo sua altura de 72 metros de altura para 40 metros de altura.

Em suma, o projeto não foi aceito na sua primeira versão por prejudicar a visão da igreja Nossa Senhora do Pilar, do Forte do Brum e da Estação Ferroviária do Brum, além da visão do próprio bairro histórico, como pode ser constatado na figura 12 dos anexos. Além disso, o projeto inicialmente não poderia ser feito, sendo impedido pelas leis de proteção do patrimônio, que não permitem modificações desse porte em áreas de vizinhança dos patrimônios e em áreas tombadas.

Algumas medidas compensatórias foram tomadas: a incorporação da igreja no projeto, garantindo sua proteção, manutenção e segurança; o calçamento das vias e largos adjacentes à Fábrica do Pilar, à igreja e à Estação do Brum, aprovado pela Prefeitura do Recife e pelo IPHAN; a consolidação de trechos da muralha do Forte do Brum que estão desestabilizados; garantir o controle do tráfego de caminhões e, por fim, a manutenção da Estação Ferroviária do Brum. No entanto, mesmo dessa forma existe uma contradição com as leis de proteção ao patrimônio histórico.

O empreendimento também afeta diretamente a comunidade estudada. Segundo moradores as empresas envolvidas no projeto já sinalizaram que as pessoas que ocupam as ruas de acesso ao Moinho precisaram ser realocadas, pois essas ruas também farão parte da reforma.

É fato que a reforma do Moinho vai transformar completamente a paisagem do Bairro do Recife. No entanto, é um projeto ambicioso que além de burlar leis de proteção ao patrimônio, esquece de analisar a dinâmica do bairro, excluindo a Comunidade Nossa Senhora do Pilar do projeto e atingindo diretamente os seus moradores, expulsando-os direta ou indiretamente das suas moradias.

Dessa forma, fica perceptível como a infraestrutura existente no centro histórico, em conjunto com a dinâmica urbana e com o próprio projeto Porto Novo grandes investimentos são atraídos causando uma grande pressão imobiliária na Comunidade do Pilar. Esses investimentos prometem transformar a paisagem da ilha e “devolver a vida” para o bairro, mesmo que para atingir

esse objetivo seja preciso o descumprimento de algumas leis e a expulsão direta ou indireta dos moradores da comunidade.

## 6.2 MINHA CASA, MINHA VIDA

Outro empreendimento que coloca em dúvida a inclusão da Comunidade Nossa Senhora do Pilar no projeto Porto Novo, e assim, na nova dinâmica urbana do centro histórico do Recife é a construção de moradias do tipo Minha Casa, Minha Vida. Um projeto que surge do convenio entre a Prefeitura do Recife e a Secretaria de Patrimônio da União (SPU), apoiado no discurso e na promessa de trazer melhores condições de moradia e de vida aos habitantes da comunidade.

Para a construção dos novos habitacionais, prometidos pela Prefeitura, que serão do tipo Minha Casa, Minha Vida, foram doados três terrenos pela Secretaria de Patrimônio da União em Pernambuco, que correspondem às quadras 45 e 60, contabilizando um investimento de R\$ 13 milhões.

O projeto ainda prevê a construção de mais 416 moradias, dessas 160 apartamentos serão custeadas pelo programa Minha Casa, Minha Vida e as demais 256 o recurso financeiro será proveniente da própria Prefeitura e do Orçamento Geral da União (OGU). Somando os apartamentos que já foram entregues com esses que serão construídos, segundo a Prefeitura do Recife os apartamentos serão capazes de abrigar 3 mil pessoas, moradores da Comunidade Nossa Senhora do Pilar.

Os novos apartamentos terão uma mensalidade de R\$ 80.00, fato que gerou uma certa inquietação entre os moradores pois, os primeiros habitacionais entregues foram custeados pelo PAC. Outro ponto de discordância foi o fato da comunidade não ter participado da elaboração do projeto, mesmo tendo solicitado à Prefeitura.

Um fato que precisa ser levado em consideração é que a maior parte da população da comunidade vive de auxílio moradia ou/e de atividades informais. Então cabe aqui um questionamento: Como os moradores conseguirão pagar R\$ 80.00 por mês para ter direito à moradia?

Os moradores vivem em uma situação precária e, portanto, questionam-se como será possível pagar pelos apartamentos. Diante disso, vários protestos foram organizados pelos próprios moradores requerendo melhores condições de vida, a retomada das obras dos habitacionais e o cumprimentos das promessas da Prefeitura, que vão além da entrega dos apartamentos habitacionais.

O descaso com os moradores da Comunidade Nossa Senhora do Pilar vem desde sua formalização e seu reconhecimento como comunidade e, por vezes, recebe destaque em jornais importantes da cidade, por exemplo: a notícia de que os moradores terão que pagar pelos novos apartamentos habitacionais foi destaque no jornal *on-line* da Folha de Pernambuco, um dos mais famosos e prestigiados no estado, no dia 14 de março de 2018. A matéria pode ser vista a seguir.

Figura 9: Notícia sobre os habitacionais do Pilar



Fonte: NOTARO, Tatiana. Pilar pagará por 160 moradias: Habitacionais a serem erguidos na comunidade localizada no Bairro do Recife e financiados pelo Minha Casa Minha Vida terão prestações em torno de R\$ 80. **Folha Pe.** Recife, março de 2018<sup>12</sup>

Diante dessa realidade e com projetos que excluem a Comunidade do Pilar das transformações na dinâmica urbana do centro histórico acirrando a luta territorial existente devido à pressão imobiliária que os mesmos provocam, é necessário questionar-se qual a lógica que guia o Porto Novo e se é possível a realização de um projeto que seja mais inclusivo.

<sup>12</sup>Disponível em <https://www.folhape.com.br/noticias/noticias/cotidiano/2018/03/14/NWS,61873,70,449,NOTICIAS,2190-PILAR-PAGARA-POR-160-MORADIAS.aspx>

## 7 A LÓGICA DO PROJETO

Tendo em vista o objeto de estudo da pesquisa (o espaço do Bairro do Recife atingido pelo Porto Novo e a Comunidade Nossa Senhora do Pilar), e o objetivo geral (analisar quais as consequências de um projeto de revitalização em um bairro histórico para as comunidades de baixa renda) nesse capítulo exploraremos a cidade capitalista.

Para isso, é preciso compreender os processos e as lógicas que perpassam a cidade capitalista, sob que lógica os projetos de revitalização atuam, a influência do Estado sobre esses, a forma como o capital lida com os patrimônios e os centros históricos, como as atividades turísticas influenciam essa dinâmica.

A cidade é produzida como um negócio. Mas será que sempre foi assim? Para responder esse questionamento vamos considerar que essa categoria não é trans-histórica, assim só é possível encontrar suas determinações na cidade capitalista, “aquela constituída a partir dos processos mais gerais de produção de mais-valia e da propriedade privada da terra” (ALVAREZ, p. 66, 2018).

A cidade capitalista é cada vez mais tratada como mercadoria por meio do trabalho nela cristalizado, que contem em si a circulação do capital, permitindo que ele se realize propriamente. Assim, a cidade reproduz-se materialmente sob a diferenciação e sob os interesses de classes.

Sendo produzida como negócio, a cidade permite as propriedades privadas, viabilizadas pela luta de classes e da propriedade, cujo fundamento principal é a apropriação e o uso delas. São nesses impasses entre as classes e o jogo de desvalorização-revalorização que o Estado tem um papel fundamental, pois pode intervir de várias formas:

desapropriando, removendo, permutando, por desmembramento e/ ou remembramento de lotes, definindo novos usos, implantando infraestrutura e erigindo fragmentos que serão alvos de futuros investimentos. Assim, a reprodução da metrópole se realiza pelo Estado e desconsidera o modo como à realização da vida deu sentido aos lugares (ALVAREZ, p. 71, 2018).

Esses processos conflitam diretamente com as necessidades e os interesses, desejos que estão impressos na vida que se desenvolve no ambiente urbano, o que coloca em questionamento para quem a cidade deve ser.

Mas, não é só o solo da cidade que é visto como forma de negócio, também o seu patrimônio. Esse aspecto da cidade capitalista é algo relativamente novo, que surge no início desse século e que atinge as políticas de patrimônio cultural no Brasil. Simone Scifoni denomina esse

processo como *ajuste do patrimônio*, “Trata-se de pensar o patrimônio cultural na perspectiva do processo de produção do espaço urbano, refletindo sobre as políticas públicas de preservação” (SCIFONI, p. 210. 2018).

Diferentes estratégias políticas fazem parte do que chamamos aqui *ajuste do patrimônio*, momento atual das políticas de preservação. Assim, este compreende um conjunto de mecanismos por dentro do Estado e por meio dele, com o objetivo de viabilizar a provação de empreendimento privados e grandes projetos públicos que, pelas práticas institucionais apoiadas na *expertise* no campo do patrimônio ou pelo *corpus* legal, não seriam possíveis anteriormente. O ajuste permite produzir legalidade onde antes não existia tal possibilidade e, com isso, garantir a realização do valor e o lucro máximo na produção imobiliária a partir do momento em que elimina uma barreira ou obstáculo: o patrimônio (SCIFONI, p. 211. 2018).

Considerando a cidade capitalista, o patrimônio pode ser considerado, por vezes, como um obstáculo para o “desenvolvimento” do espaço urbano; isso se dá sob determinadas condições: a primeira ocorre quando a preservação impede a implantação de empreendimentos que estão atrelados à concepção de um determinado projeto que visa a máxima do valor e do lucro na indústria imobiliária.

Na segunda condição, o patrimônio torna-se barreira, também, quando sua forma, uso e apropriação social não condizem com a lógica hegemônica que produz o espaço urbano. Nesse caso, na maioria das vezes, seu uso está vinculado às classes populares, sejam estes usos atrelados à moradia ou ao lazer.

Dessa forma, o patrimônio, as estrias do espaço, tornam-se obstáculos quando o intuito é homogeneizar o espaço. Assim, o ajuste do patrimônio torna-se uma política pública de cultura, e uma política espacial na medida em que busca superar as barreiras daquilo que impede a propagação da cidade como mercadoria e, portanto, como negócio.

Portanto, para compreender as dinâmicas de uma cidade é preciso explorar o lugar em relação a sua história, prática e em relação ao imaginário que este possui. Compreendendo a relação entre espaço e tempo (HARVEY, 2004). É a partir dessas relações que os indivíduos reconhecem seus patrimônios e identificam-se como semelhantes, ou não, como sociedade.

## 7.1 ACUMULAÇÃO POR DESPOSSESSÃO

O termo acumulação por despossessão, também conhecido por acumulação via espoliação foi utilizado pela primeira vez por Rosa Luxemburgo. Posteriormente, David Harvey também trabalhará esse conceito no seu livro O Novo Imperialismo. Esses autores bebem da fonte de Marx e assim, da teoria geral da acumulação do capital.

Em Harvey (2005), o autor faz uma leitura sobre a acumulação do capital segundo Marx, e afirma que essa teoria é constituída com base em alguns pressupostos iniciais, entre eles:

mercados competitivos de livre funcionamento com arranjos institucionais de propriedade privada, individualismo jurídico, liberdade de contrato e estruturas legais e governamentais apropriadas, garantidas por um estado “facilitador” que também garante a integridade da moeda como estoque de valor e meio de circulação (HARVEY, p. 120, 2005).

Esses pressupostos fazem parte do que Marx denomina de acumulação “primitiva” ou “original”, uma força contínua na história da acumulação do capital que atua por meio do imperialismo. É esse processo dialético de acumulação “primitiva” ou “original” que Harvey substitui pelo conceito de “acumulação por espoliação”.

A acumulação primitiva, trabalhada por Marx<sup>13</sup>, revela um amplo conjunto de processos. Dentre eles:

Mercadificação e a privatização da terra e a expulsão violenta de populações camponesas; e a conversão de várias formas de direitos de propriedades (comum, coletiva, do Estado etc.) em direitos exclusivos de propriedade privada; a supressão dos direitos dos camponeses às terras comuns [partilhadas]; a mercadificação da força de trabalho e a supressão alternativas (autóctones) de produção e consumo (HARVEY, p. 221, 2005).

Perpassando por todos esses processos está o apoio e o poder do Estado, que atua de maneira violenta expulsando comunidades com o objetivo desenvolvimentista, mas que, no entanto, ainda mantém as mesmas lógicas territoriais e capitalistas.

O que a acumulação por despossessão faz “é liberar um conjunto de ativos (incluindo força de trabalho) a custo muito baixo (e, em alguns casos, zero). O capital sobreacumulado pode apossar-se desses e dar-lhes imediatamente um uso lucrativo” (HARVEY, p. 124, 2005). Isso só ocorre devido à utilidade potencial do solo urbano que estabelece o seu valor de uso, que se reflete na capacidade de criar e recriar os seus espaços atendendo as necessidades da sociedade (MILET, 1988).

O capital ao agir sob essa perspectiva busca espaços com infraestrutura prévia: saneamento de esgoto sanitário, drenagem, fornecimento de água e luz, transporte, acesso a serviços. Com essa infraestrutura preestabelecida o capital não precisa realizar esse investimento e assim, a margem de lucro é maior.

---

<sup>13</sup> O Capital



É importante salientar que esse processo se reinventa. Atualmente as propriedades intelectuais, o licenciamento de material genético, sementes, podem ser usados contra populações inteiras que muitas vezes contribuíram para a elaboração desses mesmos materiais.

A cultura em suas várias formas: música, história, patrimônio, criatividade cultural, etc, por vezes, também envolve despossessão, que pode ser dada, também, pela própria destruição dos recursos globais como a degradação de habitats e qualquer outras ações que resultam na mercadificação atingindo a natureza em todas suas formas.

Não se pode esquecer das privatizações que estão diretamente relacionadas a esse processo. Privatizar bens que até então eram considerados públicos e bens naturais indicam uma nova fase do imperialismo que sinaliza uma “expropriação de terras comuns”.

O Estado atua nesses processos, muitas vezes, contra a vontade popular. É nesse sistema dialético, e apropriando-se de reservas latentes, que o capitalismo se propaga, mobilizando mão-de-obra barata. Quando isso não funciona acontece uma indução de desemprego que cria um excedente de trabalhadores, reduzindo salários e aumentando o lucro.

Assim, a acumulação por despossessão está diretamente relacionada a sobreacumulação, que consiste no excedente de capital por vezes causados pelo excesso de mão-de-obra; dessa forma o termo chave aqui é excedentes de capital.

No primeiro momento tem-se a sensação de descontinuidade e de independência nas ações do Estado, pois analisando-as sob uma escala local parecem ser pontuais e independentes; no entanto, quando ampliamos a escala da análise são ações complexas e com o objetivo de fortalecimento do capital, assim como afirma Milet:

As ações do Estado, contudo, não acontecem de forma isolada, mas como produto de um processo social de fortalecimento e consolidação do capitalismo em que o Estado aparece como “neutro”, acima dos interesses particulares de classes e indivíduos. MILET, 1988, p. 62).

Continuando a discussão sobre a importância das privatizações dentro da lógica da acumulação por despossessão, as habitações sociais também se configuram como pontos de resistência. Quando esses habitacionais são privados, à primeira vista pode parecer uma iniciativa a favor das classes menos favorecidas economicamente que deixam de ser locadoras para serem proprietárias. No entanto, tão logo, inicia-se um processo de especulação imobiliária, e assim essa classe deixa de ter acesso a esses bens.

Ocorre, dessa maneira, uma expulsão indireta das classes inferiores, que migram para a periferia. Assim antigos habitacionais populares que eram ocupados pelas classes inferiores passam a ser ocupados pela classe média. Esse processo é denotado de *gentrification*<sup>14</sup>.

Vale lembrar, ainda, que para esse processo concretizar-se é preciso que antes tenha ocorrido uma desvalorização, uma crise, que por trás dela está o Estado controlando-a, orquestrando-a para que não ocorra um colapso geral contra o sistema. É, assim, em um contexto de desregulamentação da economia, que a política de acumulação por despossessão encontra sua forma de política urbana.

Atrelado à desvalorização vem os projetos de revitalização que se apoiam no discurso de tradição, valorização do patrimônio; no entanto, ocorre uma contradição no modo de operar essa ideia, pois retoma uma concepção de patrimônio nacional, influenciada por uma sociedade capitalista mercadológica e, portanto transformando o lugar em mercadoria cultural.

Dessa forma, o valor cultural diminui e o valor econômico cresce resultando na fetichização da cultura (LEITE, 2007). Assim pode-se dizer que algumas revitalizações podem operar visando primordialmente o lucro, sob uma política de enobrecimento e de acumulação por despossessão.

Paisagens fetichizadas, estandardizadas, que no discurso podem ser consumidas por qualquer classe social, a acumulação por despossessão é uma lógica que não se baseia em proporcionar mercadorias para as massas, sendo assim um processo de elitização direcionado, destinado a uma população restrita e específica.

Em suma, a política de acumulação por despossessão, tem um discurso muitas vezes apoiado na tradição, na cultura, principalmente quando diz respeito a uma área histórica, com bens tombados.

Porém, na prática nota-se que a interferência estatal, as privatizações do espaço público, o próprio conceito de coisa pública e a estética alteram-se e o espaço passa a ser frequentado primordialmente pela classe média, que busca segurança, lazer, modificando o valor de uso do patrimônio, que entra em uma lógica de mercadoria e indústria cultural, e assim o centro deixa de ser um lugar para todos, como afirma Sposito, p. 74, 2016

---

<sup>14</sup> CERQUEIRA, Eugênia Dória Viana. A evolução das formas de gentrificação: estratégias comerciais locais e o contexto parisiense. **Cadernos Metrôpole**, [s.l.], v. 16, n. 32, p.417-436, nov. 2014. FapUNIFESP (SciELO). <http://dx.doi.org/10.1590/2236-9996.2014-3206>.

A apropriação dos centros também como movimentos que podem separar e, no limite, segregar, tendo em vista que as possibilidades de ir e vir, apropriar-se do que é central e viver tais espaços não as mesmas para todos.

Ressalte-se a importância de luta entre classes sociais, entre o capitalismo e as formas não capitalistas, pois são essas que asseguram a estabilização do sistema e a resistência das classes sociais desfavorecidas economicamente.

## 7.2 CITY MARKETING

No caso do Recife Antigo, a acumulação por despossessão vem atrelada ao marketing do centro histórico e ao seu consumo pela classe média. A revitalização do centro histórico atrai investimentos que criam um lugar interessante para o capital. No entanto, essas transformações são destinadas apenas a uma parcela da população, como foi explicitado anteriormente. É nessa lógica que se configura o *city marketing* e o patrimônio histórico passa a ser vendido como uma mercadoria. Como afirma Marchesini Junior (2010)

“City Marketing”. Essa ferramenta estratégica passa a ser utilizada por inúmeros municípios, no intuito de atrair investimentos e tornar-se um lugar mais interessante ao capital, seja através do turismo ou mesmo industrialização. Ocorre, portanto, uma valorização do espaço da cidade, mas que em grande parte contribui apenas para desenvolvimento de classes mais altas da sociedade, já que os investimentos são direcionados. A cidade acaba por transformar-se em uma “mercadoria”, um objeto de luxo a ser vendido num mercado competitivo, com um público alvo específico – o capital internacional (MARCHESINI JUNIOR. p. 85. 2010).

O *city marketing* é diretamente influenciado pelo capital privado, que segrega os espaços pela restrição de consumo, definido pelos excludentes critérios de renda. Essa estetização, por vezes faz uso do turismo e está relacionada a um estilo de vida da classe média que busca áreas públicas capazes de oferecer segurança e conforto.

Dessa forma, a lógica do *city marketing* não é suficiente para resolver os problemas sociais que se fazem presentes nos centros históricos, pois são problemas estruturais que necessitam de intervenções mais profundas e de longo prazo.

Sob essa lógica, o turismo e o lazer se transformam em mercadoria, assim como afirma Carlos

[...] o turismo e o lazer que se transformaram em mercadoria, como consequência da separação do tempo de trabalho/não trabalho, unem-se de modo inexorável pela mercantilização dos espaços, que os direcionam e os reproduz para aferição do lucro, o lazer se transforma em atividade geradora de lucro [...]. (CARLOS, 2005, p. 180).

O ponto chave quando se trata de *city marketing* é a utilização dessa porção revitalizada da cidade como propaganda, difundindo uma ideia de cidade modelo, um objeto de luxo a ser vendido.

Dessa forma, as imagens das cidades podem não só atingir uma escala local, regional, nacional, mas também global.

Em determinadas circunstâncias, as imagens das cidades podem ser poderosas em suas consequências locais, regionais, nacionais e internacionais. Podem ter desdobramentos geopolíticos e econômicos que repercutem em variadas e simultâneas escalas (SÁNCHEZ, p. 69, 2001).

É esse o intuito da utilização de espaços como propaganda: atingir escalas globais ampliando a importância e a funcionalidade da cidade e, dessa forma, atrair pessoas (consumidores) de todas as partes, aumentar a circulação do capital e o lucro.

Na cidade capitalista é comum estabelecer-se Parcerias Público e Privado (PPP). Segundo Harvey (2005) é um momento de transição entre o “administrativismo urbano” para o “empreendedorismo urbano”. Assim, esse novo modelo de gestão urbana caracteriza-se pela (PPP), que procura o lucro e o desenvolvimento econômico, construindo um centro mais atraente ao capital, com cunho imediatista e de rápido retorno.

Caracteriza-se assim uma ferramenta política e estratégica dentro do contexto do mundo globalizado que são consumidas através do turismo e lazer, nos espaços pensados e projetados para satisfazer a classe média em momentos de não trabalho. Em consequência

o fetichismo e o consumismo surgem, e tomam conta do processo de trocas comerciais, onde a propaganda e a comercialização acabam por reduzir os vestígios de construção e produção das verdadeiras imagens do que é consumido (MARCHESINI JUNIOR, p. 92, 2010).

Pode-se dizer, portanto, que existe uma estandardização do centro que não só segrega comunidades de baixa renda, como o caso da Comunidade Nossa Senhora do Pilar no Bairro do Recife, mas também, apropria-se do seu espaço com o intuito de promover o centro histórico em uma escala global e assim atrair lucro através de atividades turísticas.

### 7.3 IMPACTOS DA LÓGICA DO PROJETO PARA O BAIRRO DO RECIFE

A revitalização em andamento no Bairro do Recife está alterando a sua função, que era basicamente comercial, para um bairro turístico, ofertando, principalmente, nos fins de semana

*shows* gratuitos, atividades esportivas, além de bares sofisticados, museus, centros culturais, teatros.

O Porto Novo apoiado na mídia, nas lógicas de acumulação por despossessão e *city marketing*, para arraigar na população a ideia de segurança, lazer e estética e apropriando-se da importância histórica que o bairro possui para os recifenses, surge a ideia de estandardização e de transformar cultura em mercadoria (indústria da cultura), pensada em uma lógica da acumulação fordista do capitalismo monopolista.

Diante dessas afirmações cabe pensar determinadas questões: Por que a Ilha do Recife não é alimentada em sua totalidade por transportes públicos? Se a proposta do projeto de revitalização é transformar o bairro em um local turístico, por que não incentivar a visita à Igreja da Nossa Senhora do Pilar que é patrimônio tombado? Por que não revitalizar todas as calçadas melhorando a circulação dos pedestres? Por que não investir na Comunidade do Pilar, que é histórica e palco de escavações arqueológicas?

Aproveitando a discussão do uso da cultura e dos bens culturais, do patrimônio como mercadoria, cabe aqui discutir como a política urbana volta-se para o *city marketing*, que sustenta a busca da rentabilidade econômica mediante as ideias de renovação urbana voltadas para a propaganda, visando prioritariamente o lucro.

A participação do setor privado na política de revitalização do patrimônio envolve questões complexas já que perpassa pela transformação da visão do patrimônio como “bem simbólico” para “mercadoria cultural”, e do “espaço público” para o “espaço privado”. Na prática, isso nada mais é do que a escolha de bens com potencial estético, que atendam as demandas e expectativas do setor privado, proporcionando retorno financeiro “lucro”.

A mídia tem um papel fundamental em todo esse processo, disseminando uma ideia de segurança e lazer. Em cem matérias relacionadas ao tema Recife Antigo, analisadas durante os anos 2010 até 2017 no portal G1 constatou-se que apenas duas matérias falavam sobre casos de violência no bairro em questão, confirmando essa propaganda do centro histórico e essa segurança que é ressaltada (SANTOS, et al. 2018)<sup>15</sup>.

As revitalizações podem se revelar como projetos avassaladores que alteram as singularidades da cidade, modificam o cotidiano do lugar, segregam pessoas. São forças poderosas

---

<sup>15</sup> Pesquisa realizada e apresentada pela autora na Conferência Internacional de Ambiente de Ambiente em Língua Portuguesa, CNA (Conferência Nacional de Ambiente) e o XX Encontro da REALP (Rede de Estudos Ambientais de Países de Língua Portuguesa) 2018

que se apropriam das fissuras presentes na cultura, no Estado, até mesmo na mídia deixando “a cidade perecer, oferecendo sua imagem e suas obras ao consumo” (LEFEBVRE, p 104 2008).

E a população mais pobre é segregada e marginalizada, deixando de usufruir das transformações que o capital proporciona para a cidade. Segundo Lefebvre (2008)

Quer exista ou não um “sujeito” ao qual a análise possa imputa-lo, que seja o resultado global de uma sequência de ações não combinadas ou o efeito de uma vontade, o sentido político da segregação como estratégia de classe é bem claro. Para a *classe operaria*, vítima da segregação, expulsa da cidade tradicional, privada da vida urbana atual ou possível, apresenta-se um problema prático, portanto *político*. Isso ainda que esse problema não tenha sido levantado de forma política e que a questão da moradia tenha ocultado até aqui, para essa classe e seus representantes, a problemática da cidade e do urbano (LEFEBVRE, p. 104. 2008).

Devido a esses processos, travam-se lutas territoriais permanentes. Conflitos territoriais, de resistência, de reafirmação cultural fazem-se importantes durante a resistência ao capital, pois são esses entraves que possibilitam a dinamicidade do capital. Assim como afirma Harvey (2011)

O trabalho de síntese das múltiplas lutas hoje existentes tem de ser permanente, pois os campos e terrenos em que essas lutas se travam, e as questões a que respondem, estão em perpétua mudança, acompanhando as alterações da dinâmica capitalista e das condições globais associadas (HARVEY, p. 103 2011).

Dessa maneira, vários conflitos territoriais são travados entre capitalistas e não capitalistas. Nesta pesquisa o conceito de território está baseado no livro Conceitos e Temas de forma que território é um “espaço definido e delimitado por e a partir de relações de poder” (CASTRO; GOMES; CORRÊA. p. 78, 2000).

#### 7.4 A LUTA CONTRA A ACUMULAÇÃO POR DESPOSSESSÃO

Movimentos contra a acumulação por despossessão surgem com certa frequência e, com essa mesma frequência, são confundidos ou assimilados com movimentos socialistas. No entanto esses movimentos, muitas vezes, não possuem uma relação direta com o socialismo.

Os movimentos contra a acumulação por despossessão podem ser comandados por camponeses que buscam a proteção de suas terras, luta a favor da autenticidade das culturas locais pelas comunidades indígenas, florestas, pelos direitos trabalhistas, direito das mulheres, acesso à terra e, portanto, contrapõem-se a todas as ações que são contra esses ideais: as modificações genéticas nos alimentos, as privatizações, a construção de vias e aeroportos, etc.

Dentro dessa luta, é importante destacar o papel das igrejas nesse processo, a formação de pastorais religiosas, com caráter humanista e religioso, foram pioneiras nesse processo contra o capitalismo avassalador.

São esses movimentos, religiosos, ou não, de ideologia socialista, ou não, mas que em todos os aspectos lutam com um viés humanista de antiglobalização, ou acreditam em uma globalização diferenciada que podem ser considerados como resistentes ao processo de acumulação por despossessão. São grupos e ações importantes no que tange ao movimento anti-imperialista e anticapitalista.

Diante disso, a organização política é fundamental, pois só assim, com objetivos bem traçados e com um grupo forte é possível combater a força do capital e suas ações violentas. Muitas vezes para inibir essas ações o Estado intervém ferozmente de forma violenta e, em nome da ordem e da estabilidade, pode fazer uso de armas de fogo, forças especiais altamente treinadas ou até mesmo das forças armadas (exército), que podem aniquilar grupos que se movimentam contra a acumulação por despossessão.

## 7.5 A LUTA DA COMUNIDADE NOSSA SENHORA DO PILAR

O combate contra a acumulação por despossessão também se faz presente na comunidade estudada com sua resistência para permanecer no centro histórico da Cidade do Recife.

Apesar de não possuírem representatividade política, nem uma organização social que lute diante do poder público e do privado pelos seus direitos, há uma vontade em comum entre os moradores de permanência e de participação na vida urbana no Bairro do Recife.

No Pilar, isso fica evidente, pois, há além de uma reivindicação por direitos básicos, como o da moradia, por exemplo, uma exigência de ser enxergada e absorvida pela dinâmica do Recife Antigo enquanto centro turístico, empreendedor. O espaço não deveria, portanto, ser tragado pelo caos, mas sim pela iniciativa pública, provendo a revitalização desse espaço, integrando-o ao restante do bairro (LIMA; ARAÚJO, p. 125, 2016).

O sentimento de esperança<sup>16</sup> faz com que a comunidade permaneça acreditando que a mesma irá receber o que lhe foi prometido pelo poder público e, portanto, permanecer na ilha. Em conversa com um dos residentes do Pilar, que cresceu na comunidade, (Ibson), nos disse que existe uma vontade por parte dos moradores de participar das atividades e do lazer que o Recife Antigo proporciona. Além disso, Ibson afirmou que o bairro em questão não absorve a mão de obra

---

<sup>16</sup> HARVEY, D. Espaços de Esperança. Spaces of Hope. Tradução de Adail Ubirajara Sobral e Maria Stela Gonçalves. São Paulo: Edições Loyola, 2011.

disponibilizada pela comunidade, de forma que muitos dos moradores vivem de atividades informais ou/e de auxílios do governo, como por exemplo, o bolsa família, como comentado anteriormente.

Existe uma necessidade no que diz respeito à participação na vida urbana, o direito de estar integrado a essa dinâmica e assim a usufruir de todos os espaços da cidade. Essa necessidade é tão forte e essencial, como comer, vestir e, esse direito é chamado por Lefebvre de direito à cidade, por tanto se faz aqui pertinente a discussão sobre o urbano, que segundo Lefebvre (2008)

A teoria que se poderia legitimamente chamar de “urbanismo”, que se reuniria às significações da velha prática chamada “habitar” (isto é, o humano), que acrescentaria a esses fatos parciais uma teoria geral dos *tempos-espaços* urbanos, que indicaria uma nova prática decorrente dessa elaboração, este urbanismo existe virtualmente. Só pode ser concebido enquanto implicação prática de uma teoria completa da cidade e do urbano, que supera as cisões e separações atuais. [...] Nesse trajeto podem figurar os projetos urbanísticos atuais, mas apenas através de uma crítica sem fraquezas de suas ideológicas e estratégicas (LEFEBVRE, p. 111, 20008).

Dessa forma, é possível afirmar que o nosso projeto de urbano não é completamente integrador. É voltado para classes sociais predeterminadas, parcelas das classes sociais ou por vezes grupos específicos.

Assim, aqueles que não são contemplados nesse projeto de urbano, são capazes de lutar e portando capazes de realizar iniciativas revolucionárias e levantar um debate voltado para políticas mais inclusivas e por vezes encontrar soluções para problemas urbanos que atingem negativamente o direito de ir e vir.

É importante que a comunidade não só tenha vivo o sentimento de esperança, mas que também se organize politicamente, pois só com a luta social que a participação na cidade se renova, e conseqüentemente, os projetos urbanos são obrigados a rever as políticas e suas estratégias que privilegiam primordialmente as ideologias dominantes.

Para que o projeto de revitalização, Porto Novo, se modifique, e integre a Comunidade do Pilar, é preciso que a mudança surja da vontade e da luta dos próprios moradores. Pois, a partir do momento que esses se calam, fica faltando no projeto e na cidade a voz dessa classe. Esse silêncio é muito favorável aos interesses das classes economicamente favorecidas (LEFEBVRE, 2008).

Vê-se que apesar da proximidade física com o maior polo tecnológico e turístico da Cidade do Recife, a comunidade está muito longe de ser integrada à dinâmica do bairro. O direito à cidade não é conquistado com o simples direito a visitar determinados lugares, muito menos com a volta



as cidades tradicionais. O direito à cidade vai mais além, com a participação e com o direito à vida urbana.

Com base no exposto, alguns passos realizados e organizados pela própria comunidade já foram dados na direção da conquista de melhor qualidade de vida e na “conquista” de direitos. Algumas das manifestações organizadas pelos próprios moradores, por vezes foram divulgadas pela mídia, uma delas com o título: Manifestantes fecham vias em frente à Prefeitura do Recife, foi noticiada no meio digital por um dos maiores jornais de Pernambuco: o Diário de Pernambuco.

Dessa forma, a comunidade ganha força, a atenção do poder público e, até mesmo o reconhecimento de toda a Cidade do Recife, fato que contribui para a sua luta e para sua integração na nova dinâmica turística do bairro, pois o Pilar é histórico (está presente formalmente na ilha desde 1970), contem escavações arqueológicas, construções tombadas que fazem do mesmo uma área singular e importante para a historiografia não só do bairro, mas também da cidade.

Figura 10: Protestos realizados pela Comunidade do Pilar



Fonte: Montagem realizada pela autora<sup>17</sup>

Diante disso, pode-se afirmar que apesar da comunidade não possuir uma organização política estabelecida, nem um líder político reconhecido, a mesma consegue organizar-se e lutar contra a acumulação por despossessão e reivindicar seus direitos e melhor qualidade de vida.

<sup>17</sup> Matérias disponíveis em: <http://www.didigalvao.com.br/recife-a-comunidade-do-pilar-quer-ser-ouvida/>  
<http://www.didigalvao.com.br/recife-a-comunidade-do-pilar-quer-ser-ouvida/> - acesso em 17/12/2018

## 8 DA SEGREGAÇÃO À “INTEGRAÇÃO” DO PILAR NO BAIRRO DO RECIFE

É indispensável pensar em alternativas possíveis para a inclusão da Comunidade Nossa Senhora do Pilar no projeto de revitalização Porto Novo e, em consequência, na nova dinâmica urbana do bairro histórico. Alguns projetos foram aprovados, no entanto, continuam sendo medidas paliativas, maquiagens, que não incorporam verdadeiramente a comunidade nas tomadas de decisão.

Um exemplo de “conquista” foi relatado por um dos maiores jornais impressos do Recife, o Jornal do Commercio, no dia 05 de dezembro de 2018, notícia com o título: Proposta cria uma Zeis e aumenta 21. A Comunidade Nossa Senhora do Pilar é oficialmente considerada como uma Zeis (Zona Especial de Interesse Social) do Recife.

Figura 11: Comunidade do Pilar é reconhecida como Zeis



Fonte: JORNAL DO COMMERCIO (Brasil). Proposta cria uma Zeis e aumenta 21. Recife, p. 11-11. 05 dez. 2018.

Assim, até o momento da finalização da escrita dessa pesquisa, as Zeis do Recife somam um total de 75 unidades. É uma “conquista” para as comunidades, principalmente no que diz respeito à moradia.

A lei nº 16.113/95, que é destinada às Zeis, especifica no seu art. 2º as áreas que poderão ser consideradas como tal.

Art. 2º Poderão ser consideradas Zonas Especiais de Interesse Social:

I - os assentamentos habitacionais consolidados de baixa renda, surgidos espontaneamente e carentes de infraestrutura básica;

II - as áreas destinadas a programas habitacionais de Interesse Social.

§ 1º Ao Executivo Municipal caberá fazer uma análise das Zonas Especiais de Interesse Social definidas no inciso I, deste artigo diferenciando-as, ante o reconhecimento de sua heterogeneidade, para fins de subclassificação das mesmas.

§ 2º A proposta de subclassificação da ZEIS, mencionada no parágrafo anterior, deverá ser preliminarmente encaminhada ao FÓRUM do PREZEIS para análise e parecer.

§ 3º A referida subclassificação deverá ser revista a cada 05 (cinco) anos, ou quando solicitado pelo FÓRUM DO PREZEIS, para efeito de reenquadramento das áreas (BRASIL, 2017).

Ainda segundo a mesma lei,

Art. 5º São requisitos indispensáveis à transformação de novas áreas como Zonas Especiais de Interesse Social:

I - ser passível de urbanização de acordo com estudo de viabilidade técnica;

II - nas áreas ocupadas:

- a) ter uso predominantemente residencial;
- b) apresentar tipologia habitacional predominantemente de baixa renda;
- c) precariedade ou ausência de serviços de infraestrutura básica;
- d) renda familiar média igual ou inferior a 03 (três) salários mínimos;
- e) possuir densidade habitacional nunca inferior a 30 (trinta) residências por hectare.

Assim, a área que for enquadrada como Zeis, possui uma proteção prevista em lei que assegura a regulamentação fundiária, a preservação dos lotes, como, também, a moradia, com políticas de proteção aos moradores e a permanência da comunidade de baixa renda no local. Entretanto existem projetos que visam transformar as Zeis em bairro, assim abrindo essas áreas para a especulação imobiliária e investimentos públicos e privados, fato que permite colocar em dúvida se realmente é uma conquista.

Outra “conquista” que beneficiará os moradores da comunidade veio do projeto Makeathon Comunidades, idealizado pelo Fab Lab, que em conjunto com a Companhia Hidrelétrica do São

Fransisco (Chesf) financiou e incentivou soluções para problemas apresentados pelos moradores da Comunidade Nossa Senhora do Pilar.

A primeira “mudança”, para a comunidade será a implementação de um *token* a ser instalado no centro da comunidade, que terá como objetivo a medição de peso, altura, batimentos cardíacos e temperatura e utilizará uma tecnologia de voz, possibilitando que as pessoas que não sabem ler também possam fazer uso desta ferramenta.

Com esses dados coletados os moradores serão encaminhados aos agentes de saúde responsáveis pela área; na teoria isso proporcionará mais autonomia e um melhor atendimento de saúde, pois o posto de saúde mais próximo da comunidade fica a 800 m.

A segunda “conquista” que esse projeto proporcionou é o projeto denominado Pilar das Conexões. Esta plataforma visa promover atividades integradoras como cinema de rua, aulas de dança, bingo, acesso à internet; além disso, terá microfones e caixas de som possibilitando a divulgação de informações e música para os moradores.

Por fim, a terceira “conquista” do projeto foi o Ecohorta, que consiste na elaboração de hortas suspensas nas varandas dos habitacionais. Dessa forma, os moradores terão acesso a uma alimentação mais saudável. O projeto conta também com iniciativas para a reutilização da água usada dentro dos apartamentos habitacionais.

Essas “conquistas” foram divulgadas, também, pelo Jornal do Commercio, como pode ser visto a baixo.

Figura 12: Conquistas do Makeathon Comunidades



Fonte: JORNAL DO COMMERCIO (Brasil). Proposta cria uma Zeis e aumenta 21. Recife, p. 11-11. 05 dez. 2018.

É possível afirmar que essas tecnologias não melhorarão o estilo de vida que é visto atualmente na Comunidade Nossa Senhora do Pilar. São “avanços” que vieram de iniciativas que não partiram dos próprios moradores, além disso, para usufruir delas é preciso um conhecimento tecnológico, habilidades que alguns dos habitantes não possuem.

No entanto, apesar de reconhecerem-se as “conquistas” adquiridas pela comunidade, ainda existe uma longa jornada a ser percorrida para a inclusão total da Comunidade Nossa Senhora do Pilar no projeto de revitalização Porto Novo e assim, na rota turística e na dinâmica do bairro histórico.

É preciso, ainda, pensar em alternativas que valorizem historicidade do bairro, a singularidade da Comunidade do Pilar, a população local, não deixando de lado a necessidade de gerar renda para os moradores da comunidade.

Nessa perspectiva seria possível pensar no Turismo de Base Comunitária (TBC) como uma forma de integrar a comunidade no movimento turístico do centro histórico, valorizando a cultura e a dinâmica local, as várias habilidades dos moradores, incorporando, também, os bens tombados e as escavações arqueológicas que estão no território da comunidade na rota turística da cidade.

Porém o TBC é uma filosofia que entrega à comunidade as atividades turísticas, assim como afirma Irwing, a seguir:

Turismo de Base Comunitária [...] implica não apenas a interpretação simplista e estereotipada de um grupo social desfavorecido que recebe os ‘outsiders’ curiosos e ávidos pelo exotismo em seu convívio cotidiano, para o aumento de sua renda e melhoria social, mas, antes de tudo, significa encontro e oportunidade de experiência compartilhada (IRWING, p. 111, 2010).

Trata-se do protagonismo das comunidades de baixa renda, comunidades tradicionais, frente à dinâmica do turismo, uma ação que, também, pode ser considerada como uma forma de resistência, pois vai de encontro ao turismo que vê o espaço e os patrimônios como uma possibilidade de lucro e de mercadoria. No entanto, o fato das comunidades serem protagonistas não assegura que as mesmas farão um turismo que respeite o ambiente, assim sendo o turismo de base comunitária também pode ser segregador.

O Turismo de Base Comunitária é muitas vezes visto, também, como um movimento que se contrapõe a cidade capitalista e a acumulação por despossessão, que é tão evidente no centro histórico da Cidade do Recife, no entanto como comentado anteriormente, nem sempre isso acontece.

O TBC, não pode ser visto como a solução do problema. Nem sempre existe a preocupação de incluir os moradores locais nas atividades turísticas, de forma que cada um possa contribuir com suas habilidades, produzir comidas típicas, artesanatos, sendo guias turísticos, atrações artísticas.

Na sua teoria a renda adquirida durante o processo é revertida para melhorias na própria comunidade e dividida igualitariamente com todos aqueles envolvidos; no entanto, para isso é preciso de uma liderança política que assegure essa divisão, fato que não existe ainda na Comunidade Nossa Senhora do Pilar.

Portanto, é fundamental que se estabeleça primeiro uma governança contextualizada e bem estabelecida na comunidade, embasada em princípios étnicos e morais universais, que visem em primeiro lugar à melhoria da infraestrutura da comunidade, consequentemente melhora na qualidade de vida, e só depois vem a implementação do TBC.

Com isso estabelecido seria possível seguir as bases do TBC que considera, o mesmo, como um desenvolvimento autêntico e sustentável (GOULET, 2002). Para isso a sociedade necessita alcançar o nível de sustentação de vida, o direito de ir e vir, a liberdade para todos os membros.

Em suma, o Turismo de Base Comunitária, muitas vezes é visto como uma alternativa ao sistema de globalização capitalista, mas para isso é fundamental a organização política. Como o Pilar não conta com esta política, o TBC não pode ser dado como solução para a marginalidade.

## 9 MATERIAIS E MÉTODOS

Todo o procedimento metodológico da pesquisa foi traçado visando responder de forma abrangente e inovadora o objetivo geral: analisar como os projetos de revitalização podem impactar em comunidades de baixa renda. Assim, analisou-se o Bairro do Recife, especificamente, e conseqüentemente o projeto de revitalização (Porto Novo) pelo qual o bairro vem passando, e como este impacta na Comunidade do Pilar, localizada na porção norte do centro histórico.

Dessa maneira, a área de estudo contemplada nesse estudo caracterizou-se pela porção do Bairro do Recife sob a influência do projeto de revitalização Porto Novo mais a comunidade de baixa renda Nossa Senhora do Pilar, presente no mesmo bairro desde 1970.

Para essa pesquisa utilizou-se uma abordagem de caráter qualitativo, de caráter social (Pesquisa Social), que segundo Gil pode-se definir “como o processo que utilizando a metodologia científica, permite a obtenção de novos conhecimentos no campo da realidade social” (GIL, p. 28, 2008).

Dentro da pesquisa social existem três níveis de pesquisas: exploratórias, descritivas e explicativas. Essa pesquisa classifica-se como explicativa, pois “têm como preocupação central identificar os fatores que determinam ou que contribuem para a ocorrência dos fenômenos” (GIL, 2008, p. 28).

Conhecendo a classificação da pesquisa, pode-se afirmar que a mesma possui um caráter de análise profundo, pois com ela explica-se a razão, o porquê das coisas, de forma que busca chegar na realidade social.

Visando aproximar-se da realidade social da Comunidade Nossa Senhora do Pilar e responder o objetivo geral proposto, realizaram-se em alguns momentos conversas informais com os moradores da comunidade e um levantamento espaço-temporal para alcançar as metas colocadas como objetivos específicos que são: identificar se houve redução territorial da Comunidade do Pilar e apontar as transformações físicas ocorridas na comunidade durante o período de revitalização.

Dessa forma, foi possível não só obter as respostas para os objetivos geral e específicos, e confirmar a hipótese de que os projetos de revitalização interferem nas comunidades de baixa renda, mas também proporcionar uma visão da dimensão do Porto Novo, das transformações que ele provocou em toda a ilha durante os últimos anos, e também da interferência direta ou indireta



que o mesmo possui sobre a Comunidade do Pilar em decorrência da luta territorial que é travada contra a especulação imobiliária.

### 9.1 LEVANTAMENTO ESPAÇO-TEMPORAL

O levantamento espaço-temporal, dessa pesquisa, foi realizado com imagens de satélite obtidas no Google Earth e com imagens fornecidas pelo banco de dados da CONDEPE FIDEM. O recorte temporal foi de 2002 até 2017, abrangendo toda a ilha do Bairro do Recife.

Foi escolhido esse recorte temporal, pois assim foi possível analisar a paisagem do centro histórico da capital pernambucana desde antes do projeto de revitalização Porto Novo iniciar e também as transformações provocadas pelo mesmo, a reforma dos armazéns, e as alterações na Comunidade do Pilar com a entrega dos habitacionais, as escavações arqueológicas.

As imagens analisadas foram referentes aos anos: 2002 até 2009, e de 2009 até 2017; assim foi possível acompanhar o “passo-a-passo” das transformações físicas da ilha provocadas pela revitalização e seus impactos nas alterações do espaço e do território referente à Comunidade Nossa Senhora do Pilar.

O uso das imagens de satélite permite uma visão ampla da complexidade da dinâmica urbana do Bairro do Recife. Sendo analisadas em várias escalas, possibilitam uma interpretação diferenciada e inovadora da realidade.

As imagens possuem uma riqueza de informações, de forma que além de demonstrar as transformações físicas que o lugar vivenciou, permite interpretações sobre a vida das pessoas, a dinâmica econômica, natureza, economia, política, entre outras. Desta maneira, diferentes questões podem ser abordadas dependendo do objeto de estudo de cada cientista, como afirma Monteiro:

A construção de evidências a partir de imagens de satélite depende, portanto, da interação de especialistas com esse pacote de informações, uma relação mediada por protocolos de análise, softwares de processamento de imagem e a própria sensibilidade do cientista em perceber determinados fenômenos pelo olhar (sensibilidade construída pela experiência, pela formação e pela interação com outros cientistas).

Cada imagem de satélite é sempre mais do que uma imagem: ela é um pacote de informações que, processado pelo cientista com o auxílio de ferramentas computacionais, torna-se uma imagem significativa (MONTEIRO, p. 580. 2015).

As imagens de satélite representam a paisagem, que por sua vez permitem um estudo fisionômico da paisagem

Capturada inicialmente pelo aspecto fisionômico que ostenta, a paisagem detém além de forma, conteúdo e processos, cujas construções emergem e a diversidade de combinações



que os seus arranjos físicos e humanos oferecem, inspiram diferentes esforços de abordagens.

Perspectivas objetivamente técnicas e pautadas por rigores do conhecimento científico privilegiam levantamentos de elementos, em especial físico-naturais, integrantes de espaços representados sob a forma de paisagens. Aspectos e formas predominantes locais são cotejados com informações anteriores, classificados e inseridos em estatutos universais. Passam a compor inventários especializados e não necessariamente articulados entre si (GOMES, p. 304, 2007).

Foram essas mesmas imagens que possibilitaram verificar se a área ocupada pela comunidade ainda permanece igual ou se foi reduzida, pressionada pelos investimentos que estão sendo atraídos para o bairro em questão. Além disso, possibilitaram a compressão de forma totalizadora da dinâmica do Recife Antigo, observando as suas transformações físicas e como estas influenciaram a dinâmica urbana do centro histórico.

Em conjunto com as imagens de satélites, os mapas também podem ser utilizados na interpretação do espaço, auxiliando no processo dessa pesquisa.

A cartografia deriva das necessidades do homem quanto à localização dos fenômenos que ocorrem no espaço geográfico, de forma que dados fenômenos geográficos, demográficos; geológicos; biológicos; socioeconômicos, os tratados aqui; entre outros, podem ser analisados sob diferentes perspectivas.

Dessa forma, a dinâmica do centro histórico da capital pernambucana pôde ser percebida em diferentes escalas e de forma interdisciplinar, propiciando a análise no que diz respeito às mudanças do ponto de vista ambiental ocorridas na Comunidade Nossa Senhora do Pilar ocasionadas pela revitalização.

## 10 RESULTADOS

Entre aterros, obras de saneamento, drenagem, iluminação, abertura de ruas, recuperação de fachadas, etc., o bairro histórico da Cidade do Recife enfrentou muitas transformações desde sua origem, a maior delas ocorrida em 1910, com o propósito de trazer higiene e melhores condições de vida para o bairro portuário.

Atualmente, a ilha está enfrentando mais uma grande transformação com o projeto de revitalização Porto Novo, que visa transformar o bairro histórico da capital pernambucana em um importante centro turístico e, conseqüentemente, devolver a sua “vida”, gerando lucratividade proveniente da atividade turística.

A revitalização segundo Guerra (2005) é um processo que envolve conhecimento, cultura, lazer, inovação, qualidade de vida, questões sociais, bem-estar de sociedade, mobilidade, entre outras questões do ambiente urbano em uma governança urbana.

Vale uma a reflexão mais profunda sobre esse processo de revitalização no Bairro do Recife. O primeiro ponto a ser levado em consideração é que segundo Milet (1988) o turismo que leva ao passado atrai mais que o turismo que revela o momento atual. Diante disso, a busca por recuperar essas estrias do espaço, que por vezes reconhecem-se como patrimônios, se mostra como uma atividade capaz de aumentar o lucro, dentro de uma cidade capitalista.

É fato que a atividade turística impacta diretamente em toda essa nova dinâmica e em como é visto o patrimônio atualmente; no entanto colocá-la como a única culpada das transformações é simplificar a análise. Na cidade capitalista o trio formado por: atividade turística, patrimônio e lucro é praticamente indissociável.

No caso do Bairro do Recife a lógica que guia a revitalização é a acumulação por despossessão, tratada por Harvey (2005), que aliada ao *City Marketing* atraem investimentos públicos e privados aumentando o capital, que apoiados no turismo, apropriam-se da infraestrutura do espaço, do patrimônio, da cultura, aumentando a lucratividade gerada pela circulação do capital.

Por vezes esse processo segrega, expulsa direta ou indiretamente comunidades e interferem no direito de ir e vir transformando o centro em um lugar para poucos, para apenas uma parcela da sociedade (SPOSITO, 2016).

Essa dinâmica que pode ser vista no centro histórico do Recife, transformou os armazéns pertencentes ao Porto do Recife em bares e restaurantes, museu, salão de eventos para festas e conferências, e recuperou as fachadas dos casarões, transformou ruas para proporcionar lazer e

estética, mudanças que podem ser vistas na figura 11 e 12 e nas figuras 13 e 14 dos anexos. No entanto, a Comunidade Nossa Senhora do Pilar continua à margem dessas transformações mesmo sendo contemplada pelo Complexo Turístico e Cultural Recife-Olinda, (projeto que inspira o Porto Novo), e pelo Programa de Requalificação Urbanística e Inclusão Social da Comunidade do Pilar.

Figura 13: Armazém Catorze antes do Porto Novo



Fonte: DIARIO DE PERNAMBUCO. Transformação do antigo armazém 14 em casa de eventos desagrada artistas do teatro e da dança.<sup>18</sup>

Figura 14: Armazém Catorze depois do Porto Novo



Fonte: pela autora, 19/12/2018

<sup>18</sup> Disponível em: <[http://www.diariodepernambuco.com.br/app/noticia/viver/2017/06/28/internas\\_viver,710590/transformacao-do-antigo-armazem-14-em-casa-de-eventos-desagrada-artistas.shtml](http://www.diariodepernambuco.com.br/app/noticia/viver/2017/06/28/internas_viver,710590/transformacao-do-antigo-armazem-14-em-casa-de-eventos-desagrada-artistas.shtml)>. Acesso em: 30 dez. 2018.

O Programa de Requalificação da Comunidade do Pilar promete a construção de creche, posto de saúde, mercado, habitacionais. Nenhuma dessas propostas foi completamente entregue. Além disso, outros projetos, como é o caso dos apartamentos Minha Casa, Minha Vida e o projeto do Moinho do Recife interferem na territorialidade da comunidade.

Com a entrega de equipamentos no bairro histórico, projetados pelo Porto Novo, a comunidade sofre com a pressão do mercado imobiliário e precisa travar uma luta territorial contra os capitalistas, contra a acumulação por despossessão. Cerca de 468 famílias já foram desalojadas, o que reflete na área ocupada pela comunidade (PINTO, FRANÇA, 2015).

As imagens de satélite possibilitaram identificar as transformações físicas no Bairro do Recife e na comunidade estudada e se houve alguma redução na área ocupada pela mesma. O primeiro mapa corresponde ao ano 2002, um ano antes do Plano Urbanístico do Complexo Turístico Cultural Recife-Olinda ser entregue.

Mapa 18: Comunidade do Pilar 2002



Fonte: Imagem banco de dados da CONDEPE FIDEM, acesso em 15/06/2018, destaques realizados pela autora.

A mapa reflete a realidade do Bairro do Recife em 2002 antes das primeiras intervenções do Projeto de Revitalização. Esse panorama anterior é importante para que se possa compreender as intervenções da revitalização e as mudanças por ela causada. Pode-se notar que todo o bairro está repleto de construções, até mesmo no perímetro que pertence a Comunidade do Pilar, representado pelo polígono amarelo. No entanto, com o passar dos anos notam-se várias mudanças no território da comunidade causadas, muitas vezes, pela especulação imobiliária do bairro, que por sua vez foi influenciada diretamente pelo projeto de revitalização que atraiu grandes investimentos para o bairro histórico.

Em 2009, a área da comunidade foi calculada em 60. 493, 325 m<sup>2</sup>, área calculada utilizando imagens de satélite na plataforma do QGIS na versão 3.0, sob o sistema SIRGAS 2000/ UTM zone 25S.

O perímetro da comunidade pode ser visto no mapa abaixo

Mapa 19: Comunidade do Pilar 2009



Fonte: Imagem de satélite, Google Earth, 2009. Marcação realizada pela autora.

Nessa imagem percebe-se um espaço vazio, dentro da comunidade; este espaço foi preenchido por alguns dos apartamentos habitacionais prometidos pela Prefeitura do Recife. No entanto, todo o restante da área está ocupada por moradia.

Com a aproximação do início das obras do projeto de revitalização Porto Novo a especulação imobiliária aumentou na ilha, vários investimentos foram atraídos, sejam de iniciativa pública ou privada. Depois da inauguração do Centro de Artesanatos e dos restaurantes próximos ao Marco Zero as influências da revitalização sob a Comunidade do Pilar ficaram mais evidentes impactando na sua territorialidade.

O turismo intensificou-se com os novos atrativos que foram criados, principalmente pelo projeto Recife de Coração que contribuiu para que a população da cidade passasse a frequentar mais a ilha, principalmente aos domingos, quando são oferecidas atividades esportivas e nos últimos domingos do mês quando ocorrem shows gratuitos, feiras, atividades lúdicas, entre outras atrações.

A recuperação das fachadas dos antigos casarões e a inauguração dos centros culturais da Caixa e dos Correios também atraiu a população, pois oferecem diferentes tipos de concertos musicais e exposições de artistas renomados, que retratam em suas obras a realidade do Brasil, do Nordeste e, por vezes, até da história mundial.

Com todas essas atrações relacionadas à nova dinâmica do bairro, as propagandas que evidenciam os pontos positivos, as qualidades estéticas, as atividades turísticas, o lazer referentes a essa porção da cidade ganharam notoriedade. Simultaneamente a esse processo, as propagandas que tratavam o centro histórico como um local seguro aumentaram e os casos de violência relatados pela mídia diminuíram.

No entanto, cabe aqui a seguinte questão: qual a influência dessas mudanças provenientes da revitalização no centro histórico para a comunidade de baixa renda Nossa Senhora do Pilar? É possível perceber as mudanças ocorridas na comunidade, principalmente no que diz respeito ao território que a mesma ocupa.

No ano 2016, seis anos depois do início do projeto de revitalização Porto Novo, a Comunidade Nossa Senhora do Pilar já tinha recebido alguns dos habitacionais prometidos pela Prefeitura do Recife.

Nesse ano (2016) a área ocupada pelos apartamentos habitacionais correspondia a um total de 4. 416, 279 m<sup>2</sup>. Já o que diz respeito a área ocupada pelas antigas moradias correspondia a um total de 5. 964, 533 m<sup>2</sup>. Consequentemente o território total ocupado pela Comunidade Nossa Senhora do Pilar era de 10. 764,546 m<sup>2</sup>. Essas áreas podem ser conferidas no mapa a seguir.



Mapa 20: Comunidade do Pilar 2016



Fonte: Imagem do Banco de Dados Codepe-Fiden, 2018

O polígono em vermelho representa a área ocupada pelos prédios residenciais ocupados pelos moradores da comunidade em questão, já o polígono em azul, representa a área ocupada pelas antigas moradias.

Durante esse período de tempo (de 2009 até 2016) os prédios habitacionais representam a maior transformação no território da comunidade e simbolizam uma das conquistas adquiridas pela luta da comunidade frente ao poder público, contra a acumulação por despossessão.

No entanto, não se pode deixar de mencionar a diminuição no território da comunidade. Em 2009, como comentado anteriormente, o território total ocupado pela comunidade era de 60.493,325 m<sup>2</sup>, já em 2016 o território do Pilar reduz para 10.764,546 m<sup>2</sup>, uma redução de 49.728,779 m<sup>2</sup> em 7 (sete) anos.

Tratando esses dados de forma percentual, em 2016 restaram aproximadamente 17.79% do território original, o que significa uma redução de aproximadamente de 82.20% durante sete anos.

Pode-se afirmar, portanto, que com o projeto de revitalização Porto Novo, a especulação imobiliária cresceu no centro histórico e atingiu a comunidade expulsando-a direta ou indiretamente do local que a mesma ocupava desde 1970.

No ano de 2017 o território da Comunidade Nossa Senhora do Pilar sofre mais uma redução, passando para 4.856,875 m<sup>2</sup>, ou seja, tomando como base a área total em 2016 que era de 10.764,546 m<sup>2</sup> uma redução de 5.907,671 m<sup>2</sup>, em apenas um ano.

Mapa 21: Comunidade do Pilar 2017



Fonte: Imagem de satélite, Google Earth, 2018. Marcação realizada pela autora.

Em termos percentuais de 2016 para 2017 a comunidade reduziu aproximadamente 54,88%, e em relação ao mesmo ano (2016) permaneceu com aproximadamente 45,11% do território total.

Essa redução mostra como a especulação imobiliária continua crescendo na ilha e a importância da organização política, a luta territorial e do avanço que foi conquistado com o reconhecimento do Pilar como Zeis.

Gráfico 2: Perda territorial da Comunidade do Pilar

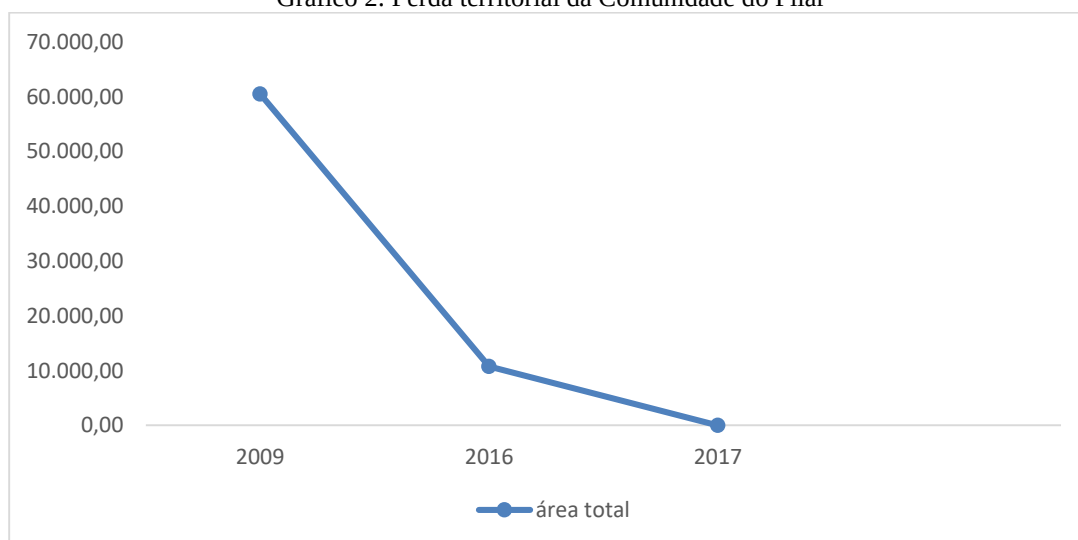


Gráfico baseado na área territorial da comunidade calculado pelo QGIS, realizado pela autora

Com o gráfico acentua-se ainda mais a redução da comunidade, principalmente nos primeiros anos de realização do Porto Novo, quando o poder público aliado as iniciativas privadas



incentivaram os investimentos no centro histórico acarretando a venda do patrimônio, e a apropriação da terra e da cultura, consequentemente estabelecendo uma relação, na qual o ponto mais importante é o acúmulo de capital, independente do que é preciso para obter o mesmo.

Não se pode esquecer dos futuros investimentos que estão por vir, como é o caso da reforma do Moinho do Recife, que teve várias vezes seu projeto reprovado pelo fato de não respeitadas todas as leis referentes ao patrimônio.

Várias medidas compensatórias foram tomadas até que o projeto fosse aceito, mesmo assim ainda não obedece todos os quesitos previstos pela legislação de proteção ao patrimônio. São mudanças que valorizaram o valor do solo da Comunidade do Pilar, fato que acarretou na luta territorial e consequentemente na redução da área ocupada pela mesma.

A infraestrutura presente no Bairro do Recife é um dos grandes diferenciais entre ele e o restante dos bairros da Grande Recife; a presença de avenidas largas e calçadas, proximidade aos centros primários e secundários, uma rede de drenagem do solo, a presença de um sistema de esgoto e abastecimento de água independentes. Com isso, os investimentos públicos e privados são atraídos e assim o acúmulo de capital.

No mapa a seguir é possível ter uma visão mais clara sobre como os impactos reduziram o território da comunidade desde 2009.

Mapa 22: Sobreposições territoriais (2009 – 2017)



Fonte: Imagem de satélite disponibilizada pelo Google Earth (2017) – marcações realizadas pela autora

O mapa acima mostra a comunidade em 2017, enquanto os polígonos foram desenhados tomando como referência os territórios da mesma nos anos 2009 e 2016, a partir da sobreposição das imagens de satélite.

O polígono vermelho corresponde ao território da Comunidade Nossa Senhora do Pilar em 2009, o polígono verde corresponde ao território, da mesma comunidade, em 2016, contemplando os conjuntos habitacionais. Já o polígono rosa corresponde à comunidade em 2017.

Na imagem de satélite correspondente ao ano de 2017, nota-se uma área que foi desocupada ao lado dos residenciais; nessa área a comunidade tem esperança de que sejam construídos o restante dos habitacionais prometidos pelo poder público.

Diante disso, é inquestionável que a Comunidade Nossa Senhora do Pilar vem sendo atingida pelo processo de revitalização Porto Novo, que está em processo de conclusão no Bairro do Recife.

As interferências ficaram evidentes com a mudança na paisagem próxima à comunidade e na redução do seu território que em 2009 correspondia a 60.493,325 m<sup>2</sup> e em 2017 a 856,875 m<sup>2</sup>. Ou seja, uma redução de aproximadamente 91.971% da sua área original em apenas 8 anos.

Essas mudanças no bairro fizeram com que muitas famílias fossem expulsas, direta ou indiretamente, que migraram para outras comunidades ou para a periferia; no entanto, ainda existe um sentimento de esperança e, assim, um desejo de voltar para o bairro histórico e da comunidade ser inserida na nova dinâmica do bairro.

É fundamental reconhecer que alguns passos foram dados na direção da proteção da comunidade; o principal deles foi o seu reconhecimento como Zeis, assim, assegurando moradia e posse de terra aos moradores, apesar dessa “conquista” também ser questionada.

Além do reconhecimento como Zeis, a comunidade ainda não recebeu todos os investimentos prometidos pela Prefeitura (os habitacionais, o mercado, área de lazer, creche, entre outros investimentos); nesse ponto, a organização social e política por parte dos moradores é essencial, como afirma Lefebvre (2008), pois só assim a comunidade poderá reivindicar seus direitos e melhorias.

## 11 CONCLUSÃO

O Bairro do Bairro do Recife, era istmo da Cidade do Recife, atualmente uma ilha que representa o centro histórico da cidade, conhecido popularmente e afetuosamente por Recife Antigo, localizado na RPA 1.

Um centro e uma centralidade, que em suas ruas e casarões conta parte do surgimento e da história do Recife. Cresceu em favor do Porto do Recife e sempre foi um bairro com um comercio intenso que servia à atividade portuária.

O Bairro já passou por várias reformas, a maior delas em 1910, inspirada na Paris de Hausmanm, que colocou quase todo o bairro abaixo, com o propósito de melhorar a higiene, extinguir doenças e melhorar a mobilidade urbana e o seu porto.

Por volta de 1960, com o crescimento de bairros próximos à ilha, o centro histórico enfrentou um abandono por parte do poder público, o que foi responsável, em parte, por atrair pessoas pauperizadas, algumas dessas vindas do interior do estado devido à seca que assolou o Nordeste nessa época.

Cem anos depois, em 2010, depois de várias tentativas políticas para “devolver a vida” à ilha que abrigava vários moradores de rua, comercio ilícito de drogas, prostituição, é apresentado o projeto de revitalização Porto Novo, com o intuito de transformar o centro histórico em uma atração turística e de lazer.

Assim, os vários armazéns que não tinham uma função formal e definida, foram inseridos no projeto e transformados em bares, restaurantes, lojas de artesanato, museus, salas de conferência.

Essas transformações, em grande parte, modificaram a estrutura dos armazéns e portanto, transformaram também a paisagem do centro histórico que, em parte, ficou descaracterizado com muitas construções modernas que contrastam com os antigos casarões.

A infraestrutura nesse processo de atração de investimento foi essencial. O Bairro do Recife comparado aos outros do Recife possui uma boa rede de infraestrutura, próximos ao centro secundário, com ruas calçadas, redes independentes de abastecimento de água, de esgoto e drenagem do solo que foram realizadas por Saturnino de Brito em 1910.

Além disso, conta com projetos no setor de transportes e uma ampla infraestrutura com espaços culturais, como teatros, espaços para concertos musicais, museus, fato que atrai muitos turistas e até mesmo moradores da cidade.

É fato que o projeto de revitalização (Porto Novo) trouxe uma nova maneira de enxergar o bairro, principalmente no tange ao mercado imobiliário com a valorização do espaço que atraiu muitos investimentos públicos e privados que se apropriaram da infraestrutura do bairro, aumentaram a circulação e capital e a sua margem de lucro.

Em meio a especulação imobiliária e a nova dinâmica turística do centro histórico está a Comunidade Nossa Senhora do Pilar, que existe formalmente no bairro desde 1970, localizando-se no polígono tombado do Bairro do Recife, contando com construções tombadas e reconhecidas como patrimônio pelo IPHAN: a Estação Ferroviária do Brum, o Forte do Brum e a Igreja Nossa Senhora do Pilar, que dá nome à comunidade.

Com todos os investimentos e mudanças que ocorreram no Recife Antigo, a atividade turística cresceu juntamente com as várias reformas, algumas já finalizadas como as dos armazéns, e o Porto de Recife (que atualmente recebe prioritariamente embarcações turísticas) e outras que ainda estão para acontecer, como por exemplo a do Moinho do Recife.

Algumas dessas intervenções não poderiam ser realizadas devido as leis de prevenção ao patrimônio. No entanto, por tratar-se de um projeto que visa prioritariamente o lucro, medidas compensatórias foram tomadas e o patrimônio e o espaço tombado ficou em segundo plano sofrendo as consequências da acumulação por despossessão.

Essas mudanças atingiram a comunidade diretamente, mesmo essa estando contemplada com o Programa de Requalificação Urbanística e Inclusão Social da Comunidade do Pilar, que prometia uma melhor qualidade de vida para seus moradores, com a entrega de habitacionais, mercado, creche, posto de saúde, área de lazer.

No entanto, nenhuma dessas promessas realizadas pela Prefeitura do Recife foram completamente cumpridas e a maioria das construções nem foram iniciadas. A comunidade, portanto, continua com o sentimento de esperança de que algum dia será completamente inserida na rota turística do bairro e que receberá todos os investimentos prometidos.

Com a justificativa de desocupar uma área da comunidade para escavações arqueológicas (que estão paralisadas por falta de verba) e até mesmo para a construções de habitacionais muitas

famílias foram desalojadas, migrando para outras comunidades ou para a periferia e ainda não conseguiram retornar para sua casa.

Concomitante a esse processo, a propaganda que exalta o Bairro do Recife aumentou consideravelmente, vendendo o patrimônio e a cultura recifense tanto numa escala regional, como também nacional e internacional. Vale lembrar ainda que essas transformações foram direcionadas a uma parcela da sociedade, a uma determinada classe social, a um grupo restrito, fato que limitou o acesso a ilha.

Diante dessa realidade de especulação imobiliária, apropriação do centro histórico, do patrimônio e da cultura, da propaganda e principalmente da infraestrutura e do capital, que provoca a expulsão seja direta ou indireta da população mais pobre, pode-se dizer que o projeto de revitalização Recife Antigo opera sob a perspectiva da acumulação por despossessão.

Assim, a Comunidade do Pilar está sofrendo impactos causados pela luta territorial entre capitalistas e não capitalistas proveniente da especulação imobiliária. A partir de 2009, o espaço ocupado pela mesma vem sofrendo alterações visíveis, seja com mudanças físicas (como por exemplo a reforma dos armazéns), mas, principalmente, no que diz respeito ao seu território que vem diminuindo consideravelmente, principalmente depois das transformações provocadas pelo projeto de revitalização.

A Comunidade Nossa Senhora do Pilar perdeu, desde 2009 até o ano de conclusão dessa pesquisa, mais de 50% do seu território original, fato que mostra como foi atingida pela especulação imobiliária e como é marginalizada pelo projeto Porto Novo.

E preciso, portanto, questionar-se a quem se destina o projeto, por que foi implementado? Com que propósito? O mesmo impacta a comunidade negativamente reduzindo seu espaço, expulsando diretamente ou indiretamente os moradores, não cumprindo com suas promessas, mesmo a comunidade estando ao lado da Prefeitura do Recife e sendo contemplada pelo Requalificação Urbanística e Inclusão Social da Comunidade do Pilar.

Apesar da atividade turística estar no centro dessa discussão, ela não é a única responsável. Atualmente é quase impossível, quando se trata de América Latina, separar a atividade turística, da acumulação (lucro/ capital) e do patrimônio. Esses três elementos formam um triângulo e caminham juntos, são praticamente indissociáveis, de forma que as áreas que remetem ao passado atraem a atividade turística e essa é uma das formas de obter lucro e vender a cidade, que no mundo capitalista é vista como um negócio.

O sentimento de esperança da comunidade em ser integrada à nova dinâmica turística do bairro e em receber as promessas realizadas pelo poder público persiste e é esse sentimento o responsável pela luta contra a acumulação por despossessão que se manifesta em protestos que são organizados pelos próprios moradores.

Esses protestos, por vezes, são noticiados pelas mídias digitais e por jornais renomados como o Diário de Pernambuco, ganhando, assim, repercussão e dando voz aos moradores e a comunidade. A organização política e social é a única que pode mudar a realidade da Comunidade do Pilar.

É fato que, apesar da redução da comunidade, expulsão dos moradores, do não cumprimento das promessas da Prefeitura do Recife e das transformações no seu espaço; algumas “conquistas” já foram alcançadas pela Comunidade do Pilar e essas precisam ser reconhecidas.

Projetos de Educação Ambiental para que os moradores dos habitacionais reutilizem água e construam uma horta suspensa, tendo na teoria acesso a melhor alimentação, um *token* que poderá ser usado pelos moradores para aferir pressão, altura, peso e possíveis problemas de saúde e encaminhá-los para posto de saúde ou agentes de saúde para um tratamento médico, são algumas dessas “conquistas”, porém é preciso lembrar de que essas “mudanças” na comunidade não contribuem para que a mesma participe nas tomadas de decisões sobre o Bairro do Recife, assim fazendo com que a mesma não melhore sua qualidade de vida e continue na marginalidade.

O caminho até a inclusão total da Comunidade Nossa Senhora do Pilar ainda é longo, mas é possível com uma nova visão sobre o patrimônio e sobre a cultura. Para isso a organização social e política da comunidade é fundamental, pois só assim a mesma poderá lutar pelos seus direitos e melhor qualidade de vida.

E importante, ainda, lembrar que turismo de base comunitária não é a solução para a vida precária e marginalizada dos moradores, pois apesar de permitir um novo olhar sobre o processo de acumulação, ele por si só não assegura essa resistência contra a acumulação por despossessão, a melhora na qualidade de vida e que toda a renda gerada dentro da comunidade permaneça na mesma, aumento a renda dos moradores.

Sob essa perspectiva os moradores do Bairro do Recife e a própria Comunidade do Pilar só entrariam na rota turística organizando-se política e socialmente e lutando para a sua permanência no local, melhorias na qualidade de vida e participação efetiva nas tomadas de decisão no seu território, exercendo seu direito à cidade.

Em suma, o projeto de revitalização do Recife, Porto Novo, que atua sob uma perspectiva de acumulação por despossessão e *city marketing*, vendeu o solo urbano do centro histórico da cidade para investimentos públicos e privados que foram atraídos devido a infraestrutura que o bairro oferece, pela circulação de pessoas e atividades desenvolvidas.

Dessa forma, o projeto de revitalização causou influências na comunidade de baixa renda (Comunidade do Pilar), sejam essas influências diretas ou indiretas. A comunidade está presente na ilha desde 1970, e faz parte de historiografia do centro originário; no entanto a mesma fica a margem das transformações do bairro, fato que fica evidente na perda considerável do seu território, desde 2009, (quando a ilha começou a ser apresentada como um espaço promissor devido ao Porto Novo) para a especulação imobiliária.

A comunidade apesar de não possuir um líder comunitário, persiste com o sentimento de esperança, lutando contra a acumulação por despossessão, contra a especulação imobiliária e por melhores condições de vida (consta atualmente como um dos piores IDHM do grande Recife), e integração na nova dinâmica do bairro.

Diante dessa realidade, pesquisas futuras serão realizadas com o intuito de comparar a realidade recifense com outros projetos de revitalização, assim mostrando que é possível a realização de um projeto de revitalização que valorize a cidade e todos os seus moradores incluindo-os no processo, independente da classe social e o patrimônio sem que o mesmo perca suas características originais como foi o caso do Recife Antigo.

Esperasse também aprofundar a pesquisa analisando os recursos que foram utilizados pelo poder público, mercado imobiliário, para que a comunidade cedesse em alguns pontos, contribuindo com políticas que iam de encontro aos seus próprios interesses.

## REFERÊNCIAS

- ALVAREZ, Isabel Pinto. A produção e reprodução da cidade como negócio e segregação. In: CARLOS, Ana Fani Alessandri; VOLOCHKO, Danilo; ALVAREZ, Isabel Pinto (Org.). **A cidade como negócio**. São Paulo: Contexto, 2018. p. 65-79.
- ANTUNES, Luiza. **Os 10 maiores períodos de seca no Brasil**. 2016. Disponível em: <<https://super.abril.com.br/blog/superlistas/os-10-maiores-periodos-de-seca-no-brasil/>>. Acesso em: 21 dez. 2016.
- ANITELLI, Fernando. **Sintaxe à Vontade**. São Paulo: O Teatro Mágico, 2003
- BRASIL. Constituição (2017). Lei nº 16.113/95, de 2017. **Dispõe Sobre o Plano de Regularização das Zonas Especiais de Interesse Social- Prezeis e dá Outras Providências**. Recife, RECIFE,
- CAIS DO SERTÃO. Arquitetura. Disponível em: <<http://www.caisdosertao.org.br/cais/arquitetura/>>. Acesso em: 06 nov. 2018.
- CARLOS, Ana. Fani. A. (Org.). **Novos caminhos da Geografia**. 5. ed. São Paulo: Editora Contexto, 2005.
- CARRÉRA, Guilherme. **Cinco séculos de história no Recife Antigo**: Origem do bairro remete ao século XVI, quando o Porto do Recife era o que definia o funcionamento da área. 2013.
- CARVALHO, Ciara. MPF pressiona PCR para entregar moradia do Residencial do Pilar: Poder público tem até o dia 30 de setembro para entregar 108 apartamentos cuja construção se arrasta há vários anos. **Jornal do Comércio**. Recife, 30 ago. 2016.
- CASTRO, Iná Elias de; GOMES, Paulo Cesar da Costa; CORRÊA, Roberto Lobato (Org.). **Geografia: Conceitos e Temas**. 2. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2000.
- CORRÊA, Roberto Lobato. **O espaço urbano**. São Paulo: Alícia S.a, 1989
- DIARIO DE PERNAMBUCO, Recife, 2018, disponível em: [http://www.impresso.diariodepernambuco.com.br/app/noticia/cadernos/vidaurbana/2018/03/14/interna\\_vidaurbana,184629/prefeitura-vai-fazer-habitacoes-no-pilar.shtml](http://www.impresso.diariodepernambuco.com.br/app/noticia/cadernos/vidaurbana/2018/03/14/interna_vidaurbana,184629/prefeitura-vai-fazer-habitacoes-no-pilar.shtml) acesso em 13/06/2018
- DIOGO, Érica (Org.). **Recuperação de Imóveis Privados em Centros Históricos**. Brasília: Iphan / Programa Monumenta, 2009.
- FABRICA PILAR. **Uma História de Sucesso**. Recife, 2018?. <http://www.pilar.ind.br/nossa-historia>. Acesso em 20/10/2018
- FERNANDES, José A. Rio. Centro Histórico e Urbanismo: Questões, Reflexões e Inquietações, a Propósito do Porto. In: ROCHA, Manuel Joaquim Moreira da. **Actas do Seminário Centros Históricos: Passado e Presente**. Porto: Universidade do Porto / Faculdade de Letras / Biblioteca Digital, 2011. Cap. 1. p. 1-244.
- FOLADORI, Guillermo; MELAZZI, Gustavo; KILPP, Renato. **A economia da sociedade capitalista e suas crises recorrentes**. São Paulo: Outras Expressões
- FREIRE, Gilberto. **Assombrações do Recife velho**. 2. ed. Rio de Janeiro: Record, 1970
- GARCIA, Maria Cristina. **As Mercadorias como objetos de Desejo: "insanidade" Capitalista**. 2. ed. São Paulo: Edicon, 2014.



GHIRARDELLO, Nilson; SPISSO, Beatriz (Org.). **Patrimônio histórico: como e por que preservar**. Bauru: Canal 6, 2008.

GIDDENS, Anthony **A vida em uma sociedade pós-tradicional**. In: GIDDENS et al. *Modernização reflexiva: política, tradição e estética na ordem social moderna*. São Paulo: Ed. Unesp, 1997

GIL, A. C. **Métodos e Técnicas de Pesquisa Social**. 6. ed. São Paulo: Atlas, 2008.

GOETHE, Paulo. **Quando a modernidade desfigurou o Recife** Antigo. **Pernambuco.com**. Recife, p. 1-1. 16 fev. 2017.

GOMES, Edvânia Tôrres Aguiar. **Recortes de Paisagens na cidade do Recife: uma abordagem geográfica**. Recife: Fundação Joaquim Nabuco, 2007.

GOMES, Geraldo. Por que o bairro do Recife? In: ZANCHETI, Sílvio; MARINHO, Geraldo; MILET, Vera (orgs.). **Estratégias de intervenção em áreas históricas**. Revalorização de áreas urbanas centrais. Recife: Universidade Federal de Pernambuco, 1995.

GUERRA, Isabel et al. **Políticas Públicas De Revitalização Urbana: Reflexão Para a Formulação Estratégica e Operacional das Actuações a Concretizar no QREN**. [s. L.]: Iscte / Cet, 2005. 190 p

GOULET, D. **Desenvolvimento autêntico: fazendo-o sustentável**. In: CAVALCANTI, C. (org). *Meio Ambiente, desenvolvimento sustentável e políticas públicas*. 4ª Ed. São Paulo: Cortez, Recife: Fundação Joaquim Nabuco, 2002

HARVEY, David. **O novo imperialismo**. São Paulo: Edições Loyola, 2005.

\_\_\_\_\_. David. **A Condição pós-moderna** (A. U. Sobral & M. Stela, Trad.). São Paulo: Edições Loyola. (Obra original publicada em 1990), 2004

IRWING Marta Azevedo, **Reinventando a Reflexão sobre o Turismo de Base Comunitária: inovar é possível?** In: R. Bartholo; D.G. Sanzolo; I. Bursztyn (orgs.). *Turismo de Base Comunitária: diversidade de olhares e experiências brasileiras*. Rio de Janeiro: Letra e Image, 2009. p. 108-121.

LEFEBVRE, Henri. **O Direito à Cidade**. 5. ed. São Paulo: Centauro, 2008.

LEITE, Rogerio Proença. **Patrimônio e enobrecimento no Bairro do Recife**. Revista Cpc, São Paulo, v. 1, n. 2, p.17-30, maio 2006. Disponível em: <<http://www.revistas.usp.br/cpc>>. Acesso em: 15 maio 2017.

\_\_\_\_\_. **Contra-usos da cidade**. Lugares e espaço público na experiência urbana contemporânea. Campinas, SP: Editora Unicamp. Aracaju, SE: Editora Universidade Federal de Sergipe, 2ª edição revista e ampliada, 2007.

LIMA, Antonio Marques Silva; ARAUJO, Nathielly Darcy Ribeiro. **Cidade de Papel: Uma Investigação do Morar no Bairro Do Recife Antigo**. Anais do Seminário Nacional de Sociologia da Ufs, Sergipe, v. 1, n. 1, p.124-135, abr. 2016. Bianual

MARCHESINI JUNIOR, Atilio. **O Modelo Estratégico Urbano de “City Marketing” e Suas Escalas de Atuação**. Espaço em Revista, Goiás, v. 12, n. 2, p.84-101, jun. 2010.

MARINHO, Geraldo et al. *Complexo Turístico Cultural Recife-Olinda*. Recife: Fundação Para O Desenvolvimento da Universidade Federal de Pernambuco, 2003.

MILET, Vera. **A Teimosia das Pedras**: Um estudo sobre a preservação do patrimônio ambiental do Brasil. Olinda: Prefeitura de Olinda, 1988. 241 p

MONTEIRO, Marko. Construindo imagens e territórios: pensando a visualidade e a materialidade do sensoriamento remoto. **História, Ciências, Saúde-manguinhos**, Rio de Janeiro, v. 22, n. 2, p.577-591, abr. 2015.

MOURA, Dulce et al. A Revitalização Urbana: Contributos para a Definição de um Conceito Operativo. **Cidades- Comunidades e Territórios**, Lisboa, v. 13, n. 12, p.15-34, dez. 2006.

NERY, Nancy Siqueira; CASTILHO, Cláudio Jorge Moura de. **Comunidade do Pilar e a revitalização do bairro do Recife Possibilidades de inclusão socioespacial dos moradores ou gentrificação**. Revista Eletrônica da Faculdade de Ciências Humanas, Recife, v. 2, n. 1, p.19-36, dez. 2008.

OLIVEIRA, Abrahão de. **O Patrono Da Engenharia Sanitária**: As Realizações De Saturnino De Brito. 2015

OLIVEIRA, Paulo Rogério Melo de. **O Passado Encravado no Presente**: turismo histórico e passado: espetáculo nas Missões Jesuíticas do Rio Grande do Sul. Tempo e Argumento: Revista do programa de pós-graduação em história, Florianópolis, v. 1, n. 1, p.155-171, jan. 2009

PASSO ALFÂNDEGA. **História do paço alfândega**. Disponível em: <<https://www.pacoalfandega.com.br/>>. Acesso em: 11 dez. 2018.

PERNAMBUCO. Lei nº 16.176/96, de 2012. . Recife, RECIFE

PESSIS, A. M.; et al. **Evidências de um cemitério de época colonial no Pilar, Bairro do Recife-PE**. CLIO-Série Arqueológica. Recife: UFPE. v. 28. nº. 01, 2013.

PINTO, Luiz Carlos; FRANÇA, Inácio. **Moinho do absurdo**. 2015. Disponível em: <<https://marcozero.org/moinho-do-absurdo/>>. Acesso em: 28 ago. 2018.

PORTO DO RECIFE. **Conheça os projetos**. Disponível em: <[http://www.portodorecife.pe.gov.br/cais\\_patios\\_armazens\\_silos.php](http://www.portodorecife.pe.gov.br/cais_patios_armazens_silos.php)>. Acesso em: 06 nov. 2018.

RECIFE. Francisco Lopes. Prefeitura do Recife (Comp.) **ATLAS das Infraestruturas Públicas em Comunidades de Interesse Social do Recife**. Recife: Sanear, 2014.

\_\_\_\_\_. PREFEITURA DO RECIFE/PROJETO BRA 01/032. **Atlas do Desenvolvimento Humano no Recife**. Recife: Primapagina, 2005.

REYNALDO, Amélia. **As catedrais continuam brancas**: Planos e projetos do século XX para o centro do Recife. Recife: Cepe, 2017. 451 p.

SANCHEZ. **A reinvenção das cidades para um mercado mundial**. 2001. Tese (Doutorado em Geografia). Departamento de Geografia. Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas (FFLCH). Universidade de São Paulo, São Paulo, 2001.

SANTOS, Milton, **Da totalidade ao lugar**. 7.ed. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2005.

SCIFONI, Simone. O patrimônio como negócio. In: CARLOS, Ana Fani Alessandri; VOLOCHKO, Danilo; ALVAREZ, Isabel Pinto. **A cidade como negócio**. São Paulo: Contexto, 2018. p. 209-225.

SIMÕES junior, José Geraldo. **Revitalização em centros urbanos**. Pólis, São Paulo, v. 4, n. 19, p.1-84, jan. 1994.

SPOSITO, Maria Encarnação Beltrão. Segregação Residencial e Centralidade Urbana. In: VASCONCELOS, Pedro de Almeida; CORRÊA, Roberto Lobato; PINTAUDI, Silvana Maria. **A cidade contemporânea: Segregação espacial**. São Paulo: Contexto, 2016. Cap. 3. p. 61-93.

João Rodrigues; CANDEIAS, Ana Lúcia Bezerra. LOCALIZAÇÃO DE ATERROS NO RECIFE ANTIGO, PERNAMBUCO A PARTIR DO GEORREFERENCIAMENTO DOS MAPAS HOLANDÊS DE 1648, INGLÊS DE 1907, DA PLANTA CADASTRAL DE 1990 E DA IMAGEM HRC-2008. In: V SIMPÓSIO LUSO-BRASILEIRO DE CARTOGRAFIA HISTÓRICA, 5., 2013, Petropolis. **Anais**. Petropolis: Museu Imperial, 2013. p. 1 - 9.

URPI Montoya Uriarte, **Por trás das fachadas coloridas**, *Ponto Urbe* [Online], 2010, posto online no dia 31 Dezembro 2010, consultado o 30 Novembro 2017. URL : <http://pontourbe.revues.org/1654> ; DOI : 10.4000/pontourbe.1654

VARGAS, Heliana Comin; CASTILHO, Ana Luisa Howard de. Intervenções em centros urbanos: objetivos, estratégias e resultados. In: VARGAS, Heliana Comin; CASTILHO, Ana Luisa Howard de. **Intervenções em centros urbanos Objetivos, estratégias e resultados**. 2. ed. Barueri: Manole, 2009. Cap. 1. p. 1-51.

ZANCHETI, Sílvio. Revalorização de áreas centrais. A estratégia do Bairro do Recife. In: ZANCHETI, Sílvio; MARINHO, Geraldo; MILET, Vera (orgs.). **Estratégias de intervenção em áreas históricas**. Revalorização de áreas urbanas centrais. Recife: Universidade Federal de Pernambuco, 1995.

**ANEXOS A - FIGURAS 1 A 14**

Figura 1



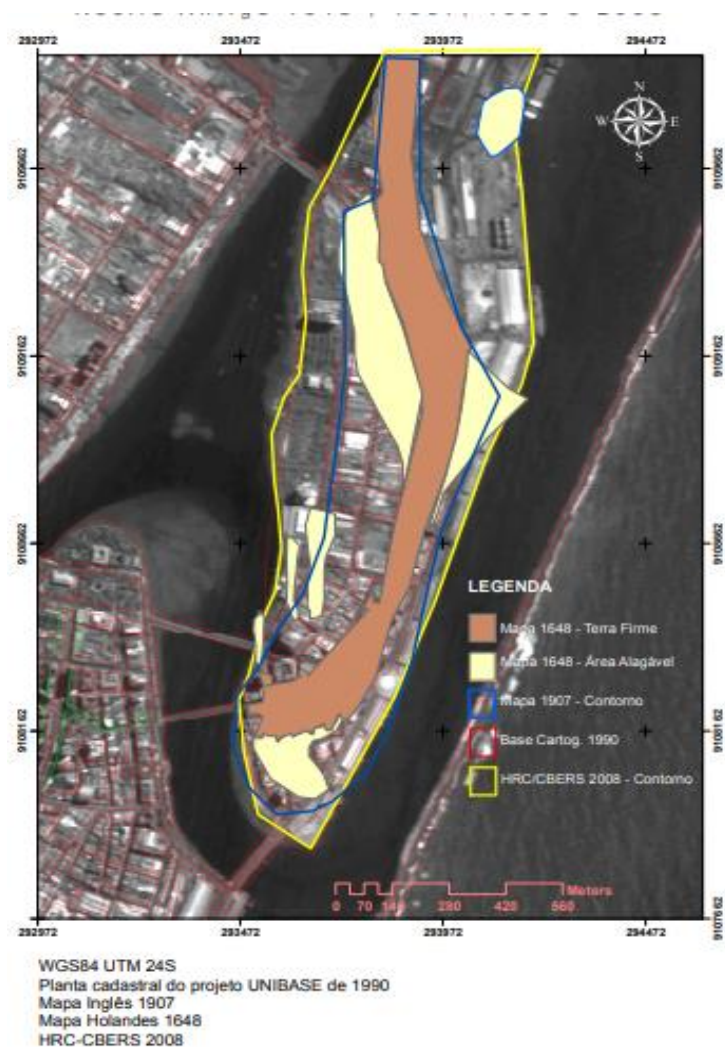
Fonte: Pela autora. 19/12/2018

Figura 2:



Fonte: MULTIPLUS HISTÓRIAS. Conheça todas as dicas de viagem para recife. Disponível em: <<https://historias.pontosmultiplus.com.br/guia-de-destinos-multiplus/recife/>>. Acesso em: 29 dez. 2018.

Figura 3:



Fonte: (TAVARES JUNIOR, CANDEIAS, 2013)

Figura 4:



Fonte: (REYNALDO, 2017)



Figura 5:



Fonte: (REYNALDO, 2017)

Figura 6:



Fonte: (REYNALDO, 2017)

Figura 7:



Fonte: (REYNALDO, 2017)

Figura 8:



Fonte: Pela autora, 19/12/2018

Figura 9:



Fonte: ART&SONHO. No Recife, museu cais do sertão seleciona monitores de várias áreas. Disponível em: <<http://artsonhoproducoes.com.br/no-recife-museu-cais-do-sertao-seleciona-monitores-de-varias-areas/>>. Acesso em: 13 dez. 2018.

Figura 10:



Fonte: Pela autora, 19/12/2008

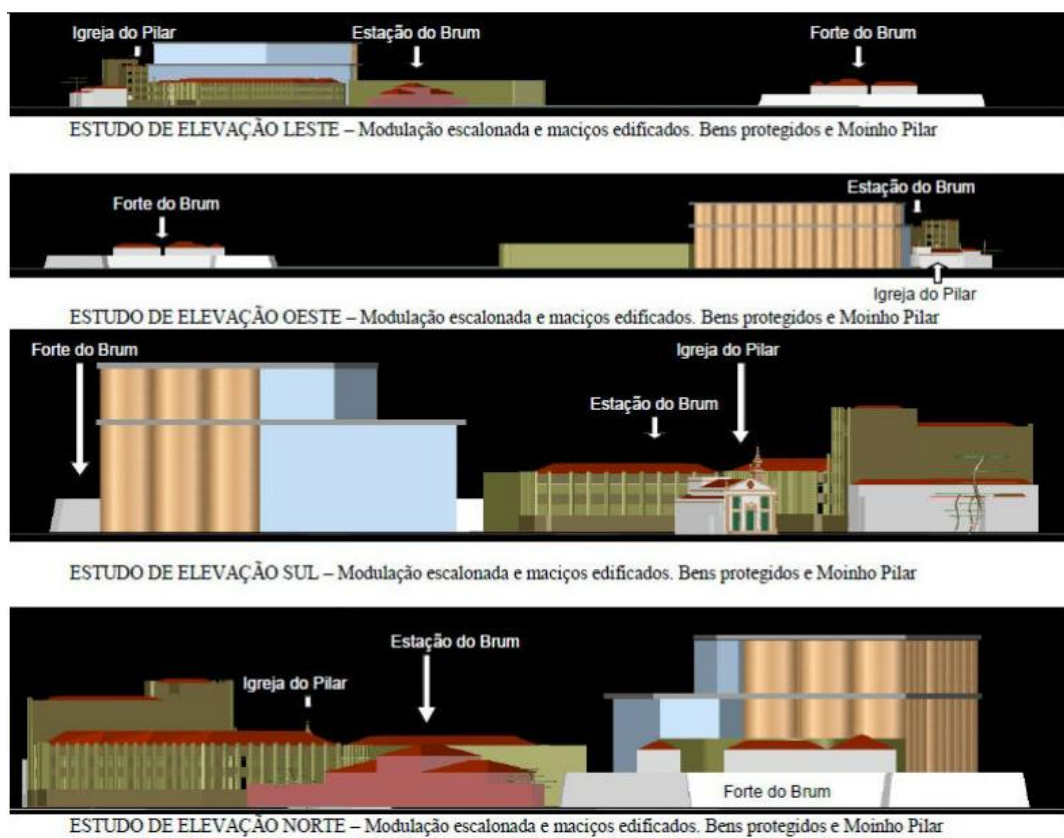
Figura 11:



Fonte: IBSON, fotografia do seu próprio apartamento (habitacional do Pilar)



Figura 12:



Fonte: (PINTO; FRANÇA, 2015)

Figura 13:



Fonte: Pela autora, 19/12/2018

Figura 14:



Fonte: Pela autora, 19/12/2018